

REDESCOLA

REDE BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA

DATA: 11 E 12 DE AGOSTO DE 2025

LOCAL: ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SALVADOR (ESPS)

**OFICINA NACIONAL DAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE SAÚDE PÚBLICA DA
REDESCOLA**

Coordenação Geral

Márcia Fausto (RedeEscola/ENSP/FIOCRUZ)

Coordenação Local

Diego Edington Argôlo (ESPS)

Daniela Fontoura (ESPS).

Melicia Reis (ESPS)

Comissão Organizadora

Secretária Técnica Executiva da RedEscola

Yansy Aurora Delgado Orrillo

Lucas Manoel da Silva Cabral (ILMD/Fiocruz)

Cristiane Saade Rocco

Edjane Alves

Francisco Gaston Salazar Munoz

Rosangela Costa Carvalho

Escola de Saúde Pública de Araguaína

Dênia Rodrigues Chagas

Escola de Saúde Pública de Manaus (ESAP/SEMSA)

Karina Gomes Cerquinho

Escola de Saúde Pública Municipal de Campinas (ESPC)

Marcelle Regina Silva Benetti

Palestrantes

- Alberto Luiz Alves de Lima – Escola de Saúde do Recife (ESR)
- Ana Paula Andrade Matos – Vice-Prefeita do Município de Salvador
- André Luis Nunes Cavaleri – Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas (FESP)
- Claudia Regina Graziano de Moraes e Abreu – Escola Municipal de Saúde (EMS) / Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS-SP)
- Dênia Rodrigues Chagas – Escola de Saúde Pública de Araguaína (ESPA)
- Diego Edington Argôlo – Escola de Saúde Pública de Salvador (ESPS)
- Fabiano Ribeiro dos Santos – Diretor do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES/SGTES/MS)
- Fernanda Carolina Capistrano – Escola Municipal de Saúde Pública de São José dos Pinhais (ESP/SJP)
- Karina Gomes Cerquinho – Escola de Saúde Pública de Manaus (ESAP/SEMSA)
- Lucilene Gama Paes – Escola de Saúde Pública de Florianópolis (ESP-Floripa)
- Marcelle Regina Silva Benetti – Escola de Saúde Pública Municipal de Campinas (ESPC)
- Mariana Trocoli – Diretora Estratégica de Gestão de Pessoas e Processos da Saúde (DGEPPS)
- Rodrigo Santos Alves – Secretário Municipal de Saúde de Salvador (SMS/Salvador)
- Viviane Oliveira Mendes Cavalcante – Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia (ESP-VS)

Mediadores

Ana Lúcia Nunes - Escola de Saúde Pública do Estado do Maranhão (ESPMA)

Ana Cristina Batista - Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP-RS)

Erika Rodrigues de Almeida (CGAES/DEGES/SGTES/MS)

Reladoras/es

Gabriel Campos

Maiara Muniz Neres

Mônica da Silva

Patrícia Regina C. da Silva

Sara Vieira

Yago Cardoso

Participantes

- Centro de Educação Permanente da Saúde (CEPS) / Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju
- Escola da Saúde de Santos
- Escola de Governo em Saúde do Município do Recife
- Escola Municipal de Saúde (EMS) / Secretaria Municipal da Saúde de São Paulo (SMS-SP)
- Escola Municipal de Saúde de Anápolis
- Escola Municipal de Saúde Pública de Barueri
- Escola Municipal de Saúde Pública de Goiânia
- Escola Municipal de Saúde Pública de São José dos Pinhais
- Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP)
- Escola de Saúde Pública Visconde de Sabóia
- Escola de Saúde Pública de Araguaína
- Escola de Saúde Pública de Betim Sergio Arouca (ESP Betim)
- Escola de Saúde Pública de Cascavel
- Escola de Saúde Pública de Florianópolis
- Escola de Saúde Pública de Iguatu-CE
- Escola de Saúde Pública de Manaus
- Escola de Saúde Pública de Salvador
- Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG)
- Escola de Saúde Pública do Estado do Maranhão Dr^a Maria Nazareth Ramos de Neiva (ESPMA)
- Escola de Saúde Pública do Mato Grosso
- Escola de Saúde Pública do Município de Fortaleza
- Escola de Saúde Pública do Rio Grande do Sul (ESP-RS)
- Escola de Saúde Pública Municipal de Campinas/SP
- Escola de Saúde Pública Municipal de Lucas do Rio Verde-MT
- Escola Tocantinense do Sistema Único de Saúde Dr. Gismar Gomes / ETSUS-TO
- Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas

Fotos

Cris Rocco (STE RedEscola)

Assessoria Geral de Comunicação da Prefeitura de Salvador (Agecom)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	7
11/08/2025 - 1º DIA DA OFICINA.....	8
1. MESA DE ABERTURA.....	9
1.1 FABIANO RIBEIRO DOS SANTOS - DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (DEGES/SGTES/MS).....	10
1.2 RODRIGO SANTOS ALVES - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALVADOR (SMS/SALVADOR).....	11
1.3 MARIANA TROCOLI- DIRETORA ESTRATÉGICA DE GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS DA SAÚDE (DGEPPS).....	12
1.4 DIÊGO EDINGTON ARGÔLO - GERENTE EXECUTIVO DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SALVADOR (ESPS).....	13
1.5 MÁRCIA CRISTINA RODRIGUES FAUSTO - COORDENADORA DA SECRETARIA TÉCNICA E EXECUTIVA DA REDESCOLA.....	14
2. APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DO “DIAGNÓSTICO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO SUS - REDESCOLA”.....	16
2.1 LUCAS CABRAL - REDE BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA (REDESCOLA) / ILMD FIOCRUZ AM.....	16
2.2 DEBATE.....	18
3. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E VISITA GUIADA POR GUSTAVO LESSA (ESPS)....	23
3.1 NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (ALMIR E EMANOEL) - SALA DISTRITO SANITÁRIO BROTAS	23
3.1.1 ALMIR SILVA FERREIRA - TÉCNICO DO NÚCLEO DE PESQUISA (ESPS).....	23
3.1.2 EMANOEL MISSIAS SILVA PALMA - TÉCNICO DO NÚCLEO DE EXTENSÃO (ESPS).....	25
3.2 UNIDADE DE INTEGRAÇÃO - ENSINO - SERVIÇO (NÚCLEO DE RESIDÊNCIA) - SALA DISTRITO SANITÁRIO PAU DA LIMA.....	25

3.2.1 JULIANA QUINTINO - COORDENADORA DO R3- SAÚDE MENTAL E POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA DO PRMFC/TÉCNICA DO NÚCLEO DE RESIDÊNCIAS (ESPS).....	25
3.3 LABORATÓRIO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (ADULTO E INFANTIL) E DE ATENÇÃO PRIMÁRIA (ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE).....	26
3.3.1 DIÊGO ARGÔLO (ESPS) E NÁDIA (SAMU).....	26
3.4 UNIDADE DE EDUCAÇÃO (EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE) - SALA DISTRITO SANITÁRIO SÃO CAETANO/VALÉRIA.....	27
3.4.1 CÂNDIDA QUEIROZ - TÉCNICA DA UNIDADE DE EDUCAÇÃO (ESPS).....	27
4. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E VISITA GUIADA POR DANIELA FONTOURA (ESPS)	28
5. MESA REDONDA - DESAFIOS DA GOVERNANÇA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SAÚDE PÚBLICA: NATUREZA JURÍDICA, INSTRUMENTOS DE GESTÃO, GESTÃO DE PESSOAS E EXECUÇÃO FINANCEIRA.....	31
5.1 VIVIANE OLIVEIRA MENDES CAVALCANTE - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA VISCONDE DE SABÓIA (ESP-VS).....	32
5.2 ANDRÉ LUIS NUNES CAVALARI - FUNDAÇÃO ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PALMAS (FESP).....	33
5.3 DEBATE.....	34
12/08/2025 - 2º DIA DA OFICINA.....	37
6. RODA 1 - EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: ATUAÇÃO DAS ESCOLAS E OS DESAFIOS NA ARTICULAÇÃO COM A GESTÃO DO TRABALHO EM SAÚDE.....	38
6.1 ALBERTO LUIZ ALVES DE LIMA - ESCOLA DE SAÚDE DO RECIFE (ESR).....	38
6.2 DÊNIA RODRIGUES CHAGAS - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE ARAGUAÍNA (ESPA).....	40
7. RODA 2- ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE: CONTRAPARTIDAS, LEGISLAÇÃO E COAPES.....	42
7.1 MARSELLE REGINA SILVA BENETTI - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINAS (ESPC).....	42
7.2 DIÊGO EDINGTON ARGÔLO - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SALVADOR (ESPS).....	44

8. ÁGORA COLABORATIVA - DEBATE COLETIVO E PROPOSIÇÕES: ESPAÇO PARA DISCUSSÃO DOS PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS DURANTE AS RODAS.....	46
9. RODA 3 - RESIDÊNCIAS EM SAÚDE: ESTRUTURA, ESTRATÉGIAS DE PROVIMENTO E FIXAÇÃO	51
9.1 KARINA GOMES CERQUINHO - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE MANAUS (ESAP/SEMSA).....	51
9.2 FERNANDA CAROLINA CAPISTRANO - ESCOLA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (ESP/SJP).....	53
10. RODA 4- CREDENCIAMENTO E PARCERIAS PARA A OFERTA E CERTIFICAÇÃO DE CURSOS: LEGISLAÇÃO, PDI, PPP, ESTRUTURA FÍSICA, ARTICULAÇÃO COM O SETOR DE EDUCAÇÃO.....	55
10.1 LUCILENE GAMA PAES – ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE FLORIANÓPOLIS (ESP-FLORIPA).....	55
10.2 CLAUDIA REGINA GRAZIANO DE MORAES E ABREU – ESCOLA MUNICIPAL DE SAÚDE (EMS) / SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO (SMS-SP).....	58
11. ÁGORA:DEBATE COLETIVO E PROPOSIÇÕES: ESPAÇO PARA DISCUSSÃO DOS PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS DURANTE AS RODAS.....	60
12. TERRITÓRIOS DE SABERES.....	68
12.1 VÍDEOS.....	68
12.1.1 ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARUERI (ESP-BARUERI) - VÍDEO: #INTEGRASAÚDEBARUERI.....	68
12.1.2 ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE BARUERI (ESP-BARUERI) - VÍDEO: ESCOLA DE SAÚDE DE BARUERI COMO FOMENTADORA DA INTEGRAÇÃO ENSINO-SERVIÇO: ANÁLISE DO IMPACTO PEDAGÓGICO DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE 2025/ SAÚDE DIGITAL.....	71
12.1.3 ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE MANAUS – VÍDEO: UNIDADE DE SAÚDE COM FOCO NA FORMAÇÃO EM ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE	73
12.1.4 ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE MANAUS (ESAP) – VÍDEO: APRESENTAÇÃO DO AVA E AÇÕES FORMATIVAS.....	75
12.1.5 ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA VISCONDE DE SABOIA (ESPVS) - VÍDEO: MÃES ATÍPICAS E CUIDADORES: FORTALECENDO CAMINHOS E SUPERANDO DESAFIOS	77
12.1.6 ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE IGUATU (ESPI) - VÍDEO: SISTEMA AGROFLORESTAL DA ESPI (SAFESPI).....	78

12.2 APRESENTAÇÕES.....	81
12.2.1 APRESENTAÇÃO 1: EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE COMO ESTRATÉGIA DE INOVAÇÃO: MATRIZ DE AVALIAÇÃO E POLÍTICA INSTITUCIONAL DE GOIÂNIA (PROFA. DRA. EDINAMAR APARECIDA SANTOS DA SILVA/ COORDENADORA DA ESCOLA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE GOIÂNIA-GOIÁS).....	81
12.2.2 APRESENTAÇÃO 2: EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE – ESCOLA MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARAGUAÍNA.....	83
12.2.3 APRESENTAÇÃO 3: CENTRO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DA SAÚDE (CEPS) / ARACAJÚ SE.....	84
12.3 MATERIAL IMPRESSO.....	87
12.3.1 FUNDAÇÃO ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PALMAS – FESP.....	87
12.3.2 REVISTA ELETRÔNICA QUINZENAL DE CAMPINAS – CONECT@ DEPS.....	88
12.3.3 ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE ANÁPOLIS.....	89
12.3.4 ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE RECIFE.....	89
12.3.5 ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE CAMPINAS: TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA - POLO FORMADOR SUS CAMPINAS.....	91
12.3.6 CURSO DE SAÚDE MENTAL NAS RELAÇÕES DE TRABALHO REALIZADO PELA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE FORTALEZA (ESPFOR), EM PARCERIA COM A REDESCOLA/FIOCRUZ E O MINISTÉRIO DA SAÚDE.....	92
PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO.....	95
ENCAMINHAMENTOS PROPOSTOS.....	98
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REGISTROS FOTOGRÁFICOS.....	100

APRESENTAÇÃO

A Oficina Nacional das Escolas Municipais de Saúde Pública da RedEscola foi realizada nos dias 11 e 12 de agosto de 2025, na cidade de Salvador (BA), reunindo aproximadamente 60 participantes, entre representantes de Escolas Municipais e Estaduais de Saúde Pública e a equipe da RedEscola – RJ. O encontro teve como objetivo central promover a articulação entre as escolas municipais, fomentar a troca de experiências, identificar desafios comuns e construir coletivamente estratégias voltadas à qualificação da formação em saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A abertura oficial ocorreu no auditório Distrito Sanitário Cabula/Beirú da Escola de Saúde Pública de Salvador (ESPS), seguida de um momento de partilha de experiências no período da tarde. No dia seguinte, as atividades continuaram na ESPS, com rodas de conversa temáticas, debates técnicos e encaminhamentos propositivos. O coquetel de encerramento foi realizado no Arquivo Público Municipal, celebrando os encontros e os compromissos estabelecidos.

Durante o evento, foram discutidos temas estratégicos como os desafios jurídicos enfrentados pelas escolas, os limites e potencialidades da certificação institucional, a integração entre programas de residência, a fixação de profissionais formados nos territórios e a sobrecarga das equipes reduzidas frente à ampliação de atribuições. Também foram abordadas questões sobre a interseção das escolas com outras instituições formadoras, os modelos de terceirização e a necessidade de fortalecer os vínculos entre gestão do trabalho e educação em saúde.

A oficina reforçou o compromisso com a valorização das trajetórias das escolas e de seus profissionais, fortalecendo o pertencimento à rede e impulsionando a construção de políticas educacionais sintonizadas com as realidades e necessidades dos territórios.

11/08/2025 - 1º DIA DA OFICINA



1. MESA DE ABERTURA

A mesa de abertura reuniu representantes do âmbito municipal, estadual e federal, contando com a participação dos representantes de Escolas Municipais e Estaduais de Saúde e da RedEscola.



Foi dado início ao evento com as boas-vindas realizada por Gustavo Lessa (ESPS), seguida de uma breve apresentação do evento, que integra o projeto “Fortalecimento da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública, formação e qualificação dos trabalhadores do SUS”, apoiado pela Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde do Ministério da Saúde (SGTES/MS) e promovido pela RedEscola. Referente a organização do evento, Gustavo Lessa destacou que a ESPS teve papel ativo no comitê de organização, além de ter oferecido apoio logístico, como o café da manhã e outras providências para o andamento do evento e sua concretização.

Posteriormente, contextualizou o diagnóstico nacional conduzido pela Secretaria Técnica Executiva da RedEscola (STE-RedEscola) no intuito de conhecer os perfis, desafios e avanços das escolas municipais de saúde, no contexto do SUS. Foi explicitada a programação do evento, composto pelas rodas de conversas e ágoras colaborativas, além da mostra permanente, intitulada de “territórios de saberes”, que contou com trabalhos enviados pelas escolas participantes.

Compuseram a mesa de abertura os seguintes representantes: Fabiano Ribeiro dos Santos - Diretor do Departamento de Gestão da Educação na Saúde (DEGES/SGTES/MS); Rodrigo Santos Alves - Secretário Municipal de Saúde de Salvador (SMS/Salvador); Diêgo

Edington Argôlo - Gerente Executivo da Escola de Saúde Pública de Salvador (ESPS) e Márcia Cristina Rodrigues Fausto - Coordenadora da Secretaria Técnica e Executiva da Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola/ENSP/Fiocruz). Foi informada a ausência da Vice-prefeita, Ana Paula Matos, devido a motivos de força maior.

Abaixo, apresentamos os integrantes da mesa e suas respectivas contribuições:

1.1 FABIANO RIBEIRO DOS SANTOS - DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE GESTÃO DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE (DEGES/SGTES/MS)



Fabiano iniciou sua fala cumprimentando a todos, ressaltou o evento como um espaço fundamental para fortalecimento das Escolas de Saúde. Pontuou que a construção da ESPS representa não apenas a realização de um sonho da equipe local, mas um projeto coletivo, sonhado em conjunto com diversos parceiros. Enfatizou ainda a importância da ESPS na terceira maior capital do país, onde ter espaços como este, voltados para a reflexão sobre os serviços de saúde de maneira transversal, que pauta a valorização, formação e qualificação das/os trabalhadoras/es de saúde, tornando-se um espaço estratégico para a própria Secretaria Municipal de Saúde.

Em seguida, reforçou que apesar dos avanços tecnológicos, a saúde continua sendo feita por pessoas, e que os espaços de formação são estratégicos para qualificar e valorizar os

trabalhadores. Observou, no entanto, que esses investimentos costumam ser os primeiros a sofrer cortes orçamentários. Assim, a estruturação da escola evidencia o compromisso da gestão com a valorização da força de trabalho e com a construção de um sistema de saúde mais eficiente, humano e sustentável.

Mencionou o lançamento recente do edital do programa “Agora Tem Mais Especialistas”, e pontuou que trata-se de uma nova experiência, com a atenção especializada, expressando seu desejo em que este programa seja exitoso como os demais. Destacou também a relação entre formação, ensino e serviço, especialmente no diálogo com o Ministério da Educação, com quem se buscou maior articulação frente aos desafios da formação médica, área que tem gerado grande pressão, sobretudo em razão da abertura expressiva de novos cursos nos últimos anos. Bem como reconheceu a complexidade da integração ensino-serviço, mas também a relevância das escolas municipais e estaduais, especialmente na organização dos campos de prática.

Fabiano dialogou ainda, acerca da necessidade de retomar a discussão sobre diretrizes comuns, que, mesmo sem unificar instrumentos, possam orientar de forma consistente a integração entre gestão, formação e serviços. Destacou a importância de apoiar especialmente as escolas municipais de menor porte, mais vulneráveis a pressões políticas e institucionais.

Ademais, mencionou o lançamento da nova lei das residências em área profissional, com a nova recomposição e funcionamento da Comissão Nacional de Residência Área Profissional, da portaria dos hospitais escola, bem como, a portaria ValorizaGTEs que traz recursos para escolas técnicas, municipais e estaduais. Ressaltou que 90% da força de trabalho técnica, é feminina, e em sua maioria, a formação está concentrada em escolas privadas, configurando-se em uma barreira de acesso, que necessita de atenção e enfrentamento, através do fortalecimento das escolas públicas e técnicas de saúde. Agradeceu a participação no evento.

1.2 RODRIGO SANTOS ALVES - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SALVADOR (SMS/ SALVADOR)



O secretário Rodrigo Alves cumprimentou os participantes, deu boas-vindas a todos os presentes e apresentou o contexto da Secretária Municipal de Saúde (SMS) de Salvador, com o aumento do investimento na rede de saúde e consequente expansão da cobertura da Atenção Primária à Saúde, nos últimos anos de gestão.

Destacou que, a fundação da ESPS, em dezembro de 2023, representou um marco importante no novo ciclo da política de saúde, sinalizando uma mudança de foco para a qualidade na prestação dos serviços, para a formação dos profissionais e para a construção e manutenção de uma rede viva e articulada. Expressou sua expectativa com a realização do evento, possibilitando a troca de experiências, e configurando-se como um espaço de aprendizagem na diversidade de realidades.

Pontuou a necessidade de união entre os três níveis de governo e de traçar objetivos comuns, abarcando principalmente o nível municipal.

“Então, se a gente não tiver unido, se a gente não traçar objetivos comuns e não entender que não existe opção para o SUS, principalmente o municipal, se ele for abandonado desse pacto federativo, não tivermos aí ladeados com as práticas que são do Estado e do governo federal, os municípios não vão conseguir, porque as pessoas vivem nos municípios, é lá onde elas estão no dia a dia. E os recursos são extremamente escassos”.

Abordou, ainda, os desafios referentes a habilitações, diante da limitação de recursos. Por fim, sinalizou a importância dos investimentos na saúde municipal e destacou que a realização da oficina pela RedEscola é uma iniciativa valiosa, por possibilitar a troca de experiências entre as escolas de saúde. Ao final, enfatizou a importância de aprendizados construídos em conjunto, manifestou o desejo de que todos se sentissem acolhidos e encerrou agradecendo.

1.3 MARIANA TROCOLI- DIRETORA ESTRATÉGICA DE GESTÃO DE PESSOAS E PROCESSOS DA SAÚDE (DGEPPS)



Mariana Trocoli iniciou sua fala agradecendo à equipe da RedEscola, destacando que a ESPS é uma escola recente e expressou sua satisfação em ver que a instituição estava em pleno funcionamento e sendo reconhecida como inovadora e antirracista. Falou acerca da trajetória de Maria Odília Teixeira, homenageada no foyer da escola, sendo a primeira médica negra no Brasil, ressaltando que ela foi referência, quebrando barreiras de desigualdade social, de racismo e machismo.

Reforçou que Ana Paula Matos (Vice-Prefeita) não pôde comparecer por motivos de trabalho e outras agendas. Recordou que a vice-prefeita esteve presente ativamente na construção da ESPS, ressaltando que a escola foi criada de forma coletiva, com o compromisso com a Saúde Pública.

Apontou que 19 escolas estavam presentes no encontro, mas que, ao todo, eram 24, considerando a participação de outras escolas estaduais, citando a presença de Marília, da SESAB, além de outras quatro Escolas Estaduais, como a de Tocantins, Maranhão, Minas Gerais e Mato Grosso. Finalizou cumprimentando a todos e parabenizando pela organização.

1.4 DIÊGO EDINGTON ARGÔLO - GERENTE EXECUTIVO DA ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SALVADOR (ESPS)



Diêgo Argôlo iniciou sua fala, ressaltando que o encontro seria muito valioso para o SUS e para todas as escolas presentes, enfatizando que sua organização foi realizada com muito cuidado e dedicação, mencionando que a ESPS investiu não apenas no ensino, mas também

em diversas outras vertentes, como a educação permanente, na qualidade da saúde do trabalhador do SUS, com seus pilares muito bem fundamentados.

Enfatizou a importância do encontro e fez referência a Maria Odília, afirmando que sua história, marcada pelo enfrentamento ao machismo e ao racismo, era inspiradora, destacando que Maria Odília servia como exemplo e que abrir caminhos para pessoas historicamente invisibilizadas era fundamental. Agradeceu ao Secretário de Saúde Rodrigo Alves (SMS/Salvador) mencionando sua liderança, e mencionou também a atuação de Mariana Trocoli (DEGPPS), ressaltando que havia por ela sempre um acolhimento das pautas discutidas pela ESPS, havendo frutos de um trabalho árduo para que as ações se concretizassem. Parabenizou os gestores, reconheceu o empenho da equipe da ESPS para a realização das oficinas e finalizou desejando um ótimo evento a todos, afirmando que o encontro fortaleceria conexões e avanços na saúde, e declarou que, nos dias 11 e 12, a ESPS seria a casa de todos os presentes.

1.5 MÁRCIA CRISTINA RODRIGUES FAUSTO - COORDENADORA DA SECRETARIA TÉCNICA E EXECUTIVA DA REDESCOLA





Márcia agradeceu aos componentes da mesa, e em especial à equipe da ESPS e a equipe Executiva da RedEscola. Em seguida, expressou seus agradecimentos e entusiasmo pela realização do encontro, ressaltando que buscava conter a emoção diante da ocasião, destacando que cada escola desempenhava papéis fundamentais tanto nos serviços de saúde quanto nas comunidades, evidenciando as peculiaridades de cada instituição. Reconheceu o papel singular das escolas municipais, por estarem diretamente articuladas aos serviços de saúde e aos territórios, o que lhes confere um fazer específico e profundamente vinculado às necessidades da população.

Apontou a importância de dar visibilidade às práticas desenvolvidas pelas escolas, para além do círculo interno da Rede, considerando a experiência brasileira como única na América Latina, sobretudo pela descentralização e pela presença de espaços de educação permanente vinculados diretamente ao SUS, ao contrário da realidade de outros países, onde esse papel é predominantemente exercido por universidades. Reforçou o papel estratégico da RedEscola como promotora de trocas e articulações entre instituições de diferentes portes e regiões, todas voltadas à qualificação da força de trabalho e à melhoria da qualidade do cuidado no SUS.

Destacou, por fim, a necessidade de avançar não apenas na ampliação da cobertura dos serviços, especialmente na atenção primária, mas também na qualificação desses serviços por meio do fortalecimento dos profissionais que atuam diretamente com as necessidades de saúde da população. Foi registrado o agradecimento à presença de todas as escolas participantes, com exceção de uma do interior de Goiás, e também das escolas estaduais presentes por ocasião da reunião do grupo de condução da Rede. Reiterou o desejo de que os dois dias de oficina fossem marcados por diálogos potentes, aprendizado mútuo e fortalecimento das articulações em torno da educação na saúde.

2. APRESENTAÇÃO DO RESULTADO DO “DIAGNÓSTICO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DO SUS - REDESCOLA”

O momento de debate após a apresentação foi coordenado pela Profa. Márcia Cristina Rodrigues Fausto, Coordenadora da RedEscola.

2.1 LUCAS CABRAL - REDE BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA (REDESCOLA) / ILMD FIOCRUZ AM



Lucas Cabral (STE-RedEscola/ILMD) iniciou sua apresentação contextualizando que o diagnóstico completo estava disponível por meio de um QR Code presente no material recebido no credenciamento, e que a exposição traria apenas uma síntese dos principais achados. O levantamento foi realizado a partir de um formulário com 83 questões, cujo objetivo foi identificar e caracterizar as escolas municipais de saúde pública e suas ações. Além disso, a elaboração e validação do diagnóstico contou com a colaboração das escolas de Manaus, Araguaína, Campinas e Salvador.



Ao todo, 20 escolas participaram do levantamento. Dessas, nove estavam localizadas em capitais e 11 em municípios considerados polos regionais. Ademais, a análise do ano de criação revelou uma ampla variação, desde escolas consolidadas, como a de São Paulo (1990), até unidades inauguradas recentemente, com destaque para os anos de 2023 e 2024.

No que diz respeito à força de trabalho, as escolas situadas em capitais concentram, em média, o dobro de profissionais em comparação às demais. A maioria dos trabalhadores era do sexo feminino (73%) e, entre as 14 escolas que forneceram dados sobre raça/cor, 51% se autodeclararam brancas. Entretanto, Lucas ressaltou que esse número limitado de respostas comprometeu a representatividade e reforçou a necessidade de qualificação dos registros sobre o perfil da força de trabalho.

Em relação aos vínculos empregatícios, 63% dos trabalhadores possuíam vínculo estatutário. Todas as escolas atendem profissionais vinculados ao SUS, sendo que 17 delas estavam sob administração direta. Observou-se que o principal instrumento de regulamentação era a portaria, considerada frágil devido à sua facilidade de alteração. Além disso, destacou o impacto do setor jurídico e do cenário político na autonomia das escolas, especialmente no uso dos instrumentos de gestão.

No que se refere à estrutura institucional, todas as escolas estavam vinculadas às SMS. Nas capitais, geralmente estavam inseridas em coordenadorias específicas ou ligadas diretamente ao gabinete do secretário. Entretanto, apenas quatro escolas afirmaram possuir orçamento próprio, algumas delas fora das capitais. Quanto à autonomia, somente quatro instituições relataram ter uma autonomia significativa, e apenas duas possuíam respaldo legal para pagamento de hora-aula. Ainda no quesito infraestrutura, nove escolas tinham sede própria; outras funcionavam em espaços alugados, dentro da SMS ou em arranjos híbridos. Uma autoavaliação da estrutura física revelou que apenas três escolas atingiram pontuações elevadas, demonstrando fragilidades significativas nesse aspecto.

No que diz respeito às ações formativas, 14 escolas afirmaram ter ofertado cursos de atualização nos últimos cinco anos, em formatos variados como oficinas e rodas de conversa. Os cursos mais recorrentes foram voltados para técnicos de enfermagem, saúde bucal e farmácia. Além disso, metade das escolas ofertou cursos de especialização nesse período, sendo que, em 80% dos casos, a certificação era realizada por instituições parceiras. Quando questionadas sobre áreas prioritárias para financiamento futuro, a saúde bucal foi a mais mencionada.

O diagnóstico também abordou as residências em saúde, apontando maior oferta nas áreas de Medicina de Família e Comunidade (MFC), enquanto as residências uniprofissionais foram menos comuns. A maioria contava com certificação em parceria com outras instituições. Em termos de frequência, todas as escolas relataram ações em Educação Permanente em Saúde (EPS), seguidas por atividades de educação continuada. As formações foram majoritariamente ofertadas na modalidade presencial. Além disso, 90% das escolas assumiram a responsabilidade pela gestão da educação na saúde em seus municípios, e 14 relataram participação em instâncias da Comissão de Integração Ensino e Serviço (CIES), ainda que de formas diversas.

No que se refere à participação das escolas nos instrumentos de gestão municipal, com ênfase na educação e na gestão do trabalho na saúde, 11 escolas relataram envolvimento nas discussões sobre o tema, sendo que cinco delas desempenharam papel de coordenação nesses espaços. Apenas sete indicaram exercer função de contratualização ou patrocínio das ações. Quando questionadas sobre sua posição técnica, 16 escolas afirmaram se reconhecer, e serem reconhecidas, como referências na área, tanto pela gestão municipal quanto pelos pares das secretarias.

Por fim, foram apresentados os registros fotográficos das escolas participantes, onde Lucas reafirmou que os dados apresentados compõem uma síntese preliminar, que subsidiará a versão final do relatório que está sendo produzido pela RedEscola. Adicionalmente, foi disponibilizado na projeção o QR Code, já citado, contendo a apresentação ampliada dos resultados. Ele finalizou ressaltando que as discussões realizadas ao longo da oficina contribuiriam para aprofundar a análise e fortalecer a construção coletiva dos achados.

2.2 DEBATE

A mediadora Márcia Cristina Fausto (STE-RedEscola) iniciou o debate, destacando a relevância das informações apresentadas. Ela ressaltou que o diagnóstico evidenciou o papel estratégico das escolas municipais tanto nas capitais quanto nos territórios que representavam. Para ela, embora o levantamento apontasse uma baixa autonomia institucional, essa condição precisava ser relativizada, pois a atuação das escolas está diretamente relacionada às demandas dos territórios. Assim, a autonomia deveria ser compreendida a partir do contexto e das necessidades locais, e não apenas sob a ótica legal ou orçamentária.

Em seguida, Fabiano Ribeiro dos Santos (DEGES/SGTES/MS) reforçou a importância do SUS como justificativa para a existência das escolas e propôs um olhar mais atento para o tema da inovação. Ele utilizou como exemplo a pandemia, que exigiu respostas rápidas em termos de capacitação e mobilização da força de trabalho, destacando o papel do ensino à distância e a necessidade de formação ágil de profissionais para atuar nos novos leitos de Unidade de Terapia Intensiva.

Fabiano também mencionou o fato de que 70% da força de trabalho das escolas era composta por mulheres e destacou a urgência de políticas institucionais antirracistas e antissexistas. Para ele, essas dimensões deveriam ser incorporadas como parte do processo de inovação. Ainda pontuou que a identidade institucional das escolas era enfraquecida pela precariedade de infraestrutura, mas defendeu que elas deveriam ser compreendidas como parte dos serviços de saúde, articuladas com o SUS, e não como estruturas à parte. Por fim, concluiu que a formação precisava acontecer no cotidiano dos serviços, valorizando o papel de docentes e preceptores, mesmo que as escolas não exigissem mestrado ou doutorado, desde que houvesse investimento contínuo na qualificação profissional.

Logo após, abriu-se espaço para contribuições do público, onde Melícia Reis (ESPS) abordou a ausência de um quadro mínimo de pessoal nas escolas e questionou como o



MS poderia apoiar essa demanda. Na sequência, Alberto Luís Lima (ESR) reforçou a fala de Fabiano ao afirmar que a escola era estratégica e precisava engajar os trabalhadores, dando sentido à atuação deles. Além disso, Dênia Chagas (ESP-Araguaína) destacou que o formulário estimulou uma reflexão importante sobre o papel da escola e sugeriu que o MS promovesse ações voltadas à sensibilização de gestores sobre a importância dessas instituições. Ela também mencionou uma reportagem recente que abordou a valorização do trabalho em saúde e relacionou o tema ao papel das escolas municipais.

Ainda no debate, Ana Lúcia Nunes (ESPMA) defendeu a articulação entre escolas estaduais e municipais, ressaltando que ambas compartilham objetivos e modos de atuação semelhantes. Ela alertou para o crescimento das escolas privadas na oferta de formação técnica e defendeu que o SUS retomasse esse espaço.

Em complemento, Gisele Neves (ESP-Barueri) parabenizou a iniciativa do diagnóstico e questionou sobre os desdobramentos dos dados, especialmente em relação ao financiamento da infraestrutura. Por sua vez, Fernanda Capistrano (ESP-São José dos Pinhais) compartilhou sua emoção ao participar do encontro, dizendo que, por vezes, as escolas atuavam de forma isolada, e que encontros como aquele fortalecem a rede. Ela também demonstrou preocupação com a ausência de concursos públicos e vínculos mais estáveis para os profissionais.

Além disso, Raimunda de Souza (ETSUS-TO) defendeu o reconhecimento das escolas como serviços de saúde, sugerindo que fossem cadastradas no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde. Em seguida, Giorgio Trentin (ESP-Lucas do Rio Verde-MT) relatou a insuficiência de espaço físico adequado na sua instituição, o que dificulta a organização e regulação das capacitações dos trabalhadores do SUS.

Ainda segundo ele, é preciso que a formação desses trabalhadores ocorra no próprio ambiente de serviço; porém, esse processo enfrenta obstáculos, uma vez que a regulamentação dos cursos exige uma estrutura física mais rígida e padronizada, dificultando a continuidade das atividades formativas. Por fim, Cristiane Oliveira (CEPS-SMS Aracaju) destacou a carência de recursos humanos e informou que a escola estava em processo de credenciamento para ofertar cursos técnicos, com apoio da gestão municipal.

Retomando o debate, Fabiano Ribeiro dos Santos (DEGES/SGTES/MS) falou sobre os desafios estruturais enfrentados pelas escolas, incluindo os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Ele explicou que o pacto federativo conferia aos municípios a possibilidade de criar legislações próprias, desde que em consonância com a Constituição, o que poderia abrir caminhos para avançar na regulamentação das carreiras.

Além disso, apontou que havia uma conjuntura favorável na SGTES/MS, com gestores comprometidos com a pauta, mas reconheceu as limitações de tempo e estrutura para efetivar mudanças mais profundas. Para exemplificar ações em andamento, citou o programa “Agora Tem Especialistas” e o apoio à Rede Alyne como estratégias para a qualificação da força de trabalho no SUS.

Na sequência Sara Cerqueira (ESPS), compartilhou que já havia acessado e analisado o Diagnóstico, destacando a importância do documento na construção das rodas e na exploração das oficinas. Ressaltou a relevância da atuação em rede e trouxe sua experiência como ex-gestora municipal, pontuando os limites impostos pela centralização



do sistema federativo no governo federal. Destacou, ainda, o movimento em Salvador para atualização da lei do Programa Integrado de Residências em Saúde (PIRS), o que tem viabilizado a expansão das residências de gestão direta.

Enfatizou a importância do apoio federal aos municípios que estão estruturando suas legislações e reafirmou a relevância da governança e das residências como temas centrais no contexto atual. Por fim, reforçou a necessidade de construção de ferramentas e espaços políticos coletivos, alertando para a importância do financiamento e da execução orçamentária para a consolidação das ações nas escolas de saúde.

Na sequência, Márcia Cristina Fausto (STE-RedEscola) fez uma síntese das discussões, destacando a diversidade do país e, consequentemente, das realidades municipais, o que implica em necessidades distintas para cada contexto. Ressaltou que não é possível exigir que todas as escolas municipais tenham a mesma estrutura ou escopo de atuação, sendo necessário reconhecer as especificidades de cada território, desde capitais com redes complexas, como Salvador, até municípios menores com atuação restrita à atenção primária.

Apontou como desafio central refletir sobre qual é a referência possível para uma escola municipal de saúde em diferentes cenários, respeitando suas condições e potencialidades. Reforçou o papel fundamental da escola como parte integrante do SUS, com ações voltadas à formação da força de trabalho, à pesquisa aplicada com resposta rápida às necessidades do sistema e à promoção da inovação. Também pontuou a importância da articulação das escolas com outras políticas públicas e instituições, como universidades e institutos federais, além da valorização dos programas de residência em saúde, que, quando ausentes, refletem carências estruturais do sistema local.

Logo depois, André Cavallari (FESP) agradeceu o espaço e fez perguntas específicas a Fabiano acerca do encaminhamento do financiamento para os preceptores, demonstrando interesse em soluções práticas para desafios enfrentados nos municípios.

Na sequência, Cláudia Abreu (EMS-SMS/SP) destacou a importância da residência em rede como um modelo relevante e desafiador, especialmente por acontecer em cenários extra-hospitalares. Ressaltou que essa abordagem permite a formação de profissionais em uma lógica diferente da tradicional, favorecendo novas articulações e uma atuação mais integrada ao sistema de saúde.

No entanto, apontou que ainda há resistência significativa, tanto interna quanto externa, à consolidação desse modelo. Mencionou que essa iniciativa foi implantada durante a gestão do ex-secretário Padilha e segue ativa no município. Cláudia, que atua na supervisão de psicoterapia de residentes em psiquiatria, defendeu que a residência em rede representa um caminho promissor, embora ainda seja necessário superar o paradigma de que a formação de residentes deve ocorrer prioritariamente em hospitais.

Dando continuidade, Dara Felipe (ESR) trouxe duas contribuições importantes a partir da análise do diagnóstico. A primeira referiu-se ao desafio da governança no processo de inserção da escola nos serviços, destacando a dificuldade de capilarização em redes municipais extensas e diversas, como a do Recife, com mais de 11 mil servidores. Ressaltou que, embora existam estruturas como núcleos de educação permanente e referências

distritais, ainda é um grande desafio transformar efetivamente os serviços em espaços de ensino-aprendizagem.

A segunda questão foi a respeito do potencial do diagnóstico como um documento orientador para gestores municipais. Dara sugeriu que ele possa se consolidar como uma diretriz que aponte caminhos possíveis para estruturação das escolas, especialmente para aquelas em estágio inicial de desenvolvimento. Destacou que, mais do que uma ferramenta de comparação, o diagnóstico pode oferecer subsídios estratégicos para o diálogo com a gestão e para a definição de prioridades, como no caso da certificação em pós-graduação.

Em resposta às reflexões anteriores, Fabiano Ribeiro dos Santos (DEGES/SGTES/MS) retomou a fala, trazendo uma importante análise sobre os diferentes momentos e posições em que as escolas municipais de saúde se encontram em seus processos de desenvolvimento. Enfatizou a relevância da cooperação e da troca de experiências entre instituições mais consolidadas e aquelas em fase inicial, como forma de fortalecer coletivamente as ações e superar desafios comuns. Destacou, ainda, o papel estratégico da atuação em rede, especialmente em contextos complexos como Recife e Salvador, onde a capilarização das ações da escola é necessária, mas difícil de ser implementada.

Nesse contexto, foi retomado o debate sobre os modelos formativos ainda centrados na lógica hospitalar, trazendo como exemplo a dificuldade em implantar residências multiprofissionais em áreas como a física médica, que carecem de serviços estruturados e profissionais qualificados. Nesse sentido, pontuou acerca da atuação do MS no apoio às escolas e programas que enfrentam essas dificuldades, por meio de editais de incentivo voltados especialmente para regiões com menor oferta, como a Amazônia Legal, o Centro-Oeste e o Norte do país.

Além disso, foram anunciadas medidas concretas, tais como: incentivo financeiro a coordenadores, preceptores e tutores; lançamento de três editais de apoio aos programas de residência; regulamentações para auxílio-moradia; autorização de segundo ingresso para preenchimento de vagas ociosas; e apoio às visitas de avaliação dos programas de residência já inscritos. Por fim, ressaltou que tais medidas são fruto de negociações complexas entre diferentes ministérios e instâncias do governo federal, enfrentando resistências e interesses corporativos, mas essenciais para fortalecer a formação no âmbito do SUS.

Logo após, Lucas Cabral (STE-RedEscola) respondeu à Dara Felipe (ESR), esclarecendo que o diagnóstico contém, sim, informações relevantes sobre a capilaridade das escolas municipais, especialmente nas seções que tratam das metodologias utilizadas nas atividades formativas. Embora nem todos os dados tenham sido apresentados na versão resumida, o material completo traz exemplos de articulações com Núcleos de Educação Permanente (NEPs), Distritos Sanitários (DS) e regiões de saúde. Algumas escolas relataram como têm atuado diretamente com os municípios vizinhos, buscando estratégias para utilizar recursos regionais e ampliar sua atuação.

Ainda nesse ponto, foi explicado que a criação de um indicador no diagnóstico teve como objetivo justamente oferecer parâmetros mais claros sobre o que é possível esperar de uma escola municipal conforme o porte do município, por exemplo, até 20 mil

habitantes, de forma a orientar as ações e apoiar o planejamento das gestões locais. A proposta é que esse diagnóstico sirva não apenas como retrato da realidade, mas também como ferramenta de referência para fortalecer a atuação das escolas em diferentes contextos.

Na conclusão das falas, Márcia Cristina Fausto (STE-RedEscola) retomou a palavra, mencionando que no segundo dia do encontro haverá mesas de debate acerca de temas que surgiram fortemente no diagnóstico e que têm potencial para promover a troca de experiências entre as escolas.



3. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E VISITA GUIADA POR GUSTAVO LESSA (ESPS)

Gustavo Lessa (ESPS) iniciou a sessão, reproduzindo o vídeo institucional da ESPS que apresenta o seu espaço físico, bem como seus objetivos, propósitos e valores. Em seguida, ocorreu a visita guiada, onde foi pactuado a divisão dos participantes em dois grupos de maneira a tornar a visita mais dinâmica. O primeiro grupo foi mediado por Melícia Reis (ESPS) e o segundo por Daniela Fontoura (ESPS).



3.1 NÚCLEO DE PESQUISA E EXTENSÃO (ALMIR E EMANOEL) - SALA DISTRITO SANITÁRIO BROTAS

3.1.1 Almir Silva Ferreira - Técnico do Núcleo de Pesquisa (ESPS)

Almir destacou que a história de pesquisa começou um pouco antes da fundação da ESPS, e que em 2012 existia um núcleo que fazia parte desse trabalho de analisar e conceder os termos de anuência das pesquisas feitas em Salvador.

Foi apresentado em um slide as informações produzidas pelo Núcleo de Pesquisa e apresentado a série histórica de quantas pesquisas foram analisadas pelo núcleo, do ano de 2012 até o ano de 2024. Explicou que o ano de 2013 teve poucas pesquisas na Escola pelo fato de que neste ano a secretaria mudou quatro vezes de secretário, impactando para que esse número fosse baixo, e que no ano de 2020 os números de pesquisas analisadas foram poucas por conta do período de pandemia, ressaltando que foram dois momentos diferentes.

Trabalhou a apresentação com o ano de 2024, sendo visto que tinha fechado este ano e que era o mais recente, alertou que os trabalhos ou tipo de estudo mais analisados foram os TCCs e que quanto mais complexo o estudo, menor era número de parecer técnico. Ressaltou que todas as pesquisas são analisadas e que é dado um parecer técnico, havendo a classificação de aceite, pendente ou indeferido.

Destacou que o tempo de respostas do parecer técnico é rápido e que o núcleo consegue ser muito ágil em questão das respostas, com a média da resposta de no máximo até 3 dias.

Ressaltou que os desafios nos trabalhos é a aproximação com a necessidade da comunidade, sobre a necessidade do território e da devolução para a mesma, sobre o que foi feito com os dados coletados e os resultados obtidos, para uma mudança no estado de saúde sobre um determinado tema. Ao final da sua apresentação deu os agradecimentos e recebeu aplausos dos participantes na visita guiada pela ESPS.



3.1.2 Emanuel Missias Silva Palma - Técnico do Núcleo de Extensão (ESPS)



Destacou que sua parceria com Almir na ESPS é muito grande, pelo fato do trabalho entre os dois envolverem direções parecidas. Mencionou que o Núcleo de Extensão é mais novo do que o Núcleo de Pesquisa na Secretaria, e que foi criado devido à curricularização das pesquisas de extensão, havendo assim uma demanda maior de pareceres técnicos sobre esses trabalhos e também pelo fato do campo de prática começar a ser a SMS. Destacou por fim que a ESPS é essencial para o acolhimento desses projetos, devido a sua criação recente no ano de 2023.

Mencionou que a criação do Núcleo de extensão foi no ano de 2024 e foi apresentado o fluxo do trabalho desenvolvido dentro da ESPS, dando detalhes e mencionando que há o envio de um formulário para os estudantes e responsáveis pela pesquisa, para a captação de informações mais relevantes, como a definição de variáveis, conceitualização do estudo, o DS que seria realizado o estudo e outras informações relevantes, destacando também que é preciso o envio de um relatório ao final do projeto, sobre os impactos gerados no serviço e participantes.

Informou que a resposta para o parecer técnico é parecido com o tempo do Núcleo de Pesquisa, que leva cerca de 3 a 4 dias para o parecer técnico, e que quando necessário há também reuniões com as áreas técnicas da secretaria e instituições de ensino, caso tenha a necessidade de refinamentos, viabilidade e discussões específicas sobre os estudos.

Informou que a resposta para o parecer técnico é parecido com o tempo do Núcleo de Pesquisa, que leva cerca de 3 a 4 dias para o parecer técnico, e que quando necessário há também reuniões com as áreas técnicas da secretaria e instituições de ensino, caso tenha a necessidade de refinamentos, viabilidade e discussões específicas sobre os estudos.

Destacou que há um olhar atento e preocupação com os estudos, que é necessário ou desejável que os projetos e pesquisas seja mais voltado para a comunidade, e que cerca de 30% dos projetos analisados pelo Núcleo de Extensão não tinha uma real necessidade dos serviços e usuários da saúde, destacando isso ser preocupante.

3.2 UNIDADE DE INTEGRAÇÃO - ENSINO - SERVIÇO (NÚCLEO DE RESIDÊNCIA) - SALA DISTRITO SANITÁRIO PAU DA LIMA

3.2.1 Juliana Quintino - Coordenadora do R3- Saúde Mental e População em Situação de Rua do PRMFC/Técnica do Núcleo de Residências (ESPS)

Logo no início deu boa tarde a todos, destacou que é servidora do município de Salvador e que está atuando como preceptora do programa de Residência desde 2020. Mencionou que o programa próprio surgiu em 2019, e que a Escola foi a primeira no Brasil a ter a iniciativa de ter o R3 nos programas de Residência, e que isso é muito inovador dentro das ações desenvolvidas no serviço.

Ao final deixou claro que a Residência é com tema na saúde mental e população de rua, mais conhecido como “R3 - Saúde Mental e cuidado da população de rua”. Informou as

redes sociais dos programas e destacou que é muito importante para disseminar os acontecimentos e vivências das Residências. Apresentou os residentes em atuação no trabalho e nos momentos de lazer.

Destacou quealaria mais sobre o R3 e que o programa foi criado em 2022, como parte da Medicina de Família e Comunidade (MFC), no município de Salvador, com foco na área da saúde mental. Foi ressaltado que esse programa de Residência surgiu a partir das necessidades da população e da percepção da grande capacidade dos médicos de atuarem nessa área tão sensível. Observou, ainda, que muitas vezes os profissionais da saúde da família têm mais ferramentas do que os próprios psiquiatras, que estão mais voltados para o tratamento das doenças psicológicas de forma mais clínica.

Explicou que, em 2023, o R3 teve início e que, nesse mesmo ano, foi elaborado um currículo baseado em competências, construído por meio de oficinas com os trabalhadores da rede, a fim de identificar qual perfil profissional era mais adequado. Destacou, ainda, que foram realizadas várias oficinas de validação.



Ressaltou que o R3 foi criado para formar médicos da saúde da família com competências para integrar equipes de consultórios na rua, atuar como matriciadores em saúde mental e na atenção psicossocial, sempre em consonância com a reforma psiquiátrica, ressaltando, ainda, que o sofrimento mental estava relacionado a questões culturais e a outros fatores sociais de forma geral.

Mencionou que há uma articulação nacional com o MS sobre o provimento de bolsas e o êxito quanto a essa questão, destacou ainda que a população em situação de rua surgiu com frequência nas discussões realizadas nas oficinas sobre as competências necessárias para a

área da saúde mental no programa de Residência, e que isso se mostrou muito relevante para a formação desses médicos. Ao final, agradeceu a presença de todos e concluiu a sua apresentação.

3.3 LABORATÓRIO URGÊNCIA E EMERGÊNCIA (ADULTO E INFANTIL) E DE ATENÇÃO PRIMÁRIA (ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE)

3.3.1 Diêgo Argôlo (ESPS) e Nádïa (SAMU)

Todos os participantes foram para o segundo andar conhecer o laboratório de Urgência e Emergência e o laboratório de Atenção Primária. No laboratório de Urgência e Emergência, a enfermeira do SAMU, Nádïa e mais outros dois profissionais do SAMU apresentaram

o laboratório adulto e infantil com o uso de manequins, destacou que os materiais para as simulações são de alta qualidade e que há certos tipos de tecnologias muito interessantes.

Primeiramente Nádia mostrou o funcionamento do manequim adulto, e logo após em outra sala o manequim infantil. Ao final Nádia e os outros dois colegas de profissão agradeceram a todos que participaram da apresentação e receberam muitos aplausos.

Logo após, Diêgo Argôlo (ESPS), apresentou o Laboratório de Atenção Primária, destacando que foi realizado atendimentos nesse espaço durante o período do carnaval e que ele pode ser utilizado plenamente para as atividades da atenção primária. Mostrou, ainda, os componentes do laboratório, como as cadeiras para atendimentos de saúde bucal, a sala de espera, mesas, cadeiras e outros equipamentos que faziam parte da ambiência e do funcionamento. Ao final agradeceu a presença de todos e recebeu aplausos dos participantes presentes na prática.

3.4 UNIDADE DE EDUCAÇÃO (EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE) - SALA DISTRITO SANITÁRIO SÃO CAETANO/VALÉRIA.

3.4.1 Cândida Queiroz - Técnica da Unidade de Educação (ESPS)

Cândida Queiroz (ESPS) se apresentou explicando que atua no Núcleo de Educação Permanente da Unidade de Educação da ESPS. Ressaltou que os valores da unidade são antirracistas e que há um forte foco na EPS e na educação interprofissional, não se restringindo apenas a médicos ou enfermeiros.

Destacou que, durante a elaboração do Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS), a unidade percebeu que as ações estavam mais voltadas para profissionais de nível superior. A partir disso, buscou-se expandir para outros níveis de formação, com o objetivo de promover uma aprendizagem mais significativa e participativa.

Mencionou que o monitoramento e avaliação do PMEPS é um tema amplamente discutido na Unidade de Educação, que considera fundamental para o planejamento atual e futuro sobre as ações, contando também com apoio pedagógico para as iniciativas educacionais propostas.

Ressaltou, entretanto, que o monitoramento e a avaliação das ações de EPS são bastante desafiadoras, já que não existe um sistema de verificação específico para esse acompanhamento, explicando que as estratégias de verificação são criadas pela própria equipe, a fim de levantar as informações necessárias. Por fim, agradeceu a atenção de todos na sala e recebeu muitos aplausos dos presentes na prática.

4. APRESENTAÇÃO INSTITUCIONAL E VISITA GUIADA POR DANIELA FONTOURA (ESPS)



O grupo conduzido por Daniela Fontoura (ESPS) iniciou a visita guiada no térreo da ESPS, conhecendo o memorial Maria Odília. Foi realizada uma contextualização da história da primeira médica negra do Brasil. Daniela mediu a visita relacionando as características de Maria Odília com a Escola, a exemplo da coragem, atributo que refere ter guiado os trabalhadores e trabalhadoras de SSA na busca pela implementação da escola. Cada sala possui o nome de um distrito sanitário do território.

Os participantes conheceram também o mezanino, onde está localizada a sala da Unidade de Integração Ensino Serviço e do Núcleo de Residências, assim como também, a sala da unidade de Educação na Saúde. Gleide Carneiro (ESPS) contribuiu com as demandas acerca das residências geridas pela ESPS e da integração ensino-serviço. Em seguida, visitou-se o refeitório.

Finalizado o térreo, o grupo foi conduzido ao segundo andar. Onde foi apresentado o laboratório de urgência e emergência, onde estavam presentes três

técnicos da SAMU, explicitando a importância do espaço/ laboratório de habilidades para a formação de seus profissionais. A proposta da sala seria de o estudante acessá-la sem a mediação de um tutor (que estaria assistindo a partir da sala com o espelho).

Na sala seguinte, constava o laboratório de Urgência e Emergência pediátrica. Nádia (técnica SAMU) enfatizou que os materiais e as aulas são pensadas a partir das necessidades. A ideia seria refinar, qualificar a formação e auxiliar na tomada de condutas no cotidiano. Há uma limitação na quantidade de participantes por turmas, pensando na experiência do aprendizado, o que às vezes implica em uma necessidade de formação de mais turmas de qualificação.

No laboratório de APS e saúde bucal, Diêgo Argôlo (ESPS) ressaltou que ao pensar em laboratório, pensa-se prioritariamente em emergência e urgência, mas a escola buscou também em abarcar a APS, onde pode-se simular um atendimento da área, com uma sala de espera, um consultório, balança, e a ESPS está em iminência de adquirir novos materiais.

Ana Lúcia Nunes (ESPMA) enfatizou a importância deste laboratório e pontuou que no Maranhão há uma quantidade significativa de trabalhadores formados em instituições privadas, sendo necessária a requalificação destes profissionais para as especificidades do SUS.

Na sala Distrito Sanitário São Caetano/Valéria, Cândida Queiroz (ESPS) apresentou a Unidade de Educação na Saúde, iniciando pelos fundamentos da ESPS, que foram construídos coletivamente com os trabalhadores. Dentre os fundamentos estão: Educação crítica, abordagem interseccional, educação antirracista, educação permanente e educação interprofissional. Ressaltou o papel de fortalecimento de educação permanente no município, evitando que esta seja ofertada de maneira fragmentada e superficial, mas sim, qualificada.

A orientação pedagógica é que as atividades educacionais sejam pensadas a partir dos seguintes atributos: (1) intencionalidade; (2) temática; (3) metodologia; (4) interprofissionalidade; e (5) avaliação.

Quanto às responsabilidades do núcleo de EPS foram elencadas as seguintes atividades: Planejar, executar, monitorar e avaliar as ações de Educação Permanente em Saúde para trabalhadoras(es), gestoras(es) e controle social de nível superior e médio, articulados com as necessidades formativas da Secretaria Municipal de Saúde de Salvador; Articular, monitorar e apoiar as ações educacionais das Diretorias para o pleno desenvolvimento do Plano Municipal de Educação de Permanente em Saúde (PMEPS) do Município de Salvador; Promover programa de formação para docentes e manter atualizado um banco de educadores, a fim de fortalecer a Educação Permanente em Saúde do município de Salvador; Desenvolver metodologias e indicadores para a avaliação das necessidades de formação das trabalhadoras (es) do SUS municipal; Avaliar e monitorar os processos de capacitação, qualificação e formação desenvolvidos pela Escola de Saúde Pública de Salvador.

Destacou ainda, que o Núcleo de Educação Popular surgiu a partir de uma reivindicação dos trabalhadores, e é o mais recente, implementado juntamente com a ESPS. Daniela reforçou a importância do núcleo, pontuando a recente subcomissão de EdPOPSus, que tem contribuído para a elaboração do Plano Municipal de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (PMGTES) 2026-2029.

Referente às modalidades de ações educativas na ESPS, há 3 possibilidades: 1- ações coordenadas e certificadas pela ESPS, 2- ações coordenadas pelas áreas e certificadas pela ESPS e 3- ações coordenadas e certificadas pelas áreas. Há um padrão dos prazos das etapas de planejamento das ações educativas.

Foi discutido também, o PMEPS, seus desafios, potencialidades, e o processo de avaliação, considerando que sua vigência finaliza neste ano. Foi contextualizado de maneira breve a elaboração do Plano Municipal de Saúde de Salvador (PMS) e do PMGTES.

No primeiro andar, na sala DS Pau da Lima, foi apresentado o núcleo de residências. Juliana Quintino (ESPS) abordou acerca do programa de residência de Medicina da Família e Comunidade. Mencionou o R3 na área de Saúde Mental voltado para a população em situação de rua, que surgiu a partir da constatação da necessidade de uma formação que

dialogasse com a luta antimanicomial, a reforma psiquiátrica e a redução de danos. Foi o primeiro programa implementado voltado para esta população. O objetivo é formar com excelência MFC com competências para compor Consultórios na rua, equipes de centro de Atenção Psicossocial e equipes matriadoras em saúde mental.

Quanto às informações gerais da residência, o processo seletivo é realizado anualmente, e há a concessão de uma bolsa adicional para os residentes. Foi apresentado também os cenários de práticas e as competências esperadas por estágios. Há um manual do R3 que está dentro do estatuto da residência. A formação teórica é organizada de maneira modular.

Na sala seguinte, houve a apresentação das pesquisas na ESPS, conduzida por Almir Silva Ferreira (ESPS). Ele trouxe um resgate de que o núcleo de pesquisas é mais antigo que a própria escola, sendo criado em 2012. Em seguida apresentou a série histórica de produções do referido ano, ressaltando que em 2024 houve um total de 84 estudos de diferentes tipos e abordagens. Enfatizou que todos os projetos recebem um parecer e caso seja insuficiente é necessário submeter novamente. Após o parecer do núcleo de pesquisa, com o termo de anuência que o projeto segue para o comitê de ética. O tempo médio de resposta é de 3 dias úteis.

Por fim, apresentou as ações que estão sendo propostas para o ano de 2025 estão: o Repositório digital, a publicização dos estudos, amostra de pesquisa e criação do CEP/ ESPS. Quanto aos desafios foi pontuado: aproximar a academia dos serviços, produções acadêmicas relacionadas com as necessidades dos serviços e devolutiva das pesquisas para serviços e comunidades.

Devido às limitações de tempo, houve uma fala breve acerca do núcleo de extensão da ESPS, criado recentemente, devido a demanda de curricularização da extensão. Há também um projeto para identificar as linhas prioritárias de pesquisa em conjunto com as diretorias, DS e Núcleo de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (NUGETES), de maneira a contemplar também territórios vulnerabilizados e temáticas até então invisibilizadas nas pesquisas desenvolvidas.



5. MESA REDONDA - DESAFIOS DA GOVERNANÇA DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE SAÚDE PÚBLICA: NATUREZA JURÍDICA, INSTRUMENTOS DE GESTÃO, GESTÃO DE PESSOAS E EXECUÇÃO FINANCEIRA.



A mesa redonda foi coordenada por Erika Rodrigues de Almeida, Coordenadora Geral de Ações Estratégicas de Educação na Saúde (CGAES/DEGES/SGTES/MS).

5.1 VIVIANE OLIVEIRA MENDES CAVALCANTE - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA VISCONDE DE SABÓIA (ESP-VS)



Viviane Cavalcante iniciou a exposição apresentando seu currículo e sua atuação como diretora da ESP-Visconde de Sabóia. Fez uma breve contextualização da escola, que foi criada no ano 2000 junto com o programa de residência, vinculada à SMS. A escola exerce papel de articulação entre ensino, serviço e comunidade no SUS, sendo estruturada como unidade administrativa.

Destacou que a natureza jurídica garante estabilidade institucional, mas também impõe limites operacionais, como a falta de autonomia para contratação direta de profissionais. Ressaltou que a desvinculação de trabalhadores após o período de capacitação impacta diretamente na continuidade dos serviços, refletindo na precarização dos vínculos.

Apresentou alguns cursos desenvolvidos recentemente, como o curso de capacitação para mães e cuidadores, além de registros fotográficos de momentos de EPS com trabalhadores da saúde. A escola possui sede própria, biblioteca, salas de aula e professores, com estrutura acessível, evidenciando avanços significativos desde sua criação, quando dispunha de apenas duas salas.

Explicou que sua organização é composta por diferentes núcleos de gerenciamento de atividades, a saber: Núcleo de Integração Ensino-Serviço-Comunidade; Núcleo de Educação Permanente em Saúde; Núcleo de Pesquisa, Extensão e Responsabilidade Social; Núcleo de Tecnologias e Educação na Saúde, Núcleo de Arte e Educação Popular em Saúde; Núcleo de Processos Seletivos; Núcleo de Educação Profissional e Técnica; e Núcleo de Pós-graduação em Saúde.

Entre as ações realizadas, apontou a regulação dos campos de práticas da SMS reconhecida regionalmente na regulação das práticas formativas, articulação ensino-serviço-comunidade e condução de fóruns interinstitucionais. Além disso, mencionou as parcerias estratégicas com universidades públicas e privadas, escolas técnicas, institutos de pós-graduação, hospitais de ensino e de grande porte, que colaboram inclusive com a emissão de certificações.

Apresentou instrumentos político-gerenciais fundamentais como regimento interno, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), Projeto Político Pedagógico (PPP) e Sistema de Gestão Acadêmica. Também mencionou a revista *SANARE - Revista de Políticas Públicas*, criada em 1999 como um periódico científico voltado à saúde coletiva, com publicações semestrais e de submissão gratuita. Também falou da *Editora Sabóia*, uma iniciativa voltada à produção intelectual no campo da saúde e à difusão de experiências exitosas.

Apesar dos avanços, Viviane destacou alguns desafios persistentes enfrentados pela escola. Entre eles, a falta de autonomia para contratação de profissionais e a gestão orçamentária limitada, que dificultam a resposta rápida às necessidades formativas e geram alta rotatividade de docentes e técnicos. Esse cenário compromete a continuidade dos processos

educacionais, exigindo esforço redobrado das equipes para manter a qualidade das atividades. Também foram apontadas limitações tecnológicas e a necessidade de ampliar ainda mais a integração com as unidades de saúde e com a comunidade.

A diretora reforçou que a escola enfrenta o desafio constante de equilibrar as demandas imediatas dos serviços com as formações estratégicas de longo prazo, sendo exigido planejamento, flexibilidade e articulação constante entre os diferentes setores. Mencionou também que os docentes da escola desempenham papel fundamental na atuação junto aos residentes nos territórios, incluindo ações em saúde da família, RAPS e vigilância em saúde, promovendo rodas de conversa, grupos e práticas comunitárias que aproximavam a formação técnica da realidade da população.

Como conquistas recentes, ressaltou a inserção estratégica da escola na política municipal de saúde, a consolidação da educação permanente como eixo estruturante das ações da secretaria, e a diversidade de modalidades formativas ofertadas ao longo dos anos. Finalizou reafirmando o compromisso da ESP-VS com o fortalecimento da rede pública de saúde, destacando que, mesmo diante de limitações, a escola seguiu atuando com consistência, inovação e compromisso. Enfatizou ainda o sentimento coletivo de pertencimento dos trabalhadores da instituição, que, mesmo com todas as dificuldades, mantinham o compromisso de entregar um trabalho de qualidade.

Viviane encerrou sua fala defendendo o fortalecimento da rede de Escolas Municipais de Saúde Pública, com mais autonomia, financiamento e reconhecimento, e reiterou a importância dessas instituições na qualificação dos territórios e na consolidação de um SUS forte, comprometido com a equidade e com a formação de trabalhadores sensíveis às realidades locais.

5.2 ANDRÉ LUIS NUNES CAVALARI - FUNDAÇÃO ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE PALMAS (FESP)



André Cavalari, presidente da FESP, iniciou sua fala apresentando a instituição, criada em 2013 por meio de uma mobilização dos próprios trabalhadores da saúde e formalizada por lei municipal. Desde então, a FESP atua como um importante instrumento de apoio ao SUS municipal, com foco em ensino, pesquisa e extensão.

Enfatizou que a fundação é referência na formação e qualificação de profissionais por meio de programas de residência médica, uniprofissional e multiprofissional. Conta com legisla-

ção própria para financiamento de bolsas de estudo e pesquisa, o que garante autonomia na execução de projetos e programas. A instituição também promove ações de educação

permanente, como a capacitação de novos servidores na atenção básica, contribuindo diretamente para a qualificação do atendimento à população.

Entre os projetos estratégicos, destacou o *Palmas para Todos*, voltado para territórios vulneráveis, e o *Qualifica RAVES*, que atua junto à gestão. Ambos envolvem pesquisadores em campo, propondo soluções baseadas em evidências. Um exemplo citado foi a criação de um manual técnico para a Vigilância Sanitária, em parceria com o CREA e o CAL, que melhorou a aprovação de projetos arquitetônicos na área da saúde.

Pontuou que a FESP mantém núcleos de apoio como o NAPSI, voltado ao acolhimento psicopedagógico dos residentes, especialmente após o aumento de profissionais oriundos de outros estados. Possui outros núcleos que tratam de tecnologia, estudos jurídicos, comunicação e inovação em saúde, sendo que a instituição também regula campos de estágio em Palmas e possui mais de 14 instituições conveniadas.

No que se refere ao planejamento orçamentário da FESP, pontuou que é realizado em parceria com a SMS, à qual ainda estão vinculados a folha de pessoal e os contratos administrativos, enquanto a gestão das bolsas e contrapartidas ocorre de forma autônoma pela Fundação. A equipe é composta principalmente por servidores da SMS, com possibilidade de colaboração intersetorial. A execução financeira segue os instrumentos oficiais de gestão (PPA e LOA), com prestação de contas periódicas ao Conselho Municipal de Saúde e à Câmara de Vereadores. Entre os desafios, destacou a necessidade de adequações regulatórias e de acessibilidade para viabilizar o credenciamento institucional.

O expositor encerrou destacando seu entusiasmo com o desafio de liderar a FESP, após trajetória na gestão hospitalar, valorizando a união entre saúde e educação e reafirmando seu compromisso com o SUS. Finalizou agradecendo a oportunidade de apresentar a experiência de Palmas e propôs que a cidade sedie a próxima oficina da RedEscola.

5.3 DEBATE

A mediadora Erika Rodrigues de Almeida (CGAES/DEGES/SGTES/MS) iniciou sua fala apresentando brevemente sua trajetória profissional e destacando o compromisso da atual gestão em se aproximar da RedEscola, com o objetivo de compreender melhor os processos de trabalho, ações e articulações desenvolvidas pelas escolas estaduais e municipais de saúde.

Enfatizou a importância da troca de experiências e do compartilhamento de desafios, com atenção especial à estrutura de funcionamento das instituições, abordando temas como autonomia financeira, gestão de pessoas e a formação “no, nele e para o SUS”. Em seguida, Erika abriu espaço para que os demais participantes contribuíssem com reflexões e relatos.

Na sequência, Danilo Lopes (ESP-Fortaleza) manifestou satisfação ao constatar que os desafios enfrentados por sua escola, especialmente os financeiros, também são vivenciados por outras instituições da rede. Relatou ainda as dificuldades na gestão de pessoas e a necessidade de gestores que compreendam e valorizem o campo da EPS, além de destacar o subfinanciamento que impacta diretamente a atuação da escola.

Marselle Regina Benetti (ESP-Campinas/SP) complementou o relato, apontando como entrave a falta de articulação entre os entes federados, relatando que, no estado de São Paulo, iniciativas municipais muitas vezes não avançam por já terem sido recusadas em instâncias estaduais.



Em seguida, Daniela Fontoura (ESPS) reforçou as questões estruturais e de financiamento, relatando que sua escola enfrenta dificuldades com a ausência de um sistema institucionalizado para a gestão das ações educacionais. Também enfatizou a baixa priorização da EPS no planejamento estadual e defendeu a urgente necessidade de redefinir os papéis das escolas municipais e estaduais no SUS, com vistas à institucionalização e ao fortalecimento das ações educacionais.

Dando prosseguimento ao debate, Sara Cerqueira (ESPS) dirigiu questionamentos a André Cavallari e Viviane Cavalcante, buscando detalhes sobre o porte da FESP e a inserção do financiamento no PPA. Também solicitou informações sobre a criação do comitê de ética, da revista e da editora vinculadas à escola.

Na sequência, Cláudia Abreu (EMS) trouxe à tona os obstáculos jurídicos enfrentados na execução orçamentária, destacando que, mesmo quando os recursos são disponibilizados, o processo de execução é frequentemente travado por entraves legais e pela interlocução desgastante com o setor jurídico. Diante disso, lançou ao grupo a pergunta sobre possíveis estratégias ou experiências que pudessem tornar esse processo mais eficiente.

Respondendo às questões, André Cavallari (FESP) informou que a escola conta com cerca de 66 servidores e um orçamento aproximado de R\$ 16 milhões, sendo a maior parte destinada ao financiamento de bolsas. Esclareceu que a contratação de preceptores é realizada por meio de editais públicos, abertos tanto para o público interno quanto externo.

Também destacou que o modelo de fundação facilita significativamente a execução dos recursos, embora sua implantação dependa da apresentação de evidências concretas de impacto das ações educacionais. Compartilhou ainda um episódio marcante, em que a fundação quase foi extinta, sendo posteriormente reativada graças à mobilização da comunidade, o que reforçou a importância do reconhecimento social e político da instituição.

Viviane Cavalcante (ESP-VS) complementou a resposta, explicando que a revista da escola surgiu da necessidade de registrar e divulgar experiências locais, ganhando posteriormente alcance nacional, e que atualmente possui Qualis B3. Informou que a escola ainda não conta com um Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), mas reconheceu a importância de sua criação e comprometeu-se a encaminhar essa demanda. Sobre a editora, relatou que ela nasceu da necessidade de sistematizar e divulgar os manuais produzidos pela instituição, com o objetivo de apoiar os processos de trabalho. Apesar das limitações atuais, afirmou que há intenção de ampliar a atuação da editora no futuro.

Na continuidade, Cristiane Oliveira (CEPS/ SMS Aracaju) compartilhou que, apesar de o centro possuir quatro núcleos, ainda não se configura como uma Escola de Saúde Pública. Ressaltou que os principais desafios enfrentados são o financiamento e a escassez de recursos humanos. Relatou também a criação recente de um núcleo baseado em evidências científicas e questionou se há alguma iniciativa do MS voltada ao fortalecimento desse modelo de atuação.

Em seguida, Silvia Tomaz (ESP-MT) sugeriu que as ofertas de EPS por parte do MS sejam melhor dialogadas com as escolas, considerando que são essas instituições que executam as ações e, por isso, devem estar envolvidas desde o planejamento das formações.

Dando prosseguimento, Márcia Cristina Fausto (RedEscola) contextualizou as mudanças ocorridas no cenário das escolas de saúde desde sua entrada na rede, em 2023, até os dias atuais. Destacou o papel da SGTES na construção de avanços, especialmente por meio do

diálogo intersetorial e da articulação com outras instituições. Como exemplo, citou uma iniciativa conjunta para promover formações sobre equidade. Também ressaltou a importância dos espaços de articulação e produção de conhecimento, como a ABRASCO.

Na sequência, Patrícia de Oliveira (ESP-MG) voltou a destacar as dificuldades de execução orçamentária, ressaltando que as fundações de apoio têm se apresentado como alternativa viável para uma aplicação mais eficaz dos recursos.

André Cavalari (FESP) reforçou essa ideia, reafirmando que o modelo de fundação contribui para maior agilidade e autonomia na gestão dos recursos, mas ressaltou a necessidade de evidenciar com dados concretos a efetividade das ações para que esse modelo ganhe legitimidade e apoio político.

Viviane Cavalcante (ESP-VS) concluiu reforçando a importância de apresentar resultados com base em dados, evidenciando o impacto dos residentes na qualificação dos serviços e no fortalecimento dos processos de trabalho da rede. Destacou que, embora existam avanços, o aperfeiçoamento das ações deve ser permanente.

Erika Rodrigues de Almeida (CGAES/DEGES/SGTES/MS) finalizou o momento apresentando um consolidado das discussões em forma de *“10 desafios para a governança das escolas do SUS”*. Ressaltou que a SGTES tem o papel de apoiar as escolas, e de forma alguma, de gerenciá-las. Em seu consolidado, destacou os seguintes pontos:

1. A necessidade de garantir autonomia de gestão às escolas;
2. O fortalecimento da articulação federativa entre escolas, municípios, estados e MS;
3. O fortalecimento das estruturas institucionais e administrativas das escolas;
4. A ideia de disponibilizar um sistema de secretaria acadêmica para gerenciar os processos educacionais;
5. O resgate da discussão sobre o papel das escolas: para quem se oferta, o que se oferta e como se oferta;
6. A necessidade de discutir os modelos de natureza jurídica das escolas, como autarquia ou gestão direta, e identificar quais oferecem maior grau de autonomia;
7. A superação de entraves jurídicos que dificultam o funcionamento das escolas;
8. A necessidade de pensar indicadores de efeito e impacto das ações educacionais, questionando como se mede o impacto dessas ações em macro indicadores epidemiológicos, e propondo a construção de indicadores de curto, médio e longo prazo, inclusive voltados à gestão do trabalho;
9. A importância de colocar em foco as ações e atividades desenvolvidas pelas escolas para garantir visibilidade e financiamento; e
10. O reforço do papel da SGTES como apoiadora das escolas do SUS, e não como instância de gestão direta.

12/08/2025 - 2º DIA DA OFICINA



6. RODA 1 - EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: ATUAÇÃO DAS ESCOLAS E OS DESAFIOS NA ARTICULAÇÃO COM A GESTÃO DO TRABALHO EM SAÚDE

6.1 ALBERTO LUIZ ALVES DE LIMA - ESCOLA DE SAÚDE DO RECIFE (ESR)



Alberto Luiz Lima (ESR) iniciou sua fala contextualizando sua trajetória e convidou a colega Dara Felipe (ESR) para acompanhá-lo na representação da ESR. Destacou que sua apresentação traria as ações atuais da escola, começando por uma reflexão sobre o conceito de gestão do trabalho e suas múltiplas dimensões, ressaltando que o trabalhador deve ser um agente transformador de seu ambiente. Provocou o público com as perguntas: “Pode a EPS ser compreendida como estratégia de Gestão do Trabalho?” e “Qual a relação entre a EPS e os processos de provimento, valorização, precarização, desenvolvimento da vida e desalienação?”



Na sequência, compartilhou a história inspiradora de Maria da Conceição, uma jovem negra de comunidade periférica de Recife, que se inspirou nos Agentes Comunitários de Saúde de seu território e despertou o desejo de transformar a realidade local. A história de Conceição foi usada como fio condutor para ilustrar a atuação da escola.

Explicou que a ESR foi criada oficialmente por decreto em 2020, mas já desenvolvia ações anteriormente. Apesar de ainda não ter sede própria, esse é um objetivo da escola, tendo como inspiração o espaço físico atual da ESPS. Explicou que, como as demais escolas, a missão da ESR é ser facilitadora da Educação Permanente em Saúde.

Retomando a trajetória de Maria da Conceição, contou sobre seu ingresso no curso de enfermagem e o acolhimento que recebeu da preceptora Lúcia em seu primeiro dia na Unidade de Saúde da Família. Aproveitou para destacar o cuidado da escola na formação de preceptores e na criação de ambientes de aprendizagem acolhedores. Trazendo o depoimento de Lúcia, que evidenciou o apoio da ESR com cursos de aperfeiçoamento para preceptores, buscando qualificar o cuidado à população e a qualidade dos serviços prestados.

Alberto continuou descrevendo o papel da residência na formação de Conceição, que considerou essa etapa um divisor de águas. Atualmente, a ESR oferta residências médica, uniprofissional e multiprofissional. Dentre os marcos de inovação, ressaltou que a escola foi pioneira na implementação da Política Municipal de Educação Popular em Saúde, transformando as relações entre profissionais, comunidade e o sistema. Hoje, existem núcleos de educação popular nos oito Distritos Sanitários de Recife, com atividades como rodas de conversa e oficinas de facilitação.

A história de Maria da Conceição se completou com seu ingresso na rede como servidora pública. Após passar por processo de acolhimento na chegada ao serviço, que buscava reforçar seu pertencimento, ela se tornou preceptora na mesma unidade onde iniciou sua trajetória. Alberto destacou esse percurso como exemplo concreto da efetividade do ciclo de aprendizagem promovido pela escola, que acompanha o profissional desde a formação até a atuação como agente formador.

Além disso, Alberto citou que entre as ferramentas utilizadas pela escola, o Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) foi desenvolvido com apoio da RedEscola, bem como a criação de um canal no YouTube, o que ampliou significativamente as possibilidades de formação e aperfeiçoamento dos trabalhadores da rede. Finalizou sua exposição destacando que a história de Conceição foi usada para ilustrar a interface entre a Educação em Saúde e a Gestão do Trabalho, reforçando que as escolas do SUS são dispositivos estratégicos para a efetivação das políticas públicas em saúde.

6.2 DÊNIA RODRIGUES CHAGAS - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE ARAGUAÍNA (ESPA)



Dênia Chagas iniciou sua fala com o compartilhamento breve da sua trajetória profissional e experiência frente à ESPA, no Tocantins. Após isso, propôs uma dinâmica interativa com todos os presentes, onde convidou todos a ficarem de pé e, em um tom animado e envolvente, perguntou se os participantes realmente se conheciam. Pediu que se organizassem em duplas, ficando de frente uns para os outros, e que olhassem atentamente para seu colega, do dedão do pé até o fio de cabelo, com um olhar cuidadoso e respeitoso, solicitando licença nesse processo de observação.

Em seguida, orientou que todos ficassem de costas e retirassem algum objeto pessoal, como um anel, relógio ou qual-

quer acessório sem que o colega visse. Após isso, voltaram a ficar de frente e tentaram adivinhar o que o outro havia tirado. Com risos e brincadeiras, alguns acertaram, outros não.

Dênia então retomou a palavra e refletiu sobre o significado da atividade. Ela ressaltou que, muitas vezes, achamos que conhecemos as pessoas com quem convivemos e trabalhamos, mas, na prática, não as enxergamos com a profundidade necessária. Essa dinâmica, segundo ela, não foi apenas uma brincadeira inicial, mas um convite à reflexão sobre o olhar que estamos lançando sobre a educação permanente.

Questionou se estamos, de fato, observando nossa realidade como deveríamos, se estamos atentos ao nosso campo de ação, às necessidades dos nossos servidores, aos detalhes que fazem a diferença no cotidiano do trabalho em saúde. A mensagem foi clara: a transformação começa pelo olhar, um olhar que precisa ser mais sensível, atento, presente e comprometido com o outro. Esse é o ponto de partida para uma educação permanente significativa e transformadora.

Na sequência, Dênia diz que ao assumir a SMS, recebeu do prefeito a missão de melhorar o acolhimento à população. Ao visitar as 22 unidades básicas de saúde do município, percebeu que o problema central não estava apenas na atenção ao usuário, mas no adoecimento dos próprios servidores. A partir desse diagnóstico, criou um Núcleo de Apoio Psicológico ao Servidor dentro da estrutura da Escola de Saúde Pública, começando com um psicólogo e chegando, hoje, a uma equipe de cinco profissionais. Dênia reforçou que cuidar de quem cuida é uma das ações mais fundamentais da educação permanente em saúde.

Para ela, a escola não deve se restringir a regular campos de estágio ou atuar apenas dentro de seus próprios muros. Ao contrário, deve ser protagonista de transformações nos territórios, indo às ruas, periferias e comunidades, atuando em parceria com instituições de



ensino e com os próprios trabalhadores. A escola em Araguaína realiza campanhas regulares como o Janeiro Branco e o Novembro Azul, envolvendo acadêmicos, instituições de ensino e profissionais da rede. Essas ações são realizadas em locais públicos, como bairros de maior vulnerabilidade com atendimentos médicos, odontológicos, distribuição de cestas básicas e ações de educação em saúde. Só na campanha do Março Lilás, por exemplo, mais de 400 pessoas foram atendidas.

Compartilhou a realização de um congresso anual de enfermagem promovido pela escola, que em 2025 chegou a quase mil inscritos, além de eventos temáticos como seminários sobre saúde do trabalhador e autismo. Ela explicou que todas as ações da escola são construídas com base em reuniões mensais com superintendências da Secretaria de Saúde, para levantamento de necessidades de capacitação e formação dos servidores.

Essas formações são contínuas, com um planejamento estruturado e metas claras. Para os gestores da rede, foi criada uma especialização em saúde coletiva em parceria com a Universidade Federal do Norte do Tocantins (UFNT), que também disponibilizou vagas de mestrado e doutorado para servidores da saúde de Araguaína. A parceria com a UFNT também viabiliza o uso de espaços físicos para realização das formações e mobiliza docentes e especialistas como facilitadores dos cursos.

Além disso, a escola implantou uma plataforma Moodle, com o apoio da Rede Escola, para ofertar cursos à distância, incluindo uma formação obrigatória sobre o SUS com carga horária de 40 horas para todos os servidores da saúde do município. Outro destaque foi a criação de um selo de qualidade para as unidades básicas de saúde, nas categorias bronze, prata, ouro e diamante, que considera indicadores específicos e prevê premiações simbólicas e também financeiras, uma proposta abraçada pelo prefeito como forma de estimular o engajamento e a excelência no atendimento à população.

Dênia enfatizou que mesmo com desafios estruturais como falta de sede própria, limitação de recursos financeiros e escassez de recursos humanos, não se permite parar. Ela lidera a escola com senso de missão e comprometimento pessoal, buscando soluções e parcerias ativamente. Recentemente, criou a Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU) da escola e já protocolou projeto no Ministério da Saúde para abertura da primeira residência em saúde no município.

Para ela, a responsabilidade com a escola vai além da gestão burocrática. É um compromisso com o cuidado, com a equipe e, principalmente, com a comunidade. Em sua fala, Dênia destacou a importância de liderança, do trabalho em equipe e da valorização das pessoas como pilares da transformação. Para ela, dificuldades sempre existirão, mas o que faz a diferença é o olhar que se tem sobre elas e a atitude diante dos desafios.

Encerrando com entusiasmo, defendeu que cada um deve se perguntar qual o legado está deixando em sua escola, equipe ou território, lembrando que a entrega profissional sempre será reflexo daquilo que se carrega internamente. Para transformar o mundo, é preciso, antes de tudo, se conhecer.

7. RODA 2- ENSINO-SERVIÇO-COMUNIDADE: CONTRAPARTIDAS, LEGISLAÇÃO E COAPES

7.1 MARSELLE REGINA SILVA BENETTI - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINAS (ESPC)



Marselle Benetti iniciou sua fala contextualizando a história da Educação Permanente em Campinas, que surgiu a partir da coordenação de educação dos trabalhadores em saúde. No cenário atual, indicou que a chegada de um novo secretário de saúde, da gestão anterior, está sendo realizado a estruturação da educação de uma maneira diferente. Explicou também que há o interesse da Secretaria de Saúde na área de Saúde Digital, favorecendo a construção de iniciativas na área.

Marselle abordou acerca da experiência da integração ensino-serviço-comunidade na Escola de Saúde Pública de Campinas, que apoia 14 instituições de ensino, contando com 26 cursos de graduação da área de saúde e 07 cursos de nível médio. No nível superior há a oferta de 50 disciplinas por semestre e no nível médio um total de 15 disciplinas.

Pontuou o processo de formulação das diretrizes regulamentadoras de IESC pela escola, explicando que essas diretrizes orientam os convênios educacionais, e as contrapartidas, expressando-se a partir da seguinte fala:

“Então a gente trabalha com bens e serviços, a pessoa, a contrapartida nunca são em dinheiro, é sempre em bens e serviços ligados, voltados para o comitê. Então, nós temos um comitê de contrapartida que vai olhar qual que é a contrapartida e no que que a gente vai executar essa contrapartida. Então, parte da contrapartida é executada para dentro da escola e parte da contrapartida é pra assistência, pensando que também a gente precisa qualificar os nossos serviços onde recebem esses alunos”.

Explicitou sobre o processo de formalização de instituições de ensino (IE), que está ligado ao convênio educacional, reforçando que possui o apoio do departamento administrativo em relação às compras que serão realizadas com o dinheiro da contrapartida. Apontou que o primeiro passo na formalização de uma IE é o conveniamento, já o segundo passo, consiste nas solicitações de campo de estágio, por parte das instituições formadoras, que são planejadas a partir da capacidade instalada e das demandas do território. Marselle ainda reforçou que há uma construção conjunta com as IES, os trabalhadores do SUS e usuários da rede.

Referente às residências, explicou que há um fluxo diferente do nível médio e da graduação, uma vez que não há previsão de contrapartidas, e, portanto, havendo a realização de convênios. A expositora elucidou ainda, acerca da lei nº 16.082/ 2021, a nível municipal que garantia o pagamento das bolsas para os residentes, ademais, foi disponibilizado o regimento do COREMU em QR Code. para consulta dos participantes.

Ao abordar os programas de residências próprios, Marselle apontou o programa Mais Médicos, como uma ferramenta que possibilita que a Estratégia de Saúde da Família aconteça em Campinas. Apontou também uma dificuldade referente às residências externas, onde por falta de comunicação com IES privadas havia uma dificuldade no controle do acesso dos estudantes nas unidades de saúde, e, para tanto, foi formulado um questionário no intuito de realizar o monitoramento dos dados.

Quanto aos convênios de ensino, destacou que no município de Campinas o decreto nº23.146/2024 regulariza o convênio, e que estabelece um prazo para sua formalização. Explicou que para formalizar o convênio faz-se necessário preencher o requerimento, o plano de trabalho que é posteriormente analisado, seguindo um cálculo do valor pecuniário das contrapartidas, que considera: o índice técnico, a taxa de ocupação e a unidade oficial de campinas. Salientou que para instituições de ensino públicas, não há a cobrança de contrapartidas.

Referente aos projetos de extensão, Marselle explicou que havia uma necessidade de discussão com os diferentes atores, devido às divergências quanto ao entendimento de “o que é/constitui” um projeto de extensão. A expositora ainda reforçou o SUS como ordenador da formação em saúde, que orienta o processo do serviço, exemplificou a turma de articuladores, onde há a formação de articuladores para criar pontes entre as unidades de saúde e a Escola, que estão sensíveis e conseguem fazer essa ponte com o território.

Ressaltou também o papel articulador na qualificação do trabalho, listando as seguintes atribuições: o acompanhamento do docente na realização de visitas prévias para conhecimento do campo de estágio;a pactuação com o docente as atividades a serem desenvolvidas

no estágio (projetos e procedimentos) e organização do serviço para a realização das mesmas; a preparação da equipe e serviço para as atividades pactuadas com a Instituição de Ensino; o acolhimento dos estudantes e docentes; a apresentação do serviço, profissionais, projetos em andamento e território aos estudantes; e a Inserção nas atividades desenvolvidas pela equipe.

Pontuou os articuladores como ferramentas importantes para apoio neste processo, mencionando que na ESAC há a Comissão de Integração Ensino Serviço comunidade (CIESC), que realiza as reuniões mensais, com os diferentes representantes de IES. Por fim explicou que atualmente, a escola está trabalhando com formação de gestores, em parceria com o Gastão Wagner, enquanto apoiador institucional. Ressaltou ainda ao final de sua fala que possuíam cerca de 60 apoiadores institucionais em nível distrital, e que têm trabalhado com essas parcerias para construção de iniciativas inovadoras.

7.2 DIÊGO EDINGTON ARGÔLO - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SALVADOR (ESPS)



Diêgo Argôlo iniciou sua fala fazendo um destaque sobre ser um momento importante na ESPS, onde está sendo vivenciado um momento de aprimoramento. Anunciou que a portaria nº244/2010 estava sendo revisada, já havendo uma versão final desta portaria aprovada pelo secretário, e portanto, aguarda-se sua publicação para ter validade. Pontuou a importância da fala de Marselle, que contemplou vivências também do seu cotidiano e das demais escolas de saúde. Em seguida, realizou a explicação da estrutura organizacional da ESPS, destacou o comitê gestor, composto pelas lideranças das unidades, havendo, portanto, uma liderança compartilhada

Ainda referente à organização da ESPS, pontuou que há quatro unidades: (1) Unidade de Educação na Saúde (UES), que se subdivide nos núcleos de Educação Permanente e Educação Popular (2) Unidade de Educação Digital (3) Unidade de Gestão da secretaria acadêmica e (4) A Unidade de Integração Ensino Serviço Comunidade (UIESC), composta por três núcleos: residências, estágios e práticas e pesquisa. Pontuou que o núcleo de resi-

dências, gerencia seis programas diretos de residências, além dos programas parceiros. O núcleo de residência se subdivide na COREME e COREMU, fazendo também a articulação com o NUGETES. Explicitou as responsabilidades da UIESC, que dentre elas estão: regular inserções de estudantes nos campos de prática da SMS; organizar e acompanhar estágios extracurriculares e jovens aprendizes, destacando os desafios provenientes das articulações necessárias na regulação dos campos de práticas.

Para contextualizar os cenários de práticas, Diego Argôlo (ESPS) explicou como era organizada a estrutura dos 12 distritos sanitários de Salvador, que, por meio do BI, havia o monitoramento das práticas e da distribuição das inserções nos distritos. Em seguida explicou um pouco do cenário, que em 2024, houve 14.663 inserções em campos de práticas e que a SMS era composta por cerca de 10 dos servidores da prefeitura, com um total de, em média, 10.000 servidores.

Destacou que a ESPS realiza o acompanhamento dessas inserções, mas que não possuía um sistema oficial para tal atividade. No entanto, a aquisição e o desenvolvimento do sistema encontravam-se em andamento, devido a um termo de cooperação técnica com a Secretária Estadual de Saúde da Bahia, que já possui um sistema que realiza o controle das inserções dos campos de prática. Posteriormente, ilustrou o número de inserções de alunos por instituições de ensino em 2024, reforçando que instituições da rede privada atualmente possuem maior demanda de inserção nos campos de prática do município.

Retomou o diálogo sobre a portaria nº 244/2010, criada para regulamentar os campos de práticas na rede municipal, mencionando que não se tinha um instrumento jurídico que regulamentasse os convênios, mas que através da portaria nº 244/2010, houve a indução a isonomia e imparcialidade no estabelecimento dos convênios.

Quanto às contrapartidas, Diego pontuou a necessidade de mudanças e trouxe a experiência na Bahia, onde foi publicada uma portaria que possibilitou as contrapartidas financeiras, mas que, à época, estava suspensa por conta de uma mobilização das IES públicas. Mencionou ainda que as contrapartidas estabelecidas na ESPS variam, e, conforme estudos preliminares, observou-se que entre tudo que já foi recebido como contrapartida, o retorno para a ESPS e, conseqüentemente, pro serviço, está muito aquém daquilo caso houvesse a cobrança financeira, considerando um novo cálculo desenvolvido pelos técnicos da ESPS e similar ao cálculo apresentado por Marselle Benetti (ESAC).

Destacou que na nova proposta, as contrapartidas a serem ofertadas pelas IES privadas com ou sem fins lucrativos, devem ser propostas anualmente. Quanto às instituições públicas, as contrapartidas poderão envolver consultorias, atividades de assessoria e bolsas. Explicitou também, acerca dos desafios, e para tanto, abordou acerca dos NUGETES, que são “os representantes da ESPS” nos Distritos Sanitários, que permite ter um contato com a ponta.

Quanto ao âmbito da gestão e integração ensino-serviço, elencou uma série de desafios, dentre eles: implementação efetiva da nova normativa das contrapartidas, sistema de informação, ações de apoio pedagógico, técnico e institucional e projetos de pesquisa e extensão, onde quanto a este último, pontuou uma necessidade de orientação também das atividades de pesquisa e extensão.

8. ÁGORA COLABORATIVA - DEBATE COLETIVO E PROPOSIÇÕES: ESPAÇO PARA DISCUSSÃO DOS PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS DURANTE AS RODAS



O momento da Ágora foi iniciado por Gustavo Lessa (ESPS), que fez alguns avisos de ordem logística. Informou que, por conta de dificuldades de acesso ao outro espaço previsto na programação, as mesas da tarde seriam mantidas na sala Barra Rio Vermelho, na sede da ESPS. Acrescentou que, ao final das atividades, os participantes se deslocariam para o prédio ao lado, onde aconteceria o coquetel de encerramento. Em seguida, convidou Ana Lúcia Nunes (ESPMA) para coordenar o debate e chamou de volta os expositores da manhã, abrindo oficialmente o espaço de contribuições coletivas.

Dando continuidade, Ana Lúcia Nunes (ESPMA) assumiu a mediação agradecendo aos expositores pelas apresentações impactantes e bem construídas. Além disso, ressaltou que ficou particularmente tocada pelo relato sobre Maria da Conceição, apresentado por Alberto Luiz Lima (ESR), destacando sua força simbólica como expressão de transformação por meio da Educação Permanente em Saúde (EPS). Logo em seguida, explicou como se daria o deba-

te: o tempo disponível seria de 1h10, dividido em rodadas de quatro a cinco falas, e solicitou que os participantes otimizassem suas contribuições para garantir uma escuta coletiva eficaz.

Na primeira rodada, Patrícia Regina (ESPS) inaugurou as falas ao direcionar sua pergunta à ESR, questionando como a capacitação dos trabalhadores via educação popular se convertia em impacto direto nos serviços de saúde. Em seguida, Danilo Lima (ESP Fortaleza) parabenizou mais uma vez Alberto pela apresentação da história de Conceição, considerada por ele como “espetacular”, e compartilhou a experiência de Fortaleza com a organização de carga horária de até oito horas semanais para preceptores. Com base nessa prática, indagou como isso vinha sendo organizado em outros municípios e perguntou a Marselle Regina Benetti (ESP Campinas) sobre a destinação dos recursos arrecadados das Instituições de Ensino Superior (IES).

Além disso, Melicia Reis (ESPS) trouxe reflexões sobre o planejamento das ações a partir do levantamento das necessidades dos serviços, destacou a ausência de dados sobre o perfil da força de trabalho durante as apresentações e provocou uma discussão sobre a valorização dos preceptores, apontando também a carência de participação comunitária nos processos formativos. Complementando, Silvia Tomaz (ESP-MT) questionou sobre a participação das escolas no PGTES e incentivou uma reflexão mais profunda sobre o papel das instituições no financiamento das ações formativas.

Em resposta, Marselle Regina Benetti (ESP-Campinas) explicou que as liberações de servidores variam conforme o tipo de curso, os de curta duração eram autorizados diretamente pelos serviços, enquanto os de longa duração exigiam análise da escola. Quanto ao uso dos recursos das IES, esclareceu que era feito um planejamento semestral detalhado em parceria com as instituições, convertido em bens e serviços como ultrassons portáteis.

Adicionalmente, afirmou que os NEPS eram essenciais para garantir que a EPS alcançasse a ponta da rede e envolvesse a comunidade. Destacou a realidade da cidade, com 243 equipes, 97 médicos do Mais Médicos, um tutor e 10 supervisores, e chamou atenção para a dificuldade de manter preceptores devido à falta de efetivos e concursos públicos. Por fim, mencionou que a escola participava do PET-Equidade e promovia oficinas sobre comunicação não violenta.

Logo depois, Alberto Luiz Lima (ESR) respondeu ressaltando que os núcleos de educação popular eram recentes, mas tinham como missão identificar necessidades territoriais e fortalecer relações mais humanas, o que exigia coragem institucional. Além disso, informou que havia liberação de um turno semanal para ações de EPS e que o plano de cargos e carreiras contemplava a participação em congressos e eventos científicos.

Ele informou que no tocante do planejamento, a equipe liderada por Dara Felipe (ESR) realizava visitas às unidades para coletar informações e demandas, que eram posteriormente sistematizadas em relatórios. Atualizou os dados de Recife, mencionando cerca de 13 mil servidores, 300 equipes de Saúde da Família, 300 médicos do Mais Médicos, 20 supervisores e 2 tutores, e reforçou a relação ativa com o Conselho Municipal de Saúde (CMS), assim como a necessidade de parceria entre escolas municipais e estaduais na PGETS.

Na sequência, Dênia Rodrigues (ESPA) relatou que a escola de Araguaína realizava reuniões periódicas com as equipes, elaborava planejamento a partir da escuta das unidades e

mantinha parceria com o CMS para validação das ações. Além disso, afirmou que a escola participava ativamente da comissão de equidade e do planejamento da rede.

Em seguida, Diêgo Argôlo (ESPS) explicou que, embora houvesse previsão de liberação de carga horária para formação, ainda faltava uma normativa específica para regulamentar o processo. Também, relatou as dificuldades geradas pela multiplicidade de vínculos e horários dos profissionais, além da necessidade de automatização de um processo ainda manual.

Retomando os cenários de prática, Marselle Regina Benetti (ESP Campinas) refletiu que, embora não fosse papel exclusivo das escolas fiscalizar o uso adequado desses campos, elas não podiam se eximir dessa responsabilidade, pois isso impactava diretamente a formação profissional.

Na segunda rodada, Melícia Reis (ESPS) complementou sua fala anterior ao destacar a importância de construir planos como o PMGTES, coordenado por ela no PET, e enfatizou que conhecer o perfil dos trabalhadores era essencial para garantir a efetividade dos investimentos em EPS.

Logo depois, André Cavallari (FESP) compartilhou que, em Palmas, enfrentavam interferências indevidas das IES nos campos de prática e que a criação de um colegiado intersetorial foi crucial para superar esse desafio e regularizar as atuações. Além disso, destacou que a aproximação com universidades e o CMS foi fortalecida por esse colegiado, e expressou interesse em conhecer o sistema de regulação da ESPS, além de apontar alternativas de captação de recursos.

Na mesma linha, Cristiane Oliveira (CEPS/ SMS Aracaju) reforçou que os desafios eram comuns a todas as escolas, informou que a regulação dos campos se dava por análise técnica e expressou desejo de se inspirar no modelo da FESP. Adicionalmente, mencionou a necessidade de aprimorar a atuação em educação popular e agradeceu pelo momento de reflexão proporcionado pelo evento.

Ainda, Cândida Queiroz (ESPS) trouxe à tona questões sobre formas de monitoramento das ações educacionais, apontando a ausência de sistema próprio como entrave e provocando reflexão sobre o papel das escolas frente à pauta antirracista. Em resposta, Dara Felipe (ESR) solicitou o compartilhamento de documentos reguladores sobre carga horária, destacando que o acompanhamento das atividades formativas na trajetória dos servidores ainda era um desafio em Recife.

Então, Ivaldo Santos (ESP Santos) questionou se a substituição de atividades obrigatórias por “visitas técnicas” feitas pelas IES era uma estratégia para burlar regras contratuais, e solicitou que Marselle Regina Benetti (ESP Campinas) explicasse como Campinas lidava com essa situação.

Por sua vez, Daniele Fontoura (ESPS) afirmou que se identificou com a organização apresentada por Campinas e Recife, relatou dificuldades em engajar a comunidade nas oficinas distritais em Salvador, que foram canceladas, e mencionou o plano municipal de educação popular, questionando como as escolas articulavam GETS e GEPS.

Logo depois, Diêgo Argôlo (ESPS) explicou que a SMS Salvador estava revisando a normativa sobre campos de prática e havia previsão de chamamento público, embora o modelo final dependesse da prática local. Enquanto isso, Marselle Regina Benetti (ESP Campinas)

informou que Campinas considerou esse modelo, mas recuou por orientação jurídica, tendo judicialização por parte de instituições excluídas.

Neste momento, Alberto respondeu a Cândida, explicando que o monitoramento era feito de forma quantitativa e qualitativa, por meio de questionários após cada formação, com os núcleos de EPS alimentando relatórios mensais e trimestrais. Adicionalmente, Dara Felipe (ESR) complementou, relatando ações regulares com gestores às sextas-feiras para sensibilizá-los sobre o papel da formação em serviço.

Além disso, Dênia Chagas (ESPA) explicou que trabalhava com nove eixos estratégicos, aplicava formulário de avaliação após cada ação e revisava a metodologia se os resultados esperados não eram alcançados. Ela também mencionou um colegiado que acompanhava os campos de prática e seguia legislação que destinava 60% das vagas às instituições públicas. Por fim, Marselle Regina Benetti (ESP Campinas) informou que Campinas adotou um calendário anual de capacitações e que a EPS estava vinculada diretamente à gestão do trabalho, com ações integradas.



Para concluir, Ana Lúcia Nunes (ESPMA) retomou a palavra ao final da Ágora Colaborativa, apresentando uma sistematização dos principais pontos debatidos ao longo da manhã. Dessa forma, destacou que, apesar das particularidades de cada território, muitos desafios e estratégias relatados pelas escolas revelaram convergências importantes. Organizou os elementos comuns em dez pontos centrais:

- 
1. A liberação de carga horária para formação foi uma pauta recorrente, evidenciando a necessidade de regulamentação e reconhecimento institucional;
 2. A contrapartida, frequentemente revertida em bens e serviços, emergiu como estratégia para superar limitações burocráticas;
 3. Os NEPS foram destacados pelo papel articulador entre gestão, serviços e controle social, ampliando a presença da comunidade;
 4. A diversidade de vínculos entre instituições, com Salvador demonstrando expressiva proporção de servidores efetivos;
 5. O reconhecimento de instrumentos como PGETS, PMGTES e PMES mostrou a importância de adaptá-los às realidades locais;
 6. Os CIES e colegiados foram apontados como espaços fundamentais para diálogo e pactuação das políticas formativas;
 7. O programa de equidade foi identificado como um grande desafio, exigindo transversalização dessa pauta nos processos formativos;
 8. A atuação das escolas como supervisoras do Programa Mais Médicos foi valorizada, dada sua proximidade com os territórios;
 9. O monitoramento e avaliação das ações educativas foram considerados frágeis, indicando necessidade de ferramentas mais eficazes; e
 10. A importância de reforçar a presença da comunidade nas ações das escolas foi reafirmada, reconhecendo os avanços, mas também os desafios persistentes na inclusão efetiva da população nos processos de EPS.

9. RODA 3 - RESIDÊNCIAS EM SAÚDE: ESTRUTURA, ESTRATÉGIAS DE PROVIMENTO E FIXAÇÃO

9.1 KARINA GOMES CERQUINHO - ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE MANAUS (ESAP/SEMSA)



Karina Gomes Cerquinho foi convidada para a fala, então começou agradecendo a oportunidade, destacando que era graduada em Educação Física, mencionando também que estava na gestão da Escola de Saúde Pública de Manaus a quase 4 anos, mencionando também que era servidora pública a 12 anos.

Destacou o organograma da Escola de Saúde Pública de Manaus, dizendo que era diretora executiva e que a instituição contava com 42 trabalhadores, compondo uma equipe multiprofissional que incluía desde estatutários até estagiários que desenvolviam atividades na Escola. Ressaltou que a ESAP/SEMSA possui apenas sete anos de existência, sendo, portanto, uma escola ainda jovem.

Mencionou que a Escola dispunha de poucos Programas de Residência: Medicina de Família e Comunidade (MFC), Residência em Enfermagem de Família e Comunidade – iniciada em 2025 – e a Residência Multiprofissional em Família e Comunidade, cuja adesão ao ENARE já havia ocorrido, com previsão de início para março de 2026.



Enfatizou a estrutura vigente das residências na Escola, informando que há 63 residentes, 27 preceptores, 1 tutor, 2 coordenadores e 1 supervisor. Acrescentou que a instituição mantém a organização da COREME e da COREMU, cumprindo com a obrigatoriedade estabelecida.

Sobre o Programa de Medicina de Família e Comunidade (MFC), ressaltou que este surgiu antes mesmo da Escola e era o mais concorrido do estado de Manaus, com 30 vagas anuais sempre preenchidas. Informou que o programa contava, naquele momento, com 55 residentes e 17 preceptores, dos quais 9 atuavam também como supervisores, e que já havia formado 106 especialistas.

Em relação ao Programa de Enfermagem, destacou que teria início em março de 2026 com 8 profissionais, sendo acompanhado por 10 preceptores, dos quais 8 eram servidores. Quanto às Residências Multiprofissionais, informou que começariam em 2026 com 10 vagas distribuídas em seis categorias profissionais: farmácia, educação física, psicologia, nutrição, odontologia e fisioterapia.

Comentou que a estratégia de integração entre os programas de residência médica e de enfermagem evidenciaram uma forte cooperação entre eles por meio de aulas teóricas e encontros, que fortaleceu os vínculos e objetivos relacionados à formação e educação. Resaltou também a contribuição dos coordenadores e demais envolvidos na Residência Médica para a organização e consolidação da Residência de Enfermagem.

Mencionou que a Escola contava com duas unidades de formação de residentes, determinadas pela Secretaria de Saúde, que é uma grande apoiadora das residências na localidade. Mencionou que essas unidades são compostas apenas por médicos e enfermeiros residentes: uma localizada na zona leste e a outra na zona norte da cidade, sendo organizadas pelos coordenadores em articulação com a gestão dos distritos e a gestão local.

Relatou também a existência de um grupo de trabalho responsável por definir as unidades de formação e a distribuição dos alunos. Comentou que esse grupo de trabalho reúne representantes dos cinco distritos de saúde, da área de Recursos Humanos da Secretaria, da Atenção Primária à Saúde, da Subsecretaria e do gabinete do secretário. Enfatizou que todos participam ativamente das discussões sobre os cenários de prática e demais questões relacionadas ao avanço das residências, ressaltando que há 40 equipes distribuídas em 30 unidades de saúde.

Sobre o provimento de bolsas, destacou que os processos seletivos contemplam preceptores, coordenadores, supervisores e tutores, todos remunerados com bolsa, além da concessão de bolsa complementar aos residentes.

Por fim, Karina abordou a questão da fixação dos profissionais, explicando que muitos especialistas, que foram residentes do programa, foram captados como preceptores e que alguns residentes se tornaram servidores públicos do município após um concurso realizado em 2022, além também de mencionar que conseguiram depois de muita luta efetivar de forma oficial, o cargo de médico de família e comunidade e que isso foi um avanço e tanto. Concluiu sua apresentação recebendo aplausos dos participantes presentes.

9.2 FERNANDA CAROLINA CAPISTRANO - ESCOLA MUNICIPAL DE SAÚDE PÚBLICA DE SÃO JOSÉ DOS PINHAIS (ESP/SJP)



Cumprimentou os presentes e destacou que era diretora da Escola Municipal de Saúde Pública de São José dos Pinhais (ESP/SJP). Informou que o município possui aproximadamente 300 mil habitantes e que a Escola conta com uma equipe de seis pessoas: ela como diretora, duas técnicas e três administrativos.

Mencionou que a instituição dispunha de um auditório e algumas salas de aula, ressaltando que a ESP/SJP possui programas de Residência Médica, Multiprofissional e Uniprofissional, totalizando aproximadamente 130 residentes na rede.

Na Residência Médica, destacou a existência dos programas de Cirurgia Geral, Clínica Médica, Pediatria, Ginecologia e Obstetrícia, Psiquiatria, Anestesiologia e Medicina de Família e Comunidade.

Já na Residência Multiprofissional, informou que há o programa de Saúde da Família, contemplando Odontologia, Psicologia, Enfermagem, Nutrição e Farmácia; o programa de Urgência e Emergência, envolve Serviço Social, Enfermagem e Psicologia; e o programa de Saúde Mental, com os cursos de Enfermagem, Serviço Social e Psicologia.

Em relação aos provimentos, enfatizou a implementação da lei "Saúde e Escola", em 2012, que facilitou a participação de residentes e preceptores, garantindo bolsas para servidores que atuavam como preceptores, supervisores, coordenadores e tutores. Explicou que, inicialmente, as bolsas eram de R\$ 517, mas, a partir de uma alteração na lei em 2023, passaram a acompanhar a atualização salarial desses profissionais, representando um estímulo financeiro.

Enfatizou ainda que, em 2022, a Escola conseguiu instituir a bolsa complementar para o programa de Medicina de Família, custeada integralmente pelo Ministério da Saúde. Essa conquista resultou em um grande avanço no preenchimento das vagas, que antes permaneciam ociosas devido à ausência desse complemento.



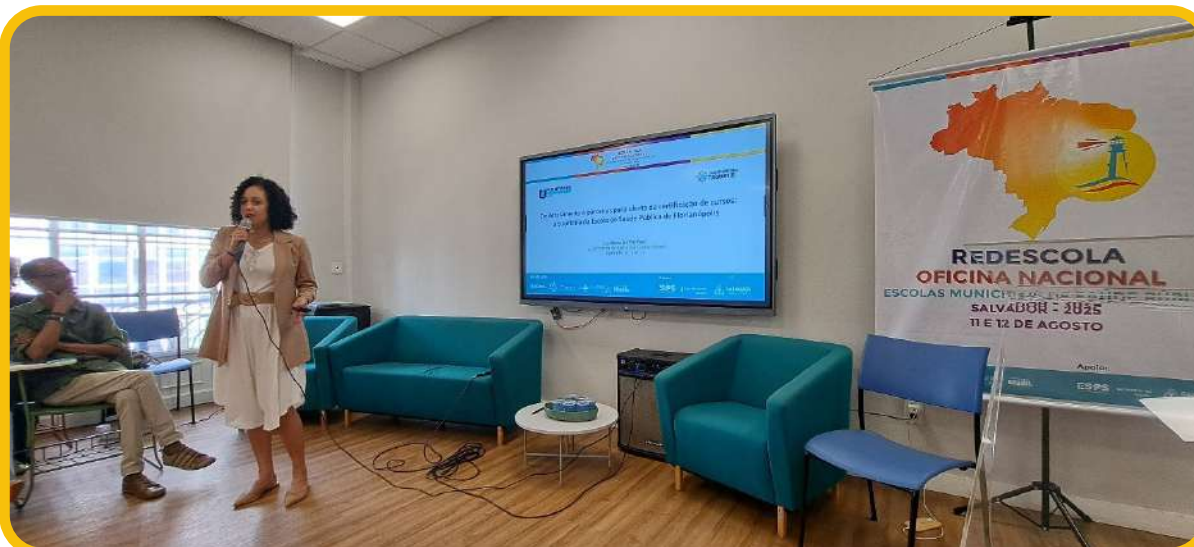
Destacou uma medida adotada para a captação de preceptores: o financiamento da prova de títulos. Essa ação contribuiu para o aumento do número de profissionais, garantindo acompanhamento adequado aos residentes, o que representou um avanço, já que anteriormente havia vagas de residência sem preceptores suficientes.

Mencionou que a Escola optou por não aderir ao ENARE, apesar de ser uma possibilidade. Explicou que a decisão estava relacionada à autonomia financeira proporcionada pela reserva orçamentária própria, proveniente das inscrições dos processos seletivos de residência. Destacou que esse recurso retorna ao município de forma estratégica, sendo investido em cursos, tecnologias, passagens e serviços terceirizados para a Escola.

Apresentou, como exemplo, o quantitativo da reserva orçamentária obtida em 2025, que ultrapassou R\$718 mil, oriundos das inscrições das provas de residência. Ressaltou ainda a importância do credenciamento para ensino superior e técnico. Ao final de sua fala, agradeceu a atenção do público e foi aplaudida pelos presentes.

10. RODA 4- CREDENCIAMENTO E PARCERIAS PARA A OFERTA E CERTIFICAÇÃO DE CURSOS: LEGISLAÇÃO, PDI, PPP, ESTRUTURA FÍSICA, ARTICULAÇÃO COM O SETOR DE EDUCAÇÃO

10.1 LUCILENE GAMA PAES – ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE FLORIANÓPOLIS (ESP-FLORIPA)



Lucilene Paes se apresentou, explicando que estava substituindo a coordenadora Alessandra, que não pôde comparecer. Pediu compreensão caso houvesse limitações na resposta a alguns questionamentos, pois ainda estava em processo de aprendizado sobre o funcionamento completo da escola, considerando seu curto período na instituição. Ela contextualizou o território de Florianópolis, apresentando dados sobre a distribuição dos serviços, o número de habitantes e a composição das equipes da rede. Informou que a criação da ESP-Floripa ocorreu por meio do Decreto nº 16.092, de 2016, e que atualmente a escola está vinculada ao gabinete do secretário.

Durante a apresentação, foi descrita a estrutura física e organizacional da escola vinculada à Secretaria Municipal de Saúde. A sede contava com um espaço com capacidade para aproximadamente 70 pessoas, duas salas de reunião e uma biblioteca, todos esses ambientes compartilhados com a secretaria, incluindo também copa, recepção e banheiros.

Ainda que a escola dispusesse de um espaço próprio para realização de aulas, continuou utilizando salas da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), bem como de outras universidades, compondo assim uma estrutura colaborativa. Nesses espaços acessados por meio de parcerias, havia 15 auditórios com capacidade para 30 a 40 pessoas e outros 5 para 40 a 50.

No que tange à sede de aprendizagem, Lucilene explicou que a estrutura incluía um auditório com capacidade para 200 pessoas, sala de estudos para 10 pessoas, sala de aula ampla, biblioteca, laboratório simulado, refeitório, recepção e sala administrativa, todas com dimensões significativas e adequadas às atividades propostas. Para facilitar o acesso à certificação dos cursos realizados, foi apresentado um sistema simples e funcional onde os servidores podiam acessar seus certificados — tanto os emitidos pela escola quanto os oferecidos em parceria com áreas técnicas da Secretaria.

Lucilene pontuou que, no tocante aos termos organizacionais, a escola era composta por uma coordenação geral e por quatro núcleos: o Núcleo SUS como Escola, o Núcleo de Desenvolvimento do Trabalhador, o Departamento de Gestão e Desenvolvimento Institucional e o Núcleo Observatório em Saúde. Ademais, também contava com assessorias jurídica e de comunicação, secretaria administrativa e uma Comissão Própria de Avaliação, esta última pertencente à Secretaria de Saúde e não exclusivamente à escola.

Ela pontuou que dentre os quatros núcleos, o núcleo SUS como Escola era responsável pela gestão de estágios de cursos técnicos, graduação e programas de residência vinculados a instituições externas, como a UFSC e hospitais estaduais, o que somava, em média, cerca de 1.500 alunos circulando pela rede.

O núcleo também coordenava a gestão de pesquisas e projetos de extensão realizados nos serviços da SMS e geria seis programas de residência, incluindo o Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade (PRMFC), Residência Multiprofissional em Saúde da Família, Medicina de Urgência e Emergência, Psiquiatria, Gestão e Saúde (multiprofissional) e Enfermagem na Atenção Primária. Além desses, havia um R3 voltado à Medicina de Família e Comunidade, com foco em gestão e preceptoria, totalizando 210 residentes.

Explicou ainda que o Núcleo de Desenvolvimento do Trabalhador atuava no desenvolvimento de cursos e eventos de educação permanente em saúde, em parceria com diversas áreas técnicas da secretaria. Neste núcleo, foi desenvolvido um curso de especialização em Liderança e Gestão do SUS, articulado ao programa de residência em Gestão e Saúde. Embora esse programa contasse com apenas três residentes, ele foi pensado como uma experiência piloto, com o objetivo de testar novos formatos de formação.

Com relação às aulas, foram organizadas de forma conjunta entre residentes e gestores da rede, buscando formar lideranças qualificadas para os centros de saúde, uma vez que a gestão local enfrentava dificuldades nesse aspecto. Também foram aprovados dois cursos de especialização em preceptoria, com previsão de início em 2026. Além disso, esse núcleo era



responsável pela liberação parcial dos trabalhadores para participação em cursos de longa duração e eventos, conforme regulamentado por instrução normativa vigente.

Mencionou que em relação à certificação dos cursos de especialização, a escola havia sido credenciada em 2020 pelo Conselho Estadual de Educação para essa finalidade, embora ainda não tivesse credenciamento para cursos de mestrado ou doutorado. O processo de credenciamento exigiu a elaboração de diversos documentos, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), o Projeto Político Pedagógico (PPP), o Projeto Pedagógico de Curso (PPC), a autoavaliação institucional, além de comprovação da infraestrutura (salas, bibliotecas, sistemas) e orçamento. Para iniciar o credenciamento, foi necessário apresentar um curso já estruturado e submetê-lo à análise do conselho.

Destacou que o processo de avaliação foi conduzido por membros do Conselho Estadual de Educação, designados conforme o porte da instituição. As despesas com diárias e pró-labores dos avaliadores ficaram sob responsabilidade da escola. A validade do primeiro credenciamento foi de 3 anos e 6 meses, e os credenciamentos subsequentes passaram a ter validade de 5 anos, sendo exigida a entrada no processo com seis meses de antecedência. Após o credenciamento institucional, cada novo curso de aperfeiçoamento ou especialização precisava ser submetido ao conselho para emissão de parecer e homologação.

Ainda sobre o tópico do credenciamento, contou que durante o primeiro processo, a principal dificuldade enfrentada foi a inadequação do instrumento de avaliação utilizado, o qual era originalmente destinado a faculdades. Muitos critérios não se aplicavam à realidade das escolas de governo, enquanto outros aspectos relevantes deixaram de ser considerados. Isso quase comprometeu a aprovação do credenciamento.

Diante desse desafio, a escola optou por construir uma parceria com o Conselho Estadual de Educação, promovendo espaços de aproximação e compartilhamento de experiências bem-sucedidas, como as realizadas em conjunto com a ESP Floripa e a Escola Estadual de Saúde de Santa Catarina.

Além disso, foram realizados estudos prévios dos instrumentos de avaliação vigentes e buscou-se a elaboração de um instrumento-resposta com documentos comprobatórios auditáveis, ajustados à realidade das escolas de governo. A principal estratégia adotada foi justamente essa aproximação política e técnica com o Conselho, buscando construir um novo entendimento sobre o papel e a especificidade dessas instituições formadoras no âmbito da gestão pública em saúde.

Para encerrar, Lucilene compartilhou um QR Code contendo o instrumento de avaliação utilizado no processo de credenciamento, elaborado para auxiliar na compreensão de como o documento foi construído. Apesar de não ter conseguido apresentar o material durante a exposição, disponibilizou o acesso para que os participantes pudessem consultá-lo posteriormente. Finalizou agradecendo a atenção de todos.

10.2 CLÁUDIA REGINA GRAZIANO DE MORAES E ABREU – ESCOLA MUNICIPAL DE SAÚDE (EMS) / SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE DE SÃO PAULO (SMS-SP)



Cláudia Abreu iniciou sua fala se apresentando como diretora da Escola Técnica do SUS, ligada à Escola Municipal de Saúde. Ela deixou claro que, embora não seja a diretora geral da escola, é ela quem atua fortemente na articulação e construção de redes, algo que, segundo ela, nem todos sabem fazer bem. Cláudia destacou a importância da construção de parcerias ao longo da trajetória da escola, e foi a partir dessa perspectiva que conduziu sua apresentação: menos focada na estrutura da escola em si e mais centrada nas redes e articulações construídas ao longo dos anos.

Contou que a EMS de São Paulo tem uma longa história, iniciada em 1983, com classes descentralizadas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. A primeira residência em área profissional, na odontologia, foi implantada já em 1984. Ela resgatou a importância dessas primeiras alianças e lembrou com entusiasmo que a escola teve a sorte de se beneficiar, ainda na década de 1990, da gestão de Paulo Freire como secretário municipal de educação, durante o governo de Luiza Erundina. Foi nesse contexto que a escola ganhou o prédio da rede municipal onde funcionou até 2024.

Ela fez questão de dizer que a escola nunca teve glamour e, embora não tenha recursos próprios, nem sequer verba para troca de lâmpadas, sempre soube estabelecer articulações que sustentaram e fizeram crescer sua atuação. Mesmo sem orçamento próprio, a escola tem uma história rica de construções com a Secretaria de Educação e com outras instâncias municipais. Cláudia também explicou que a escola está subordinada a uma supervisora escolar, como qualquer escola municipal, e que isso cria uma horizontalidade no tratamento institucional, apesar do seu público-alvo ser diferente.

Explicou que a cidade de São Paulo, conta com mais de 12 milhões de habitantes, cerca de 1.000 equipamentos de saúde e é dividida em seis sedes regionais. A EMS atua de forma integrada com essa lógica territorial, sendo praticamente uma escola repartida em seis pedaços. Cada regional tem sua complexidade e suas demandas específicas. Cláudia

mencionou, por exemplo, a área do Campo Limpo, com cerca de um milhão de habitantes, e a região mais ao sul, com aldeias indígenas e áreas de vazio assistencial.

Ela detalhou ainda a criação de uma série de estruturas e produtos formativos entre 2009 e 2011, como uma plataforma Moodle própria, uma rede de televisão com três canais, canal no YouTube e outras iniciativas que foram possíveis graças a parcerias com organizações como a Unesco. A Biblioteca Virtual em Saúde, em parceria com a Bireme/OPAS, é outro marco importante, que existe desde 2011 e permanece ativa até hoje.

Contou que em 2013, foi implantada a primeira Comissão de Residência Multiprofissional (COREMU), e atualmente a escola articula sete COREMES hospitalares e uma coreme em rede, esta última vinculada diretamente à secretaria. Cláudia destacou também as parcerias formadas no âmbito do COAPES, que permitiram a ampliação do campo de prática e a integração ensino-serviço. Entre 2014 e 2020, a escola coordenou o projeto Rede Sampa, que capacitou mais de 16 mil profissionais em saúde mental.

Destacou que um dos grandes orgulhos recentes da escola é a aprovação de uma especialização pós-técnica em saúde mental. Além disso, comentou com ironia e sinceridade sobre as limitações do novo espaço físico, a escola agora ocupa metade de um andar na sede da SMS, e como isso forçou uma reconfiguração de suas parcerias. Hoje, a escola trabalha muito mais com parcerias internas (com as diversas secretarias executivas da própria SMS) do que com organizações externas, como era mais comum no passado.

Ela falou ainda sobre o papel do Estado em parcerias mais recentes, especialmente a partir da aproximação com comitês de educação e trabalho em saúde, o que permitiu a articulação com projetos do MS, como o Mais Saúde com Agente, o PET-Equidade, e também a RedEscola, da qual a EMS-SP faz parte, além da ReteSUS, que discute pautas específicas do ensino técnico.

Cláudia finalizou com uma reflexão sobre como as parcerias são movidas, em grande parte, pelas pessoas que as constroem. Disse que, apesar da equipe ser pequena, ela é “animadinha” e que é a dedicação dos profissionais que sustentam a escola e suas redes. Um exemplo disso é a parceria mais recente com a Secretaria de Educação para oferecer um curso para cuidadoras de creche, demonstrando que, muitas vezes, as demandas circulam mais facilmente entre os trabalhadores das secretarias do que entre os próprios secretários, que raramente se comunicam.

Com esse relato, Cláudia encerrou sua fala se colocando à disposição para responder perguntas e reforçando que é na articulação cotidiana entre pessoas e instituições que a educação permanente em saúde encontra sua potência.

11. ÁGORA: DEBATE COLETIVO E PROPOSIÇÕES: ESPAÇO PARA DISCUSSÃO DOS PRINCIPAIS PONTOS DEBATIDOS DURANTE AS RODAS



Antes de dar início a ágora colaborativa, Gustavo Lessa (ESPS) cedeu a palavra à Patrícia Von Der Way (Fiocruz), que agradeceu a oportunidade de participar do encontro, falou acerca de sua trajetória profissional, ressaltando a interseccionalidade como uma ferramenta analítica de enfrentamento às desigualdades, reforçou a importância da realização da audiodescrição, bem como apresentou a cartilha “Guia para a Atenção Primária à Saúde das Pessoas com Deficiência”. Finalizou a sua fala fazendo um convite da continuidade da discussão nos demais espaços.



Posteriormente Gustavo Lessa (ESPS) convidou a coordenadora da mesa Ana Batista (ESP-RS) e as demais colegas expositoras para compor a ágora colaborativa.

No primeiro momento a coordenadora da mesa Ana Batista (ESP-RS) realizou sua apresentação, abordando sua trajetória profissional e sua atuação enquanto diretora da ESP-RS que tem como intuito fortalecer a escola de maneira a garantir sua sustentabilidade e continuidade, e em seguida, abriu a sessão para perguntas dos participantes, enfatizando a necessidade de perguntas objetivas.

André Cavallari (FESP) perguntou a respeito da avaliação a ser utilizada para seleção dos programas de residências, quanto à decisão de aderir ou não à seleção do ENARE. Contextualizou a experiência da FESP no ano passado, que foi a segunda vez que a escola aderiu ao ENARE, sendo observado que 70% dos novos residentes são de fora do estado do Tocantins, enfatizando sua dúvida também a respeito da lógica da fixação desses profissionais. Finalizou sua fala questionando as demais escolas, de acordo com suas localidades, territórios e experiências, qual seria a avaliação em relação ao Enare.

Sara Cerqueira (ESPS) fez uma pergunta direcionada à Escola de São Paulo acerca das escolas regionais e como estas se relacionam com a sede. Posteriormente fez uma pergunta à Fernanda, relacionado a equipe reduzida frente à quantidade de residências, como se daria o processo de trabalho diante deste cenário, quais são as competências dos componentes do núcleo de residências e o dimensionamento do trabalho. Demonstrou interesse em escutar dos demais expositores e/ou participantes sobre o processo de adequação dos servidores, dos trabalhadores que estão compondo as equipes da escola.

Marcia Fausto (RedEscola) ressaltou o desafio da certificação, que apontou como um desafio tanto das escolas estaduais quanto nas municipais. Solicitando um maior aprofundamento/discussão acerca dos desafios que enfrentam as escolas que não possuem meios de certificar suas atividades. Questionou também referente às estratégias de fixação dos profissionais residentes, considerando o relato de Karina, em que houve dez especialistas aprovados no último concurso que foram formados no município, indagando se houve nos editais, alguma pontuação que favorecesse os egressos das residências.

Daniela Fontoura (ESPS) direcionou a pergunta à Fernanda Capistrano (ESP-São José dos Pinhais), em relação à organização da equipe reduzida e distribuição de carga horária. Perguntou à Karina Cerquinho (ESAP) quanto à residência de uniprofissional de enfermagem em Saúde da Família se há articulação com o programa de medicina em Saúde da Família e com as residências multiprofissionais. Direcionado a Lucilene Paes (ESP-Floripa), como tem sido o acompanhamento para o credenciamento frente ao Conselho Estadual de Educação (CEE).

Fernanda Capistrano (ESP-São José dos Pinhais) iniciou sua fala respondendo à pergunta referente ao ENARE, explicitando que até então a escola não aderiu ao ENARE devido a um termo de adesão que possui com a Associação Médica do Paraná, uma organização sem fins lucrativos, e, a receita das inscrições são todas destinadas ao Fundo Municipal de Saúde. Relatou as dificuldades diante da imposição por resolução do ENARE em preencher as vagas até dia 1º de março, ou no máximo, até dia 15 de março. Por fim, ressaltou que a Associação Médica do Paraná, se concentra principalmente no próprio estado do Paraná, principalmente por conta do retorno financeiro.

Karina Cerquinho (ESAP) pontuou que vivenciou a experiência de realizar um processo seletivo, que não foi muito positiva, de maneira a optarem por aderir ao ENARE. Porém, esta não seria a proposta final, já que há uma pretensão de realizar um processo futuro que fique restrito à Escola, o que considera mais fácil de controlar a fixação, contudo, neste momento ainda não seria viável para a ESAP.

Quanto a pergunta sobre a fixação dos profissionais, respondendo à Márcia, referiu não possuir um edital e/ou pontuação específica para egressos da residência. Exemplificou a partir do concurso do ano de 2022, em que houve interesse da gestão em valorizar estes profissionais, no intuito de resgatar o investimento realizado, todavia não foi possível. Nos editais de seleção de preceptores, por sua vez, consta como critério ser egresso da residência. Reforçou que há a intenção de no próximo concurso, haver alterações nas pontuações.

No que tange à integração entre os diferentes programas de residência, explicou que todos dividem o mesmo espaço dentro da escola. Os coordenadores dos dois programas, a residência médica, a de enfermagem e a futura coordenadora da multiprofissional dividem o mesmo espaço com a diretora do departamento que cuida das residências, estando diariamente juntos. Destacou o esforço da diretora desse departamento em manter as residências trabalhando em conjunto, trazendo como por exemplo, atividades em que o supervisor da residência médica contribui com a residência de enfermagem, ou vice-versa, ressaltando que tem tido bons resultados.

Referente ao credenciamento, indicou como principal dificuldade no momento, a infraestrutura da Escola. Relatou que a partir do diálogo com colegas de vários locais ao decorrer do evento, um dos entraves é o próprio conselho, onde afirma que cada conselho tem um olhar, de maneira que o que não é visualizado por um conselho, é cobrado por outro, dificultando o processo de certificação.

Lucilene Paes (ESP-Floripa) em complemento à fala de Cláudia, acerca do Conselho Estadual de Educação, indicou que também foi um entrave para a ESP-Floripa, onde ao falar de metodologias ativas e de outras abordagens, assim como realizam as avaliações, não são bem recebidas. Então, optaram por fazer a construção junto com o Conselho, de dialogar com eles e apresentar as metodologias e processos, para que eles compreendessem melhor a organização e o funcionamento da Escola. A partir disso, houve a proposição da elaboração de um outro instrumento que desse conta da realidade das escolas de governo.

Em resposta à pergunta em relação ao credenciamento, explicou que ele dura três anos e seis meses, sendo necessário posteriormente, realizar o credenciamento, depois desse primeiro período, que passa a valer por cinco anos. Em seguida, a cada cinco anos é preciso submeter um novo credenciamento.

Comentou também referente à fixação dos profissionais oriundos dos programas de residência, que no ano de 2024 houve um concurso público em Florianópolis, em que constava como uma pontuação maior ter feito a residência em Florianópolis, pontuando mais do que residências em outras localidades. Entretanto, para algumas categorias profissionais, como a enfermagem, salienta possuir dificuldades, em que o jurídico alegou que estariam restringindo o concurso, havendo a possibilidade de impugnação. Dessa maneira, acabaram por ceder, mas, pontuou ter conseguido colocar pelo menos para Medicina de Família a referida pontuação.

Finalizou sua fala afirmando que a ESP-Floripa não aderiu ao ENARE, mas, que não saberia informar o motivo, mas que provavelmente se aproxima das justificativas trazidas pelas expositoras anteriores.

Cláudia Abreu (EMS) em resposta à pergunta sobre o funcionamento e a estrutura da Escola de São Paulo, explicou a disposição da Secretaria de Saúde. A Secretaria é composta por seis coordenadorias de saúde, e abaixo dessas, há 27 supervisões técnicas que funcionam como “mini secretarias” com a correspondência de todas as áreas técnicas. Há em cada supervisão, igualmente, interlocutores de saúde mental, de saúde da mulher, por exemplo.

Mencionou que as escolas regionais estão inseridas na estrutura de cada coordenadoria. Quando criadas, há dez anos, as escolas possuíam sede própria, contudo, este espaço foi sendo retirado, inseridas dentro das coordenadorias e transformadas em um departamento, então as escolas continuam existindo.

Em relação ao funcionamento das escolas regionais, relatou que as escolas reportam-se administrativamente ao coordenador regional de saúde e, pedagogicamente, à EMS. Pontuou que algumas decisões são tomadas na escola central, junto às escolas regionais, que são mais ocupadas em executar “como braços que funcionam no território”. Parte das escolas regionais contém todas as informações do Plano Municipal de Educação, que atualmente funciona dentro de um sistema chamado Assis. Comentou que o sistema roda um número elevado de ações, em torno de 80 mil ações de educação por ano.

Ressaltou a complexidade do cenário da força de trabalho/valorização dos profissionais em São Paulo, onde aproximadamente 80% da rede do município está com Organizações Sociais (OS), e os estatutários estão alocados na Secretaria, nas Coordenadorias e Supervisão técnica. Pontuou que a escola central realiza as articulações do planejamento da educação permanente das OS, relatando como uma conquista a inserção nos contratos, os indicadores de educação permanente. Explicou que as OS recebem um determinado valor para as ações de educação permanente, mas, em sua maioria não são realizadas pela OS, recaindo sobre as Escolas a cobrança pela capacitação das/os trabalhadoras(es).

Dessa forma, Claudia mencionou que tem sido discutido indicadores de educação permanente para serem colocados nos contratos, possibilitando a responsabilização das OS. Reforçou que há nos contratos de gestão uma carga horária protegida para capacitação dos trabalhadores, informação omitida ou distorcida pelos empregadores, devido à pressão de cumprir as metas.

Por fim, respondeu à pergunta de Márcia Fausto sobre a certificação. Afirmou que ESP/SMS-SP não certifica para nível superior, apesar dos esforços. Explicitou os desafios quanto ao processo de formação em pós-graduação, em que os trabalhadores não costumam ser escolhidos para as vagas de mestrado e doutorado. Para além disso, salienta que não há profissionais suficientes na escola para assumir as demandas da certificação, desde a pesquisa jurídica, ao dossiê. Contudo, refere que a certificação de nível superior “dá uma liberdade para a escola poder capacitar os seus trabalhadores dentro do universo que é interessante para a escola, e, não aquilo que já vem pronto da USP”.

Fernanda Capistrano (ESP-São José dos Pinhais) comentou sobre o desafio do quantitativo de servidores frente à demanda de trabalho. A escola possui cerca de 130 residentes e 700 alunos de graduação em campo, contando com apenas seis profissionais compondo a

equipe. Quanto aos processos geridos pela escola, estão elencados o credenciamento das IES, o termo de adesão e de cooperação técnica, que são encaminhados para a procuradoria e depois retornam para escola. Ademais, há a elaboração e a gestão dos contratos, seja de licitação, de exigibilidade ou de compra direta.

Salientou que também fica sob responsabilidade da equipe a regulação de RH para o E-social dos residentes e medicina de família. Quanto à certificação em nível de especialização e aperfeiçoamento, afirma que a ESP/SJP ainda não consegue realizar, devido à frente de trabalho. Mencionou também, que há uma parceria entre a escola e IES, por contrapartidas em que as universidades oferecem bolsas de pós-graduação, de acordo com temática de interesse da Escola.

Danilo Lima (ESP-Fortaleza) Abordou sua experiência em relação ao Programa de Saúde na Escola, desenvolvido pela ESP-Fortaleza, como a ação do dia do adolescente. Relatou que, mais recentemente, a Escola foi acionada para a realização de um curso de facilitadores voltado para a temática da saúde mental, o que considera um grande avanço. Em seguida, mencionou em relação ao Conselho de Educação, cada um possui sua forma, relatando que ao ter passado por três conselheiras, cada uma realizou um apontamento diferente. Direcionado à Fernanda perguntou em relação a dotação orçamentária e as contrapartidas.

Gleide Carneiro (ESPS) questionou em acerca das residências, como se dá a relação entre preceptor/residente, dos dois diferentes programas. Perguntou também, mais especificamente sobre a formação teórica dos residentes, e se há participação das IES que contribuem para a formação teórica dos residentes.

Davinson Freitas (ESPS) destacou a alegria de ter o espaço com as outras escolas presentes, mencionando que isso proporcionava um respiro a mais para continuar um bom trabalho e que era muito importante.

Em sua fala, ressaltou a questão do burnout, afirmando que é muito prevalente na vida de muitos médicos da Saúde da Família e que ter espaços de debate e discussão sobre o SUS, bem como sobre a forma como as escolas desenvolviam seu trabalho, era essencial, pois ajudava na saúde mental e mantinha a chama acesa por meio dos espaços compartilhados.

Enfatizou o período em que se formou, ressaltando que, na época, as Residências Médicas em Salvador eram mal estruturadas, motivo pelo qual optou por não realizá-las nessa localidade, escolhendo fazer a residência em São Bernardo do Campo. Mencionou ainda que, posteriormente, conseguiu retornar e ser aprovada em concurso público.

Mencionou o processo seletivo ENARE para os programas de Residência da ESPS, afirmando que é positivo, mas ao mesmo tempo bastante complicado, devido ao fato de os aprovados virem de outros estados e de diferentes localidades da Bahia, o que gerava algumas dificuldades.

Nesse contexto, a pergunta realizada foi a seguinte: Vocês conseguiram elaborar algum instrumento de monitoramento sobre a fixação dos residentes na rede? Na experiência de vocês, houve algum tipo de avaliação de impacto ou algo semelhante?

Gisele Neves (ESP-Barueri/SP) destacou a mercantilização do SUS, mencionando que São Paulo possui muitas OS e que esse número vem aumentando ao longo do tempo. Resaltou que é necessário promover um diálogo com advogados e estabelecer conexões jurídi-

cas para a avaliação dos contratos de gestão e para a inserção dos trabalhadores do SUS no serviço, considerando que o processo de mercantilização do trabalho cresce cada vez mais.

Ao final, recebeu aplausos dos presentes, que demonstraram concordância com sua fala. Em seguida, Gustavo Lessa encerrou o bloco de perguntas e concedeu a oportunidade para as respostas.

Lucilene Paes (ESP-Floripa) em sua resposta, destacou que abordaria a questão sobre se os residentes assumiam ou não equipes. Explicou que os residentes não assumiam equipes, mas participavam de equipes que possuíam um profissional de referência, realizando apenas o ajuste das horas complementares de residência.

Mencionou que há um cadastro desses residentes na equipe junto ao preceptor e que, dessa forma, se estrutura a equipe de Saúde da Família, seguida do respectivo financiamento. Enfatizou ainda que há uma diferença em relação aos R3: eles são direcionados para a unidade onde os tutores atuam e oferecem suporte ao serviço durante a ausência desses tutores, além de darem apoio também aos R1 e R2.

Sobre a formação teórica, mencionou que essa etapa do ensino é conduzida pelos próprios tutores e preceptores, enfatizando que a rede tem essa facilidade pelo fato de muitos deles serem mestres e doutores, com conhecimento embasado e científico. Ressaltou que há um número significativo de médicos e enfermeiras da família e comunidade, o que facilita a organização das aulas com os residentes.

Acrescentou ainda que também há oportunidades de realizar aulas com professores convidados de outras universidades, sempre com a participação dos preceptores e tutores em sala de aula.

Em resposta a Davinson (ESPS) sobre o impacto da residência na vida desses profissionais, destacou que a primeira pergunta feita pelos residentes diz respeito ao próximo concurso público em vigência, o que demonstra o grande interesse deles em ingressar na rede por meio dessa forma de acesso.

Destacou que os concursos são muito demorados e que o acesso dos residentes ao mercado de trabalho se torna mais complicado, o que leva a Florianópolis a optar por processos seletivos com contratos no serviço, garantindo maior facilidade e menor tempo para a inserção desses profissionais na rede de saúde.

Relatou ainda que os médicos residentes, especialmente os R3, assumem também espaços de gestão e não apenas de assistência, por possuírem domínio da secretaria e capacidade de realizar articulações no SUS.

Por fim, destacou que não tem sido realizada uma avaliação de impacto sobre a fixação dos residentes, mas que, no passado, foi conduzido um estudo, relacionado à exoneração de vários médicos. Constatou-se que as exonerações estavam ligadas a questões do processo de trabalho e ao quantitativo de pessoas para atendimento, o que levou a Escola a voltar seu olhar para essa situação e a ampliar as equipes de ESF no município.

Fernanda Capistrano (ESP-São José dos Pinhais) destacou que alguns residentes assumem equipes, dependendo do cenário e das circunstâncias. Especificou que os R1 não assumem, pois já contam com seu preceptor na equipe, enquanto os R2 e R3 são os que mais frequentemente assumem funções de liderança, reforçando novamente que tudo depende do contexto em que se encontram.

Sobre a parte teórica, mencionou que a escola tem grande interesse em contar com um corpo docente formado por servidores específicos, de acordo com cada área de atuação. Ressaltou que há parcerias com algumas instituições, como a Fiocruz e a Fundação de Medicina Tropical, mas que existe o desejo de ampliar a participação dos servidores no ensino, valorizando seu papel no processo educativo.

Sobre o impacto na vida dos profissionais residentes, enfatizou que esses efeitos se manifestam por meio dos próprios serviços, proporcionando uma capacitação de qualidade e influenciando a trajetória dos residentes. Mencionou também a produção científica, destacando o Congresso de MFC de 2023, no qual foram apresentados 35 trabalhos científicos por servidores que haviam sido residentes e que se tornaram referência em alguns tipos de serviço.

Ressaltou ainda que o interesse dos residentes em rodar pelos diferentes serviços é muito grande, devido à existência de diversos serviços de saúde na localidade, oferecendo um amplo leque de oportunidades e, consequentemente, motivando esses profissionais.

André Cavaleri (FESP) destacou um exemplo que aconteceu em Palmas, sobre um surto de sarampo no município, relatou que diante em Tocantins, especialmente em Campos Lindos, com 16 casos confirmados, Palmas organizou uma força-tarefa com barreiras sanitárias e intensificação da vacinação.

No sábado, dia 9 de agosto, destacou que foi realizado um mutirão estadual com presença do Ministério da Saúde. Das 30 unidades, 22 foram cobertas apenas com residentes, que se voluntariaram e atuaram em diferentes territórios, ainda mencionou que durante a semana anterior, antes dessa força-tarefa, houve a capacitação desses profissionais residentes, já que muitos não tinham experiência com a vacinação. Por fim, mencionou que a ação foi considerada um sucesso, mostrando os impactos da residência na vida desses profissionais de saúde.

Karina Cerquinho (ESAP) sobre residentes assumirem equipes, destacou a preocupação em não transformar os residentes em mão de obra barata, ressaltando que, embora já formados, eles estavam em processo de especialização e representavam um fluxo importante para o serviço. Explicou que a presença dos residentes fortalece a equipe, estimula o estudo e inovação, e constitui um impacto subjetivo difícil de mensurar.

Apontou sobre indicadores, relatou a complicação de ter um indicador objetivo sobre o trabalho e impacto do trabalho na vida dos residentes, sendo necessário apresentar indicadores objetivos, que fazem essa análise com outros meios de verificação, como relatórios de produtividade do prontuário eletrônico, índice de encaminhamentos e resolutividade, além do custo-benefício da bolsa custeada pelo Ministério da Saúde. Mencionou que em unidades com residentes há menor encaminhamento para especialidades.

Sobre a parte teórica nas residências organizadas pela escola, relatou que os servidores locais ministram as aulas, havendo espaço reservado para esse momento no cronograma. Ressaltou que, por serem um município pequeno, há desafios na execução dos recursos, pois a própria equipe precisava elaborar estudos técnicos e conduzir a execução financeira.

Ana Cristina Batista (ESP-RS) explicou para os participantes que possuía apenas cinco minutos para o fim da aula, mencionando que haveria a oportunidade apenas para as últimas pessoas inscritas para as perguntas.



Ivaldo Reis dos Santos (ESP-Santos) perguntou se a orientação do TCR ficava a cargo do corpo docente, do preceptor ou de pessoas específicas, relacionando isso ao formato exigido por cada programa e à produção acadêmica final. Em seguida, questionou se os presentes já haviam se deparado com situações em que instituições de ensino buscavam colocar seu nome no programa de residência, quase se apropriando dele para atender exigências do MEC, especialmente em relação a vagas de residência em cursos de medicina.

Cláudia Abreu (EMS) antes da resposta sobre a pergunta de Ivaldo, resolveu retomar o contexto da pergunta de Ivaldo para relatar o papel que exercia dentro da residência, que, embora não trabalhasse diretamente com residência, era responsável pela disciplina de psicoterapia na residência de psiquiatria, sendo a única psicóloga da escola.

Explicou que algumas disciplinas eram ministradas por trabalhadores selecionados e outras por contrapartida, como no caso do curso de saúde mental da Santa Casa, em que os residentes participavam mediante pactuação. Mencionou que as supervisoras de psicoterapia eram contratadas por contrapartida com a universidade, já que o formato exigido era específico.

Por fim, comentou também sobre um projeto de bem-estar para os residentes de psiquiatria, no qual, a cada dois meses, eles possuem um dia de discussão e supervisão de casos, visando enfrentar o adoecimento intenso entre residentes. Destacou a necessidade de que as escolas tivessem apoio jurídico e contábil, sugerindo que as redes poderiam compor núcleos consultivos para auxiliar em questões legais e administrativas.

Ressaltou que os trabalhadores das escolas acabam aprendendo na prática esses temas complexos, como se fossem uma nova formação, e que o TCR apenas faz uma parte de todo um trabalho coletivo.

Ana Cristina Batista (ESP-RS) respondendo a Ivaldo (ESP-Santos), explicou que a responsabilidade pelos TCRs fica com os coordenadores de cada programa. Relatou que há o esforço de alinhar os TCRs com linhas de pesquisa de interesse da gestão, para que resultem em produtos úteis ao serviço, e mencionou a tentativa de criação de um projeto guarda-chuva, embora reconhecesse a dificuldade de unificar interesses.

Karina Cerquinho (ESAP) sobre a pergunta de Ivaldo (ESP-Santos), destacou que os preceptores e servidores da escola atuam nesse momento de orientação do TCR, mas destacou também que conseguiram trazer uma servidora docente experiente nesse processo de TCR, para a condução e alinhamento sobre essas questões.

Fernanda Capistrano (ESP-São José dos Pinhais) explicou que a responsabilidade de organização desses TCR é dos coordenadores dos programas, com organização da linha de pesquisa relacionada com o serviço, para ao final a elaboração de um produto para o serviço.

Ana Batista (ESP-RS) destacou que era o fechamento da ágora e destacou o quanto foi importante aquele momento, onde todos pudessem pensar como escola, discutindo o que era mais prevalente e importante para mudanças ou ajustes para a melhoria do trabalho e ensino. Agradeceu a todos e deu fim a ágora.

12. TERRITÓRIOS DE SABERES

Sou eu que vou seguir você
Do primeiro rabisco até o be-a-bá
(Toquinho)

O Território de Saberes, local de compartilhamento e trocas de experiências, foi um espaço permanente na Oficina Nacional das Escolas Municipais de Saúde Pública da RedEscola, podendo ser visitado a qualquer momento, no entanto, as visitas ocorreram com maior concentração nos intervalos da programação.

Nesse ambiente, foram exibidos vídeos institucionais, além de disponibilizados materiais impressos e outros recursos expositivos que evidenciaram suas ações, projetos, experiências e inovações.

Para a construção desta sistematização, foram utilizados como fontes de informação os vídeos institucionais apresentados no espaço, além dos materiais impressos e expositivos disponibilizados pelas escolas, o qual será compartilhado abaixo.

O que está escrito em mim
Comigo ficará guardado, se lhe dá prazer
A vida segue sempre em frente, o que se há de fazer?
Só peço a você um favor, se puder
Não me esqueça num canto qualquer
(Toquinho)

12.1 VÍDEOS

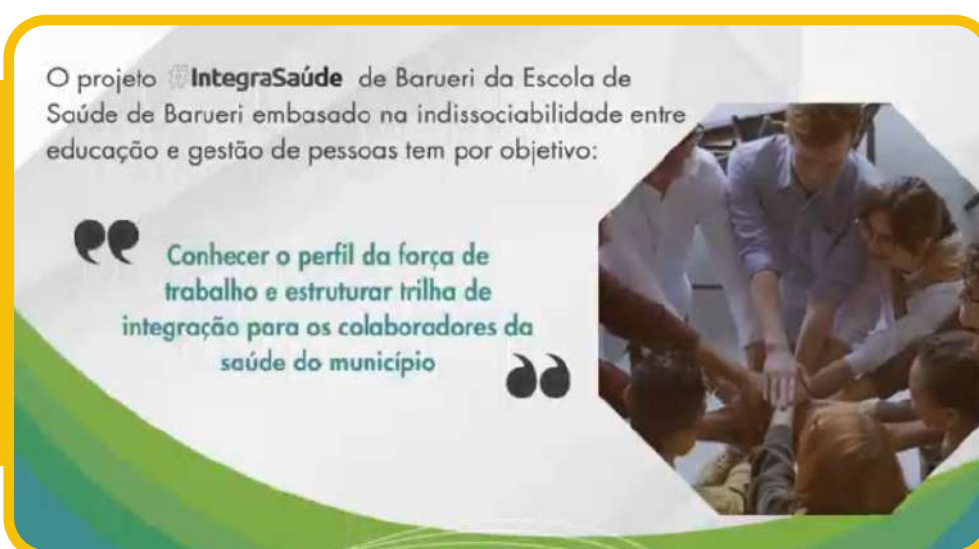
12.1.1 Escola de Saúde Pública da Secretaria Municipal de Saúde de Barueri (ESP-Barueri) - Vídeo: #IntegraSaúdeBarueri

O vídeo apresentado pela Escola de Saúde Barueri (ESP-Barueri), no modelo expositivo com voz de fundo, foi apresentado como uma iniciativa estratégica da escola o projeto “Integra Saúde Barueri”, para fortalecer e acolher quem faz a saúde de Barueri acontecer.



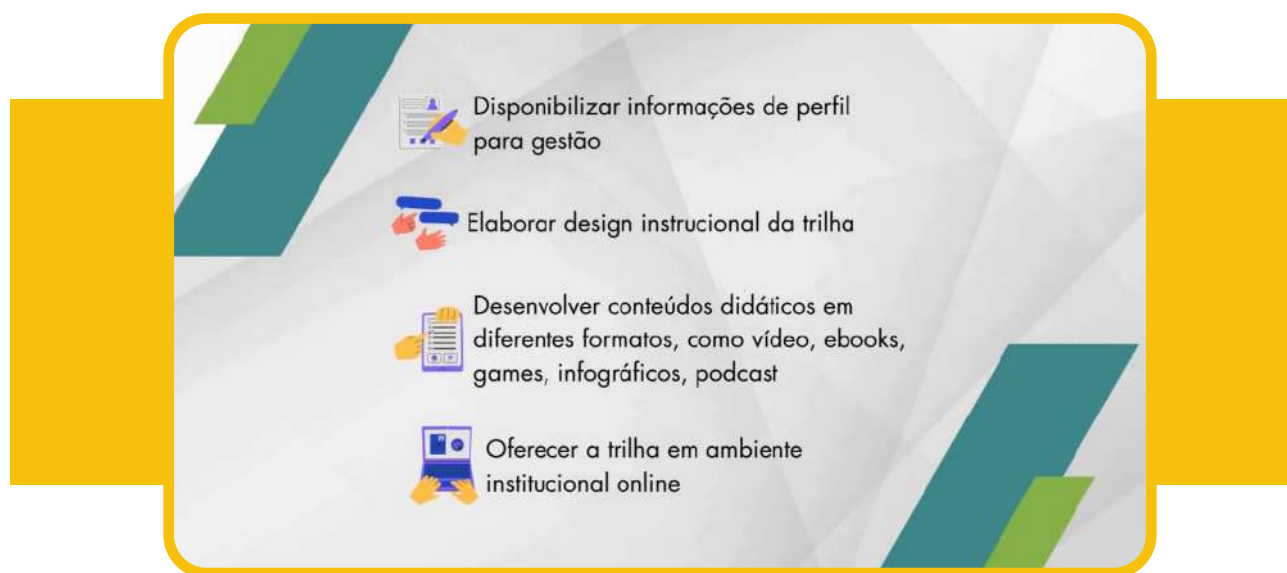
Print do vídeo da ESP-Barueri apresentado no Territórios de Saberes.

Também foi apresentado no vídeo informações sobre o funcionamento e as iniciativas da rede de saúde do município. Destacou que o município é referência em saúde pública no Estado de São Paulo e na Rota dos Bandeirantes, informou que a rede inclui unidades básicas de saúde, ambulatorios, hospitais, maternidades, centros especializados, pronto-socorros e um hospital regional, oferecendo serviços de referência em atenção básica, urgência e emergência, saúde mental e atendimento domiciliar. Além disso, ressaltou que o principal ativo das instituições de saúde é o capital humano, o processo de integração auxilia na socialização organizacional, fortalece a cultura institucional, e impacta diretamente o clima de trabalho e a qualidade do atendimento.



Print do vídeo da ESP-Barueri apresentado no Territórios de Saberes.

Ainda durante a apresentação, foi destacado que o projeto é embasado na indissociabilidade entre educação e gestão de pessoas, tendo como o objetivo conhecer o perfil da força de trabalho e estruturar a trilha de integração para os colaboradores da Secretaria Municipal de Saúde. O vídeo detalhou que o projeto consiste em disponibilizar informações de perfil para a gestão, elaborar o design institucional da trilha, desenvolver conteúdos educativos em diversos formatos e ofertar a trilha em ambiente institucional online.



Print do vídeo da ESP-Barueri apresentado no Territórios de Saberes.

Ademais, foi destacado que o programa abrange todos os colaboradores da Secretaria Municipal de Saúde, e que a jornada é autoinstrucional e 100% online, composto por nove módulos com materiais educativos em diversos formatos, para garantir excelência técnica e didática. Ao longo da apresentação, também foi ressaltado que a trilha de integração aprimora o senso de pertencimento, motiva o desenvolvimento contínuo dos profissionais e contribui para a qualidade do serviço prestado à população de Barueri. Destacou ainda, que, em breve, os conteúdos estarão disponíveis na plataforma, com a meta de participação de todos os colaboradores. O vídeo encerra com a frase “Essa é a escola de saúde de Barueri, educando, transformando e humanizando”.

Link de acesso ao vídeo: <https://youtu.be/H9X3osVH2hU>

12.1.2 Escola de Saúde Pública da Secretaria Municipal de Saúde de Barueri (ESP-Barueri) - Vídeo: Escola de saúde de Barueri como fomentadora da integração ensino-serviço: análise do impacto pedagógico da conferência municipal de saúde 2025/ saúde digital

Em outro vídeo da Escola de Saúde Barueri (ESP- Barueri) foi apresentado com uma voz narrativa, e inicialmente foi abordado a sua atuação como marco na educação em saúde do município, destacando seu papel como departamento técnico-científico da Secretaria Municipal de Saúde.



Print do vídeo da ESP-Barueri apresentado no Territórios de Saberes.

Foi apresentado que a escola desempenha funções estratégicas na qualificação da força de trabalho e na ordenação da integração ensino-serviço no território municipal, e que em 2025, ao organizar a Conferência Municipal de Saúde, transformou o evento em um dispositivo pedagógico voltado para a promoção de aprendizagens significativas.

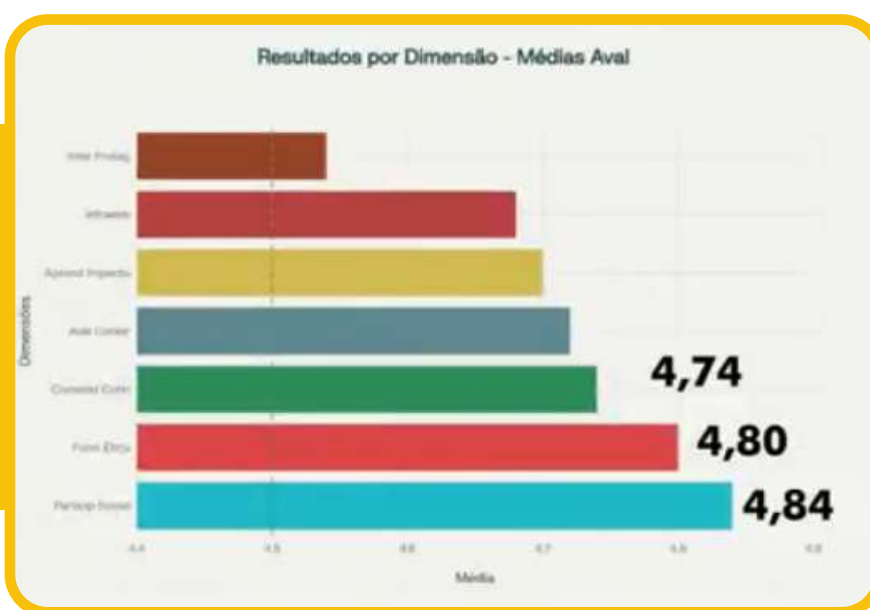
Em seguida, no vídeo, foi destacado que durante a preparação da conferência, surgiu uma pergunta de pesquisa sobre como garantir que eventos desse tipo funcionassem como verdadeiros dispositivos de aprendizagem. Para investigar essa temática, realizou-se um estudo transversal, com abordagem quali-quantitativa, envolvendo 39 estudantes dos cursos técnicos e de graduação em Enfermagem e Medicina. Por meio de formulários eletrônicos com questões abertas e fechadas, foram coletadas informações sobre características socio-demográficas, impactos na formação ético-profissional e percepção dos estudantes acerca dos princípios do SUS. E, ao mesmo tempo, relacionar esses achados com as atribuições da escola como fomentadora da integração ensino-serviço.

FLUXO METODOLÓGICO DA PESQUISA



Print do vídeo da ESP-Barueri apresentado no Territórios de Saberes.

A síntese dos resultados que foi apresentada no vídeo revelou que todas as dimensões avaliadas obtiveram médias superiores a 4,5, com destaque para participação social, formação ética e consolidação do conhecimento.



Print do vídeo da ESP-Barueri apresentado no Territórios de Saberes.

E ainda foi narrado que os estudantes relataram que, embora tivessem contato com conteúdo do SUS em sala de aula, foi durante a conferência que puderam perceber sua dimensão integral para a sociedade. Foi exposto no vídeo que alguns estudantes mencionaram que a participação ampliou a compreensão sobre o compromisso ético-profissional e sobre o papel do SUS na promoção do bem-estar da população, enquanto outros ressaltaram a influência do evento na definição de seu papel enquanto futuro profissional na área da saúde, na percepção da importância da tecnologia na atuação em saúde e o potencial do SUS, apesar dos seus desafios.

O vídeo evidenciou também os aprendizados sobre os quatro princípios do SUS, a universalidade, integralidade, equidade e participação social, além disso, foi relatado que a conferência proporcionou o engajamento e interação dos estudantes com outros estudantes, profissionais de saúde, gestores, usuários do SUS e com os conselheiros.



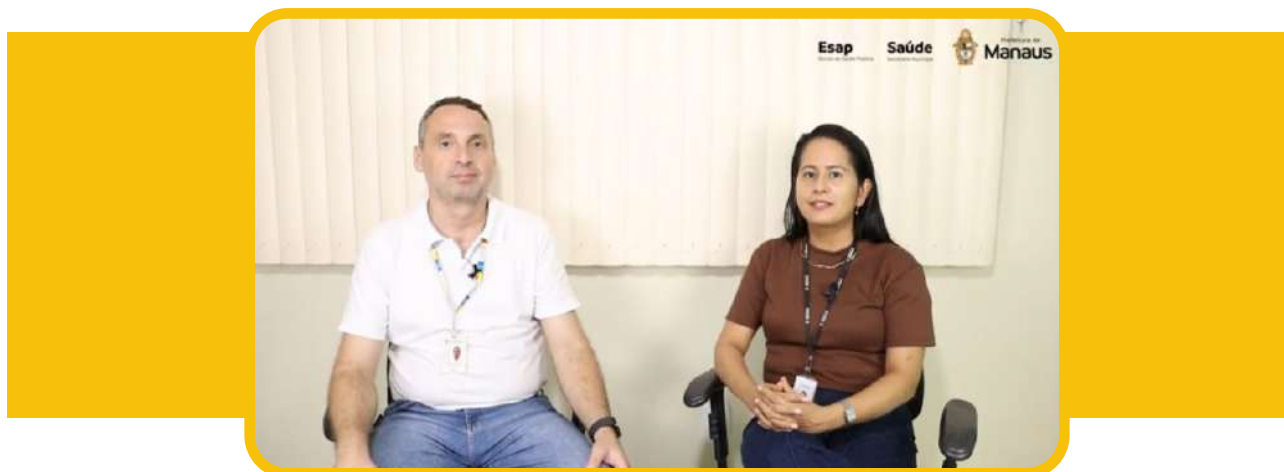
Print do vídeo da ESP-Barueri apresentado no Territórios de Saberes.

Com base nos resultados, a experiência demonstrou que a conferência funcionou como dispositivo de integração entre teoria e prática, proporcionando aprendizagens, conectando teoria e prática de forma significativa, fortalecendo a rede de formação. Foi apresentado também que a elevada satisfação dos estudantes e as evidências de aprendizagem significativa, conforme apresentado no vídeo, sustentou a continuidade da estratégia pedagógica, ampliando o impacto formativo da escola.

Link de acesso ao vídeo: https://youtu.be/oltT2vzDE_M

12.1.3 Escola de Saúde Pública de Manaus – Vídeo: Unidade de Saúde com Foco na Formação em Atenção Primária à Saúde

A experiência apresentada no vídeo da Escola de Saúde Pública de Manaus (ESAP) inicialmente foi conduzida pelo médico de Família e Comunidade Mauro Magaldi, e também pela Tsiiary, enfermeira, coordenadora da Residência de Enfermagem em Família e Comunidade. Foi adotada a metodologia de entrevista, com perguntas e respostas por eles mesmos. O vídeo tinha como objetivo apresentar a experiência inovadora da Unidade de Saúde da Família Fábio do Couto (USF), que foi concebida com foco na formação em Atenção Primária à Saúde (APS).



Print do vídeo da ESP-Barueri apresentado no Territórios de Saberes.

De acordo com os apresentadores, a iniciativa partiu da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, que, ao planejar a inauguração da unidade, convocou a coordenação da residência para criar o projeto para essa unidade, definiu como objetivo central a criação de um espaço estruturado para a formação em atenção primária à saúde (APS), e assim foi dado início a construção pedagógica desta unidade. Eles expuseram que foi definido quatro equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF) e uma eMulti, sendo algumas delas, na composição médica, compostas exclusivamente por residentes de medicina da residência de medicina em família e comunidade, e por preceptores. Ainda falaram que a composição da unidade foi planejada para contar sobretudo com residentes e preceptores de medicina e enfermagem, atuando de forma interprofissional e colaborativa. A integração entre as Residências de Medicina e de Enfermagem em Família e Comunidade permitiu a implantação de processos de trabalho qualificados, como: Organização de grupos comunitários, incluindo a horta comunitária, grupos de educação física e promoção da saúde, entre outros grupos. Além da implementação de processos de procedimentos, como inserção de DIU, drenagem de abscessos, entre outros procedimentos. Eles evidenciaram que essas ações contaram com o apoio da ESAP e das residências envolvidas, fortalecendo a formação prática e teórica em APS. Destacaram também, que a proposta da USF Fábio do Couto representou um modelo inovador que potencializou a formação em Atenção Primária em Manaus, com perspectiva de replicação em outras unidades da cidade e em diferentes regiões do Brasil.

Link de acesso ao vídeo: <https://youtu.be/begU1oFcB1Y>

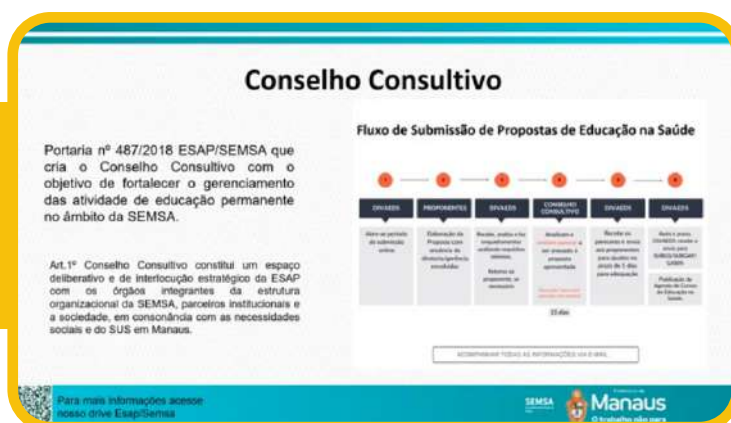
12.1.4 Escola de Saúde Pública de Manaus (ESAP) – Vídeo: Apresentação do AVA e Ações Formativas

O segundo vídeo apresentado pela Escola de Saúde Pública de Manaus (ESAP), foi exposto de forma ilustrativa, destacou o “Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA/Esap)”, que segundo a descrição do vídeo o objetivo do AVA é aprimorar os processos formativos, possibilitando o compartilhamento de experiências e práticas, disponibilização de materiais didáticos e acesso a cursos de capacitação.



Print do vídeo da ESAP apresentado no Territórios de Saberes.

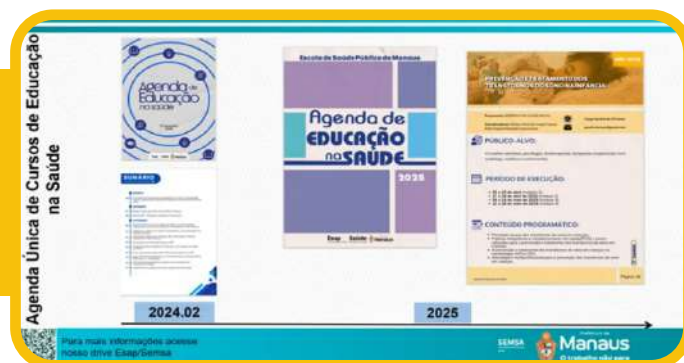
Ainda no vídeo, foram apresentados os cursos disponíveis na plataforma, o Conselho Consultivo com apresentação de fluxo e portaria, além de fotos das pessoas que o compõem.



Print do vídeo da ESAP apresentado no Territórios de Saberes.

Também foi apresentada a Agenda Única de Cursos de Educação na Saúde, que tem o propósito de implementar e organizar a participação de profissionais da rede municipal em atividades formativas, garantindo um espaço protegido para essa participação. A agenda também busca promover o compartilhamento de experiências e ações inovadoras, fortalecendo os processos de qualificação na área da saúde. Apresentou também a “Formação e eventos de Educação na Saúde”, onde ilustrou as ações de qualificação profissional desen-

volvidas ao longo de 2024, reunidas no primeiro portfólio anual, que contempla práticas voltadas para vigilância em saúde, saúde mental e saúde da pessoa idosa.



Print do vídeo da ESAP apresentado no Territórios de Saberes.

Ainda no vídeo, foi exposto o “Plano Operativo de Educação Permanente em Saúde”, desenvolvido como projeto-piloto com o objetivo de contribuir para a qualificação dos processos de trabalho, em consonância com as diretrizes da Política Municipal de Educação Permanente em Saúde. Entre os objetivos do projeto, destacaram-se: implantação da Educação Permanente em Saúde em Unidades Básicas de Saúde (UBS), estratégias de qualificação da formação em saúde na Secretaria Municipal de Saúde. O público-alvo é formado por profissionais da Estratégia Saúde da Família (ESF), sendo os locais de intervenção as UBS’s e os Distritos Sanitários de Saúde. Ademais, foram mostrados os métodos e resultados esperados ressaltando que a educação para o trabalho é uma ferramenta estratégica para melhorar a qualidade da assistência e promover o desenvolvimento contínuo dos trabalhadores da saúde.



Print do vídeo da ESAP apresentado no Territórios de Saberes.

Link de acesso ao vídeo: https://youtu.be/0Gkhlrn_INM

12.1.5 Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia (ESPVS) - Vídeo: Mães Atípicas e Cuidadores: Fortalecendo Caminhos e Superando Desafios



Print do vídeo da ESPVS apresentado no Territórios de Saberes.

Foi apresentado um vídeo composto por uma coletânea de fotos apresentando o curso “Mães Atípicas e Cuidadores: Fortalecendo Caminhos e Superando Desafios” realizado pela Escola de Saúde Pública Visconde de Saboia, da prefeitura de Sobral, no estado do Ceará.



Print do vídeo da ESPVS apresentado no Territórios de Saberes.

O vídeo contemplava diferentes momentos: credenciamento, atração cultural, abertura oficial, mesa redonda, registros das cursistas e das crianças, homenagens, dinâmicas e atividades de cuidado à saúde. Também incluiu um pequeno trecho da apresentação do “Grupo de Arte e Educação Popular da ESPVS”, com a personagem Boneca Nena, interpretando uma canção de Roberto Carlos, que encerrou o vídeo.



Foto registrada durante o Territórios de Saberes.

Link de acesso ao vídeo: <https://youtu.be/vPFWjICVvwM>

12.1.6 Escola de Saúde Pública de Iguatu (ESPI) - Vídeo: Sistema Agroflorestal da ESPI (SAFESPI)

O vídeo foi apresentado por Ramon, coordenador do Sistema Agroflorestal da Escola de Saúde Pública de Iguatu (SAFESPI), esse sistema está localizado na sede da escola. O vídeo inicia com a apresentação em imagens do sistema agroflorestal, logo em seguida Ramon apresentou o projeto, onde ele destacou que iniciou em 2021, a partir de ações e serviços desenvolvidos pelos residentes multiprofissionais da “Residência Integrada em Saúde” da escola de saúde pública do Ceará, e foi fundamentado nos princípios e diretrizes para a Reforma Sanitária e Reforma Psiquiátrica Brasileira.



Foto registrada durante o Territórios de Saberes.

Logo em seguida, Ramon apresentou brevemente os materiais orgânicos presentes na agrofloresta e destacou a sua biodiversidade, relacionando-os ao conceito ampliado de saúde, que dialogou com as ideias de saúde planetária, global e única, e à necessidade de estratégias que promovam o cuidado de forma integral. Ao abordar a agenda climática internacional, o coordenador destacou que o sistema agroflorestal da ESP Iguatu dialogou com diversas necessidades de cuidado, sendo também uma estratégia para enfrentar e mitigar os efeitos da seca e da desertificação no bioma Caatinga, no estado do Ceará.



Foto registrada durante o Territórios de Saberes.

Entre os elementos apresentados, evidenciou o pé de banana, bastante valorizado pela comunidade, e a amendoeira, cuja poda adequada contribui para a recuperação do solo. Também foi mencionada a introdução da espécie do cacau, a qual além de cumprir os princípios da biodiversidade e bioestratificação, pode gerar renda para famílias, fortalecendo a soberania alimentar e nutricional, dando a oportunidade de uma saúde plena. Ramon ressaltou que a iniciativa do SAFESPI se articulou com diversas políticas públicas, como a Política Nacional de Promoção da Saúde e a agenda climática internacional, consolidando-se como tecnologia leve de saúde com impactos positivos na saúde, no meio ambiente e na sustentabilidade. Além disso, ele salientou que os pacientes relataram benefícios não apenas clínicos, mas também afetivos e terapêuticos, e que o espaço verde promoveu vínculos, escuta ativa, construção de Projetos Terapêuticos Singulares (PTS) e discussões de casos.



Print do vídeo da ESPI apresentado no Territórios de Saberes.

No campo da pesquisa e formulação de políticas públicas, foi abordado por Ramon que a Escola está desenvolvendo uma “Síntese de Evidências para Políticas Públicas de Saúde” sobre a desinformação em relação aos espaços verdes enquanto política pública no Sistema Único de Saúde (SUS). Ele ressaltou que essa abordagem buscou fundamentar cientificamente os efeitos fisiológicos e psicológicos positivos desses espaços, fortalecendo sua inserção na rede de serviços de saúde. Outro aspecto abordado por ele foi o potencial terapêutico das experiências sensoriais, como os sons produzidos ao caminhar sobre folhas secas, palhas, madeiras e pedras. Também foi ressaltado o diálogo interinstitucional realizado, incluindo parcerias com a Fiocruz Ceará, para pensar na replicação dessa experiência em outros territórios. Ademais, foi enfatizado que o Sistema Agroflorestal é reconhecido na rede da ESP Iguatu por meio da portaria nº 1916, de 25 de outubro de 2023, como tecnologia leve de saúde voltada à promoção, prevenção, proteção e recuperação da saúde no âmbito municipal do SUS. Na conclusão, Ramon reforçou que a oferta de ações e serviços de saúde articulados a políticas públicas para espaços verdes, como a agrofloresta, é fundamental diante das crises climáticas e ambientais, e que a experiência também dialogou com eixos transversais presentes nos “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, agregando benefícios ambientais, sociais e alimentares. Por fim, foi relatado que o SAFESPI fortaleceu um sistema agroalimentar, oportunizando uma aproximação com a soberania alimentar e nutrição adequada, com base no que tem sido produzido, como banana, pitanga, goiaba, jabuticaba e acerola. Conseguiu se aproximar um pouco mais do contexto de uma saúde integral.



Foto registrada durante o Territórios de Saberes.

Link de acesso ao vídeo: <https://youtu.be/5JpfxHRbba4>

12.2 APRESENTAÇÕES

12.2.1 Apresentação 1: Educação Permanente em Saúde como Estratégia de Inovação: Matriz de Avaliação e Política Institucional de Goiânia (Profa. Dra. Edinamar Aparecida Santos da Silva/ Coordenadora da Escola Municipal de Saúde Pública de Goiânia-Goiás)



Print da apresentação da ESP/Goiânia apresentado no Territórios de Saberes.

Em Goiânia, a Escola Municipal de Saúde Pública foi fundada em 2010 como espaço de encontros, aprendizagens e trocas. Desde então, conduziu a Política Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS Portaria 164/2017) firmada no chão do SUS e sustentada por seus princípios: universalidade, equidade, integralidade, democracia e participação social.

Essa política reconheceu a unidade de saúde como espaço de saberes, valorizou o trabalho cotidiano e se renovou na escuta e na problematização da prática.

Em 2025, deu mais um passo: a criação do Núcleo Municipal de EPS (NEPS), estrutura permanente para apoiar, acompanhar e fortalecer o caminhar dessa política.

A Inovação: a Matriz de Avaliação da Educação Permanente em Saúde. Foi elaborada uma pesquisa intitulada "Educação Permanente em Saúde em Municípios do Estado de Goiás: Avaliação-participativa e intervenção", a qual foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP - CAAE: 6464418.9.0000.5082) e tinha como objetivos: mapear as práticas de EPS em municípios do Estado de Goiás; conhecer a percepção de profissionais da saúde e gestores sobre as práticas de EPS; e, elaborar e validar instrumento de avaliação-intervenção (matriz avaliativa) da EPS para aplicação nos municípios do Estado de Goiás".

A construção da matriz avaliativa passou pelas seguintes fases:

- Fase 1: Grupos focais (2018-2019) e elaboração inicial (15 questões);
- Fase 2: Validação Interna de conteúdo (atores da fase 1 – em 2022);
- Estrutura final: 17 questões distribuídas nos eixos estrutura, processo e resultado.

Esta pesquisa teve como produto três artigos. O primeiro, intitulado "Educação permanente em saúde: práticas desenvolvidas nos municípios do estado de Goiás" o qual identificou que os principais tipos de ação desenvolvidas foram a educação continuada; (re)

organização do processo de trabalho e a educação em saúde. Como desafios, as questões atitudinais, relacionais e de recursos humanos. E concluiu que a maioria dos problemas pode ser enfrentada com planejamento estratégico, bem como os dados subsidiaram o fortalecimento da EPS e sua gestão nos serviços de saúde.

O segundo artigo, “Educação permanente em saúde em municípios do estado de Goiás: uma avaliação na perspectiva de atores que a constroem” expôs como principais achados que a falta de suporte dos gestores, a alta rotatividade de profissionais e a escassez de recursos são obstáculos à EPS; muitos profissionais ainda desconhecem ou não aplicam a EPS; a avaliação das ações de EPS é feita de forma irregular; é reconhecida a importância da EPS para a gestão e para os resultados em saúde; o planejamento e avaliação contínua são ferramentas-chave; e, a avaliação é importante para o sucesso da política de EPS, podendo impactar positivamente a qualidade da assistência no SUS.

O terceiro artigo tratou da “Elaboração de um instrumento de avaliação da educação permanente em saúde de municípios do estado de goiás”, cujos impactos esperados são as contribuições para a implementação da EPS; o apoio às políticas públicas de saúde; e, a melhoria da qualidade da assistência prestada no SUS.

O próximo passo esperado: validar a matriz nacionalmente, levando a experiência de Goiás para todas as regiões do Brasil. Mais do que um instrumento, trata-se de uma aposta política e pedagógica: acreditar que a avaliação pode ser coletiva, participativa e transformadora.

Impactos Esperados:

- Fortalecer práticas de EPS enraizadas nos territórios.
- Apoiar políticas públicas comprometidas com o SUS.
- Qualificar o cuidado e a formação dos trabalhadores.
- Oferecer referência metodológica a outros estados.



Print da apresentação da ESP/Goiânia apresentado no Territórios de Saberes.

Link de acesso à apresentação: <https://docs.google.com/presentation/d/1CHevUoAKMPXL6FEO1TBVxywwJ89E4XB/edit?usp=drivesdk&ouid=112613847547244391293&rtpof=true&sd=true>

12.2.2 Apresentação 2: Educação Permanente em Saúde – Escola Municipal de Saúde de Araguaína

A Escola de Saúde Pública de Araguaína (ESPA), apresentou os trabalhos realizados, baseados na educação permanente em saúde, inspirados nos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).

Como missão, pretende “formar e qualificar profissionais e trabalhadores da saúde, alinhando-se aos princípios do SUS e da Política Estadual de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde”. Tem como visão, “ser referência como escola de governo em saúde pública, promovendo práticas inovadoras em ensino, pesquisa, extensão e produção tecnológica no âmbito do SUS, defendendo a vida e as condições de saúde da população”.



Print da apresentação da ESPA apresentando no Territórios de Saberes.

Fundamenta-se em valores como ética, equidade, transparência, inovação e compromisso social, atuando na promoção de vínculos, no estímulo ao protagonismo e na valorização das trajetórias profissionais. Para isso, contou com estratégias educativas que dialogaram com as necessidades locais, incorporando metodologias ativas, novas tecnologias e parcerias institucionais.

Além da utilização dos métodos e estratégias educacionais inovadoras, utilizou os seguintes núcleos para apoiar suas metas e objetivos: Núcleo de Atendimento Psicológico (NAP), dedicado ao acolhimento, à escuta qualificada e à promoção da saúde mental dos servidores, e o Núcleo de Educação Permanente (NEP), o qual pretendeu fortalecer práticas de cuidado e promover a autonomia dos trabalhadores do SUS.



Print da apresentação da ESPA apresentando no Territórios de Saberes.

Realizou ações e eventos que mobilizaram a cidade e a região: campanhas de promoção da saúde, como o “fevereiro Roxo” e o “março Lilás”; seminários e conferências sobre saúde do trabalhador; simpósios em autismo; congressos de enfermagem; e parcerias com instituições como a Fiocruz, que ampliam a capacidade formativa da Escola.

A ESPA também se destacou por iniciativas de valorização do cuidado, como o projeto “Bem Viver”, premiado por sua experiência exitosa de acolhimento psicológico a profissionais e usuários do SUS.

Por fim, socializou o quadro de metas e indicadores do seu planejamento anual dos anos de 2023 a 2025, no qual pretende alcançar cem por cento das ações planejadas, como por exemplo, ofertar 1.200 atendimentos psicológicos aos servidores a cada ano, implementar selo de qualidade em 100% das Unidades Básicas de Saúde, entre outras.



REDESCOLA
OFICINA NACIONAL
ESCOLAS MUNICIPAIS DE SAÚDE PÚBLICA
SALVADOR - 2025
11 E 12 DE AGOSTO

Meta	Indicador	Unidade	2023	2024	2025
Desenvolver 100% das ações de Educação Permanente em Saúde	Percentual de ações realizadas	Percentual	100	100	100
Monitorar 100% dos campos de estágio da rede municipal de saúde	Percentual de monitoramento de estágios	Percentual	100	100	100
Ofertar 1.200 atendimentos psicológicos aos servidores, por ano	Número de atendimentos realizados	Número	1.200	1.200	1.200
Implementar selo de qualidade em 100% das Unidades Básicas de Saúde	Percentual de unidades com selo implementado	Percentual	—	—	100
Oferecer 10 cursos/capacitações por ano	Número de cursos ofertados aos servidores	Número	—	—	10

Realização: REDESCOLA, Fiocruz, SUS, MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASIL

Apoio: ESPOS, Secretaria de Saúde, SALVADOR PRELÚDIA

Print da apresentação da ESPA apresentado no Territórios de Saberes.

Link de acesso à apresentação: https://docs.google.com/presentation/d/1P6_auw4CvbV1kyPDTbE7cBul8fvZg0Z/edit?usp=drivesdk&ouid=112613847547244391293&rtpof=true&sd=true

12.2.3 Apresentação 3: Centro de Educação Permanente da Saúde (CEPS) / Aracaju SE

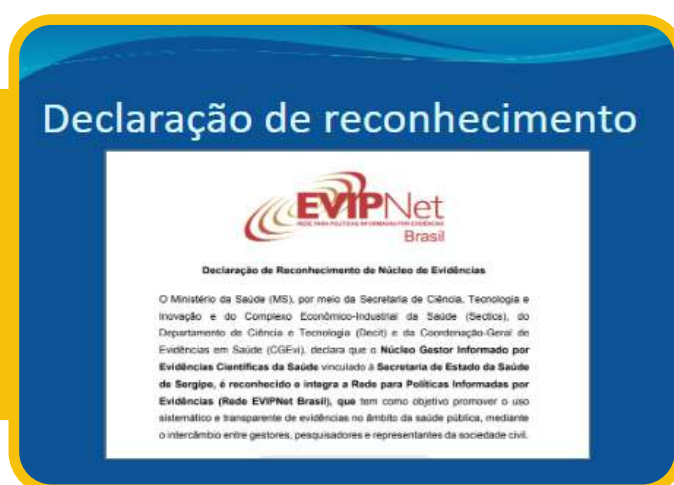
O Centro de Educação Permanente da Saúde (CEPS) de Aracaju constituiu-se como espaço estratégico de formação e transformação das práticas em saúde, alinhado às diretrizes do SUS e às políticas nacionais de Educação Permanente, Educação Popular, Humanização e Promoção da Saúde. Tem como papel acompanhar e construir processos educativos em parceria com gestores, trabalhadores, usuários e instituições de ensino, fortalecendo a integração entre atenção, educação e gestão.



Print da apresentação da CESP/Aracaju apresentado no Territórios de Saberes.

Organizado por eixos de atuação, o CEPS fomentou o desenvolvimento de práticas de saúde baseadas nos princípios do SUS, promoveu a integração ensino-serviço-comunidade e realizou o monitoramento das necessidades de saúde por meio de indicadores, buscando traduzir essas demandas em estratégias coletivas de cuidado. A Educação Permanente foi concebida como ferramenta de gestão e de emancipação, que valorizou a reflexão na ação, o protagonismo, a criatividade e a articulação entre teoria e prática, ampliando a capacidade de trabalhadores e equipes para planejar, executar e avaliar seu processo de trabalho.

O Núcleo de Integração Ensino-Serviço-Comunidade promoveu a inserção de estudantes nos serviços de saúde, permitindo vivências interdisciplinares e fortalecendo a responsabilidade do SUS na formação de recursos humanos. Já o Núcleo Gestor Informado por Evidências Científicas utilizou indicadores epidemiológicos e evidências de pesquisa para orientar a tomada de decisão e o planejamento integrado.



Print da apresentação da CESP/Aracaju apresentado no Territórios de Saberes.

O CEPS também fomentou a criação de grupos de trabalho em áreas emergentes, como saúde da população LGBTQIAPN+ e enfermagem forense, revelando sua abertura para novos olhares e demandas sociais.

Entre os desafios, o CEPS destacou a necessidade de ampliar a equipe pedagógica e administrativa, expandir a infraestrutura tecnológica, criar uma biblioteca e consolidar o credenciamento de cursos técnicos e de especialização. Ainda assim, este Centro se afirmou como espaço de inovação, cuidado e diálogo, onde o aprendizado é contínuo e fortalece a qualidade do atendimento no SUS de Aracaju.



Print da apresentação da CESP/Aracaju apresentado no Territórios de Saberes.

Link de acesso à apresentação: https://docs.google.com/presentation/d/1uulkp8OZKnavsxFqGVTFrqCtPSEVPFX_/edit?usp=drivesdk&ouid=112613847547244391293&rtpof=true&sd=true

12.3 MATERIAL IMPRESSO

12.3.1 Fundação Escola de Saúde Pública de Palmas – FESP

Apresentou a criação da FESP (2013), vinculada à Secretaria Municipal de Saúde como um espaço de formação, pesquisa e inovação comprometido com a vida, com a saúde coletiva e com os princípios do SUS.

Sua missão é formar profissionais críticos, éticos e humanos, capazes de promover saúde com compromisso social. Seus valores — ética, humanização, inclusão, equidade e interprofissionalidade - sustentam uma prática que se conecta ao território e às pessoas.

Colocou como visão ser uma instituição se projeta como centro de excelência em saúde pública, ampliando sua atuação em pós-graduação, investindo em acessibilidade, inovação pedagógica e diversidade

Também expôs as suas frentes de atuação, que são os Programas de residência médica e multiprofissional; Educação Permanente em Saúde alinhada às diretrizes nacionais; Projetos estratégicos como Palmas para Todos e Qualifica-RAVS; Núcleos de apoio que fortalecem pesquisa, avaliação, psicopedagogia, práticas baseadas em evidências, comunicação e gestão; e, um Comitê de Ética em Pesquisa atuante, assegurando rigor científico e respeito à dignidade humana.



Foto registrada durante o Territórios de Saberes.

12.3.2 Revista Eletrônica Quinzenal De Campinas – Conect@ DEPS



Print do material impresso da ESPC apresentado no Territórios de Saberes.

Jornal Conect@DEPS

A Escola de Saúde Pública de Campinas apresentou um card informando sobre a criação do Jornal Conect@DEPS. A iniciativa surgiu a partir do desconhecimento, por parte da equipe da escola, sobre a existência de atividades que estavam acontecendo na instituição. O jornal tem como público-alvo os trabalhadores e gestores da unidade e tem como objetivo divulgar, de forma quinzenal, sobre os eventos, conquistas e informações importantes que permeiam o cotidiano da escola, além de melhorar a comunicação, o engajamento da equipe e promover a valorização das atividades desenvolvidas. A cada quinze dias, os trabalhadores devem enviar suas produções ao setor administrativo, responsável pela organização dos materiais e sua publicação no jornal.



Print do material impresso da ESPC apresentado no Territórios de Saberes. 7ª. Edição – julho/2025

12.3.3 Escola De Saúde Pública De Anápolis

Apresentou a Portaria N° 95. De 20 De Maio De 2025, que trata Criação de Grupo Condutor Municipal e Elaboração de Nota Técnica sobre Horário Protegido para Atividades Formativas, Organizativas e Operacionais da Planificação da Atenção Primária à Saúde no Município de Anápolis, bem como a Nota Técnica do Grupo Condutor da Planificação da Atenção Primária à Saúde de Anápolis N.º 01/2025/Esa/Semusa.



Foto registrada durante o Territórios de Saberes.

12.3.4 Escola De Saúde Pública De Recife

Apresentou o folder com as informações abaixo.

A Escola de Saúde do Recife (ESR), foi criada pelo Decreto N° 34.028 de 2 de outubro de 2020, é uma unidade técnica pública vinculada à Secretaria Executiva de Gestão do Trabalho e Educação na Saúde (SEGTES).

Possui como atividades e funções a formação, aprimoramento profissional e desenvolvimento para os profissionais de saúde e membros dos conselhos de saúde, seguindo as diretrizes da Secretaria de Saúde do Recife; utiliza a Educação Permanente em Saúde (EPS) como seu referencial político-pedagógico, sendo que os processos educativos são desenvolvidos com e para os trabalhadores da SESAU Recife, a partir das necessidades dos serviços de saúde; articula, regula, monitora e avalia atividades de inserção estudantil, preceptoria e ações integradas de saúde e ensino, contribuindo para o fortalecimento das equipes de

saúde, a qualificação da formação de novos profissionais e a consolidação das diretrizes do PMPEs; O Plano Municipal de Educação Permanente em Saúde (PMEPS) é formulado anualmente com a participação de coordenações municipais de políticas de saúde, que identificam necessidades e prioridades; também é responsável por articular os 27 Núcleos de Educação Permanente em Saúde (NEPS), que visam fortalecer e consolidar o PMEPS no território.

Tem como ações e Programas oferecidos os Cursos livres e de aperfeiçoamento; os Programas de Residência em Saúde (Médica, Uniprofissional e Multiprofissional), com 103 vagas distribuídas em 14 programas anualmente; a Educação Popular em Saúde, que possui uma trajetória consolidada e, em 2024, foi publicada a Política Municipal de Educação Popular em Saúde, com atuação através de 8 Núcleos Distritais e do Comitê Municipal; os simpósios, seminários, conferências, formação profissional, mostra científica, integração ensino-serviço, pesquisa e extensão.

A ESR é parte da Rede Escola SUS Recife, um campo estratégico para a construção de espaços de ensino e aprendizagem no âmbito do SUS municipal, que integra trabalhadores de saúde, residentes, estudantes, docentes e usuários. A ESR também integra a Rede Brasileira de Escolas de Saúde Pública (RedEscola), que busca articular e fortalecer as escolas de saúde pública para a produção de conhecimento e qualificação no e para o SUS.



Foto registrada durante o Territórios de Saberes.

Mais informações podem ser encontradas em: escoladesaudecorecife.recife.pe.gov.br.

12.3.5 Escola de Saúde Pública de Campinas: Terapia Comunitária Integrativa - Polo Formador SUS Campinas

O folder apresentou informações sobre os Polo Formador, instituições responsáveis por desenvolver atividades de capacitação em Terapia Comunitária Integrativa (TCI) e/ou cursos de Técnicas de Resgate da Autoestima (TRA), além de promover ações de cuidado como intervisão e vivências terapêuticas. Explica que a TCI é uma prática terapêutica coletiva realizada em espaços abertos, que envolve a comunidade na construção de redes solidárias voltadas à promoção da vida, mobilização de recursos e fortalecimento das competências de indivíduos, famílias e comunidades. Essa prática valoriza os saberes individuais, fortalece laços sociais, oferece apoio emocional, favorece a troca de experiências e contribui para a redução do isolamento social.

O material também apresentou a capacitação em TRA, descrita como uma formação baseada em vivências que prepara os participantes para aplicar as técnicas em suas comunidades, ampliando o alcance do cuidado, promovendo vínculos, escuta, acolhimento e pertencimento. Ressaltou que os conteúdos teóricos abordam emoções, sentimentos e experiências que são mobilizados durante os exercícios vivenciais, os quais favorecem autoconhecimento, reflexão e desenvolvimento pessoal. A intervisão foi destacada como espaço de compartilhamento, diálogo e reflexão sobre a prática, permitindo a qualificação contínua do cuidado.

Foi informado que existem 40 polos formadores e de cuidado distribuídos pelas cinco regiões brasileiras, com mais de 30 mil terapeutas comunitários. No Polo SUS Campinas, foram ofertadas capacitações em TCI e TRA, com 60 profissionais formados e 15 em formação.

O folder contextualizou a inserção da TCI em 2017 na Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares (PNPIC) do Sistema Único de Saúde (SUS).

Ressaltou ainda a experiência do município de Campinas, reconhecido por sua tradição em saúde coletiva e participação social, que avançou na consolidação das PICS com a criação, em 2023, do Polo Formador de TCI no âmbito do SUS local.

A iniciativa surgiu em resposta ao aumento do sofrimento físico e emocional da população no contexto pós-pandemia de Covid-19, consolidando a TCI como uma ferramenta de acolhimento e cuidado. O Polo Formador SUS Campinas é constituído por servidores de carreira da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), liberados parcialmente de sua jornada de trabalho para atuarem no Polo. O folder também destaca a inovação trazida pela Portaria nº 2.326/2024, que regulamentou o Telessaúde no âmbito do Ministério da Saúde, classificando a TCI como modalidade de Teleatendimento em Grupo, permitindo seu registro e monitoramento no SUS. Além disso, informa que a TCI é reconhecida como uma das cinco tecnologias sociais premiadas em 2024 pela Fundação Banco do Brasil.

Por fim, foi disponibilizado um link para saber mais sobre a TCI em Campinas: <https://campinas.sp.gov.br/secretaria/saude/pagina/terapia-comunitaria-integrativa-tci->

12.3.6 Curso de Saúde Mental nas Relações de Trabalho realizado pela Escola de Saúde Pública de Fortaleza (ESPFOR), em parceria com a Redescola/Fiocruz e o Ministério da Saúde.

O curso foi criado para abordar a necessidade de melhorar a qualidade de vida dos profissionais que trabalham para a Prefeitura de Fortaleza, especialmente os professores da Rede Municipal de Ensino. A iniciativa buscou reduzir os afastamentos por problemas de saúde mental e facilitar a mediação de situações comportamentais desafiadoras no ambiente de trabalho. O curso foi visto como um “passo significativo” para a construção de uma sociedade mais pacífica e saudável. A Secretaria Municipal de Educação de Fortaleza tornou-se parceira do projeto, demonstrando preocupação com a saúde mental de seus professores.

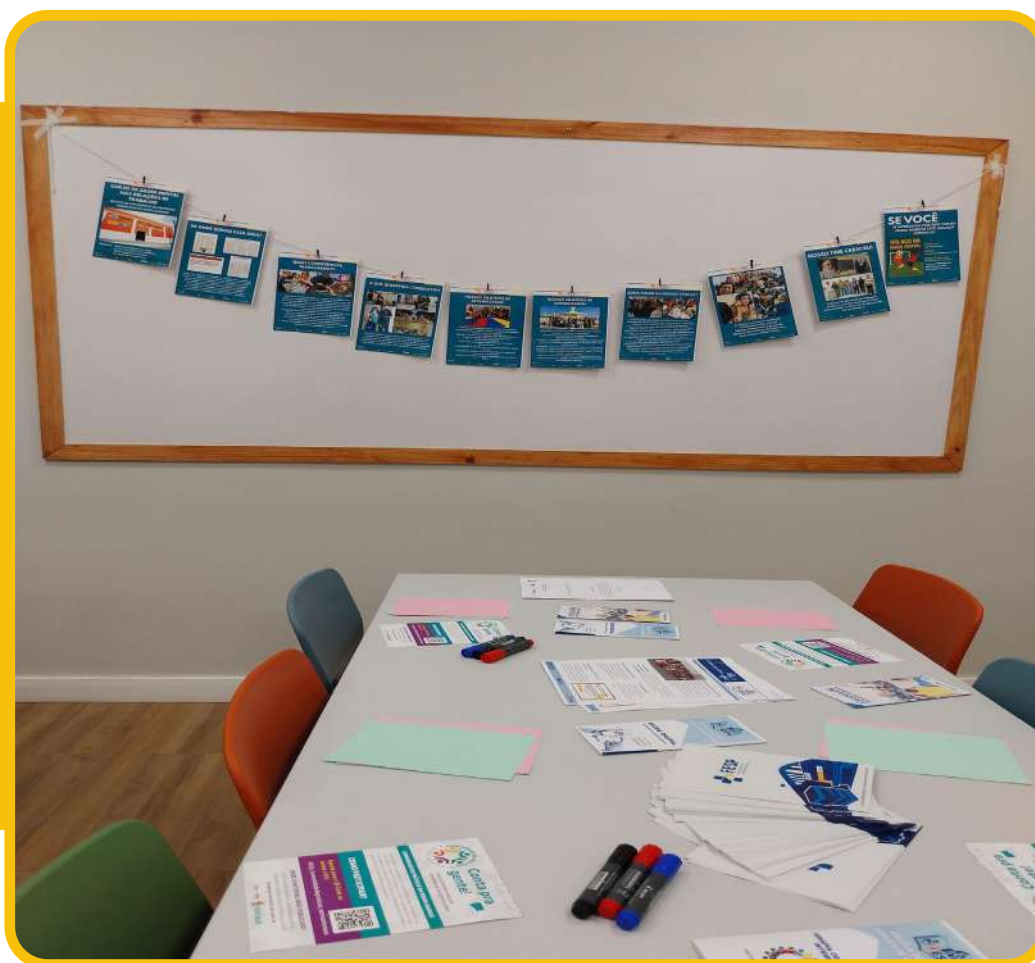


Foto registrada durante o Territórios de Saberes.

Os principais objetivos do curso foram:

- ♦ **Capacitar** os profissionais da Rede Municipal de Saúde e da Prefeitura de Fortaleza para que possam identificar e entender os aspectos da saúde mental no trabalho, promovendo uma melhor qualidade de vida e o autocuidado;
- ♦ **Apresentar** as Políticas Públicas em Atenção à Saúde Mental e à Saúde do Trabalhador;

- ♦ **Identificar** precocemente os processos psicológicos relacionados ao trabalho;
- ♦ **Fortalecer** a inteligência emocional, o propósito e a motivação;
- ♦ **Discutir** as bases científicas da Neurociência da Felicidade e a relação entre felicidade, saúde, convívio social e espiritualidade;
- ♦ **Promover** o uso da comunicação assertiva e a adoção de Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS) para o cuidado da saúde mental;
- ♦ **Incentivar** a prática de atividade física no contexto pessoal e profissional;
- ♦ **Conhecer** os conceitos básicos sobre os processos de saúde-doença e a epidemiologia das doenças mentais ligadas ao trabalho.

A ESPFOR adotou um modelo educacional que buscou valorizar a experiência e o conhecimento prévio dos participantes, focando na reconstrução de saberes. A metodologia incluiu:

- ♦ **Metodologias ativas**, como rodas de conversa, debates, exposições dialogadas e atividades em grupo;
- ♦ **Respeito** às diversas culturas, considerando aspectos sociais, étnico-raciais, de gênero, idade, religiosos e de origem (urbana ou rural).

As competências trabalhadas no curso incluíram o desenvolvimento de ações de suporte e vigilância à saúde do trabalhador, a promoção da saúde mental no ambiente laboral e a orientação sobre os fluxos de assistência para quem sofre com problemas de saúde mental.

Inicialmente focado nos professores, o curso expandiu seu público para uma equipe multiprofissional, incluindo Agentes Comunitários de Saúde, Agentes Comunitários de Endemias, Enfermeiros e Veterinários.

Um dos pontos mais tocantes no curso foi o foco no autocuidado. Algumas categorias profissionais, muitas vezes se dedicam tanto a cuidar dos outros que se esquecem de si mesmos. O curso buscou resgatar a importância desse olhar para si, oferecendo ferramentas como a Neurociência da Felicidade e as Práticas Integrativas e Complementares em Saúde (PICS).

Ao fortalecer a inteligência emocional e a comunicação assertiva, o curso capacitou os profissionais para uma prática renovada, baseada no bem-estar pessoal e na construção de relações mais saudáveis no ambiente de trabalho.

O material finalizou com a frase de Paulo Freire, “Educar é um ato de amor”, ressaltando a importância da educação nesse contexto.



Foto registrada durante o Territórios de Saberes.

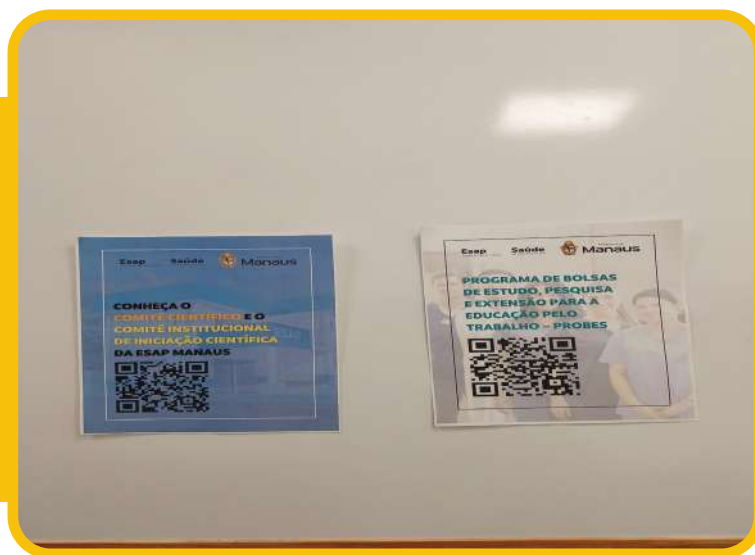


Foto registrada durante o Territórios de Saberes.

PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

A plenária de encerramento contou com a coordenação de Márcia Cristina Fausto (STE-RedEscola) e foi conduzida por Gustavo Lessa (ESPS), que deu início ao momento avaliativo do evento. Ele apresentou a ferramenta de avaliação via QR Code, disponível nas agendas distribuídas e previamente compartilhada no grupo de WhatsApp do evento.

Na sequência, Lucas Cabral (STE-RedEscola) apresentou uma nuvem de palavras gerada a partir das respostas dos participantes, além da pontuação atribuída a cada um dos momentos vivenciados ao longo dos dois dias de encontro.

Em seguida, Gustavo Lessa (ESPS) passou a palavra para Márcia Cristina Fausto (STE-RedEscola), que iniciou sua fala agradecendo aos presentes e destacando a importância de incorporar as opiniões dos participantes no processo avaliativo. Explicou que seu desejo era que a oficina fosse realizada sob a coordenação da RedEscola, considerando essencial esse espaço de encontro entre as escolas municipais de saúde.

Márcia lembrou que a realização dessas oficinas surgiu da necessidade de unir as escolas municipais, inspiradas em experiências estaduais já consolidadas, mas ainda incipientes no âmbito municipal. Destacou a leveza e a riqueza das trocas durante o evento, mencionando que esse formato de encontro é um aprendizado importante e desejável para futuras iniciativas.

A coordenadora explicou que o diagnóstico das escolas, realizado no início do evento, foi fundamental para nortear as rodas de conversa e promover uma reflexão coletiva sobre os caminhos futuros da educação na saúde nos municípios. Apontou como um dos maiores desafios identificados nas discussões as questões jurídicas enfrentadas pelas escolas e propôs como desdobramento a elaboração de um portfólio por cada instituição, destacando suas metodologias, estratégias e pontos fortes, com o objetivo de servir como referência para escolas em processo de criação ou consolidação.

Defendeu que os temas recorrentes das rodas de conversa sejam sistematizados e publicados, com apoio de um comitê organizador, para aprofundar os assuntos e oferecer base para o fortalecimento das escolas existentes e apoio à criação de novas.

Márcia também ressaltou a necessidade de uma maior interseção entre as instituições, em especial com as universidades federais, visando trocas de experiências e conhecimento. Enfatizou a importância de refletir sobre a integração entre a gestão do trabalho e a educação na saúde, considerando os desafios enfrentados pelas formas de contratação terceirizada e como isso impacta os processos educativos.

Informou que a RedEscola, junto à comissão organizadora, está elaborando o curso “Encontros Educativos e Práticas Pedagógicas no Cotidiano do SUS”, cuja distribuição de

vagas será definida pelo grupo de condução. Reforçou que a adesão das escolas ao curso é fundamental para fortalecer a formação dos profissionais da saúde.

Ainda durante sua fala, anunciou uma pesquisa aprovada pelo Comitê de Ética, com o título: “Operacionalização da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde no Brasil: aspectos políticos, gerenciais e processos educativos no SUS”. Destacou que é essencial que as escolas participem ativamente, não apenas como objeto, mas como sujeitos produtores de conhecimento, com apoio do Departamento de Educação na Saúde do Ministério da Saúde (DES/MS).

Em seguida, Sara Cerqueira (ESPS) manifestou sua alegria em participar do evento e sugeriu que, nos próximos encontros, haja uma maior participação da comunidade e que sejam utilizadas tecnologias, como QR Codes, para facilitar o compartilhamento de informações e experiências entre as escolas.

Na sequência, Raimunda Sousa (ETSUS-TO) elogiou a metodologia do encontro e classificou o momento como inspirador para avanços futuros. Ela também destacou a importância de manter um canal contínuo de comunicação e troca de ações entre as instituições, fortalecendo a rede de colaboração.

Logo após, Gisele Neves (ESP-Barueri/SP) agradeceu à ESPS em nome de sua colega Dani e questionou sobre o curso de formação pedagógica mencionado anteriormente. Márcia esclareceu que o curso ainda passaria por definição de formato e distribuição de vagas pelo grupo condutor.

Dando continuidade às falas, Karina Cerquinho (ESPMA) expressou sua gratidão pela recepção e enfatizou o esforço da equipe organizadora em atingir o maior número possível de escolas, reforçando o papel essencial desses encontros na consolidação de uma rede mais articulada.

Na sequência, Gustavo Lessa (ESPS) agradeceu a presença de todos e anunciou a participação especial da Vice-Prefeita e Secretária de Cultura, Ana Paula Matos, que tomou a palavra expressando sua satisfação com os avanços da escola de saúde. Ana Paula mencionou ter acompanhado de perto a implementação do projeto e celebrou a concretização desse sonho coletivo, destacando que a consolidação da escola se dá pelo comprometimento dos servidores e pela valorização do trabalho colaborativo. Afirmou que “é pelo exemplo que a gente ensina” e que a escola deve ser um espaço de pertencimento, ressaltando que o maior patrimônio da instituição são as pessoas que nela atuam. Sua fala foi calorosamente aplaudida pelos presentes.

Após a fala da vice-prefeita, as contribuições dos participantes continuaram suas contribuições, onde André Cavallari (FESP) agradeceu o acolhimento e elogiou a qualidade da estrutura e do pensamento coletivo promovido no evento. Disse que levaria consigo muitos aprendizados e sugeriu que o próximo encontro fosse realizado em Palmas.

Logo depois, Fideralina Albuquerque (ESP-Iguatu) compartilhou sua experiência, relatando que, mesmo sendo recém-chegada à rede, percebeu que os desafios enfrentados pelas escolas são semelhantes, independentemente do porte do município.

Também participaram Edinamar da Silva (ESP-Goiânia) e Patrícia de Oliveira (ESP-MG). Patrícia, representante da escola estadual mais antiga da rede, agradeceu o convite e refletiu sobre a importância de reverberar o movimento para escolas que ainda não fazem parte da RedEscola, ampliando os impactos positivos das iniciativas discutidas.



Finalizando as falas dos participantes, Cristiane Oliveira (CEPS-SMS Aracaju) agradeceu pelo espaço de escuta e pela oportunidade de troca entre as escolas, valorizando o fortalecimento da rede colaborativa.

Para o encerramento oficial, Márcia Cristina Fausto (STE-RedEscola) retomou a palavra, expressou seus agradecimentos finais e reconheceu a dedicação do grupo de trabalho que organizou o evento. Destacou o papel da ESPS na acolhida e no suporte à realização do encontro, agradecendo a toda equipe envolvida.

Na sequência, Gustavo Lessa (ESPS) conduziu o encerramento formal da plenária e orientou os participantes sobre a transição para o novo espaço. Em continuidade, Melicia Reis (ESPS) apresentou os profissionais que compõem a Escola de Saúde Pública de Salvador, anunciando individualmente o nome e a função de cada integrante da equipe organizadora, que foram aplaudidos com entusiasmo pelo público.

O encontro foi encerrado com a leitura de um poema, marcando simbolicamente o fechamento do evento e deixando uma mensagem de inspiração e continuidade para os trabalhos futuros.

ENCAMINHAMENTOS PROPOSTOS

1. Sistematização do diagnóstico construído nas rodas como ponto de partida para novos projetos e ações colaborativas.
2. Fortalecimento da cooperação horizontal entre escolas, com incentivo à criação de grupos de trabalho temáticos.
3. Criação de um portfólio das escolas, destacando práticas relevantes que possam inspirar outras instituições.
4. Produção de uma publicação coletiva com base nos temas debatidos nas rodas, com a formação de um comitê editorial.
5. Aprofundamento de temas emergentes como:
 - Desafios jurídicos comuns às escolas;
 - Interseção entre escolas e instituições formadoras;
 - Relações entre gestão do trabalho, educação e modelos de terceirização.
6. Participação das escolas no curso “Encontros Educativos e Práticas Pedagógicas no Cotidiano do SUS”.
7. Envolvimento direto das escolas na pesquisa nacional sobre a Política de Educação Permanente em Saúde.
8. Criação ou fortalecimento de uma comunidade de práticas para compartilhamento de ferramentas, instrumentos e metodologias entre as escolas.
9. Estratégias de acolhimento e ampliação da rede, para envolver escolas que ainda não participam dos espaços colaborativos.
10. Valorização das histórias e trajetórias das escolas e dos profissionais, como forma de construir pertencimento e inspiração.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Oficina Nacional das Escolas Municipais de Saúde Pública da RedEscola, consolidou-se como um espaço potente de articulação, troca e construção coletiva entre representantes de cerca de 60 escolas municipais e estaduais de saúde pública do país. Em dois dias intensos de atividades, os participantes reafirmaram o compromisso com a qualificação da formação em saúde no SUS, com foco na valorização dos territórios e na cooperação entre as instituições que compõem a rede.

O evento proporcionou momentos de compartilhamento de experiências e práticas exitosas, e, aprofundou discussões sobre temas estruturantes, como os desafios jurídicos enfrentados pelas escolas, a integração ensino-serviço, a certificação das atividades e a fixação de profissionais formados nas residências. Debates importantes também surgiram em torno da estrutura organizacional das equipes, das articulações interinstitucionais e das estratégias de fortalecimento das escolas frente às exigências legais e formativas.

Como resultado dos diálogos, foram indicadas diversas propostas de continuidade e desdobramento do encontro, como a sistematização de um diagnóstico coletivo para orientar novas ações, a criação de grupos de trabalho temáticos, o desenvolvimento de um portfólio de práticas inspiradoras e a produção de uma publicação com os aprendizados das rodas de conversa. Destacou-se ainda a importância da participação das escolas em projetos estruturantes da rede, como o curso Encontros Educativos e Práticas Pedagógicas no Cotidiano do SUS e a pesquisa nacional sobre a Política de Educação Permanente.

A oficina reafirmou a potência da RedEscola como espaço de colaboração e fortalecimento institucional, valorizando o pertencimento, as trajetórias dos profissionais e a diversidade dos contextos. A integração entre escolas municipais e estaduais, a escuta ativa e o compartilhamento de soluções concretas evidenciaram que a construção de um SUS mais forte e democrático passa, necessariamente, pela valorização da educação em saúde ancorada nos territórios. Que este encontro seja apenas o ponto de partida para novos processos coletivos, redes de apoio e movimentos transformadores.

REGISTROS FOTOGRÁFICOS

































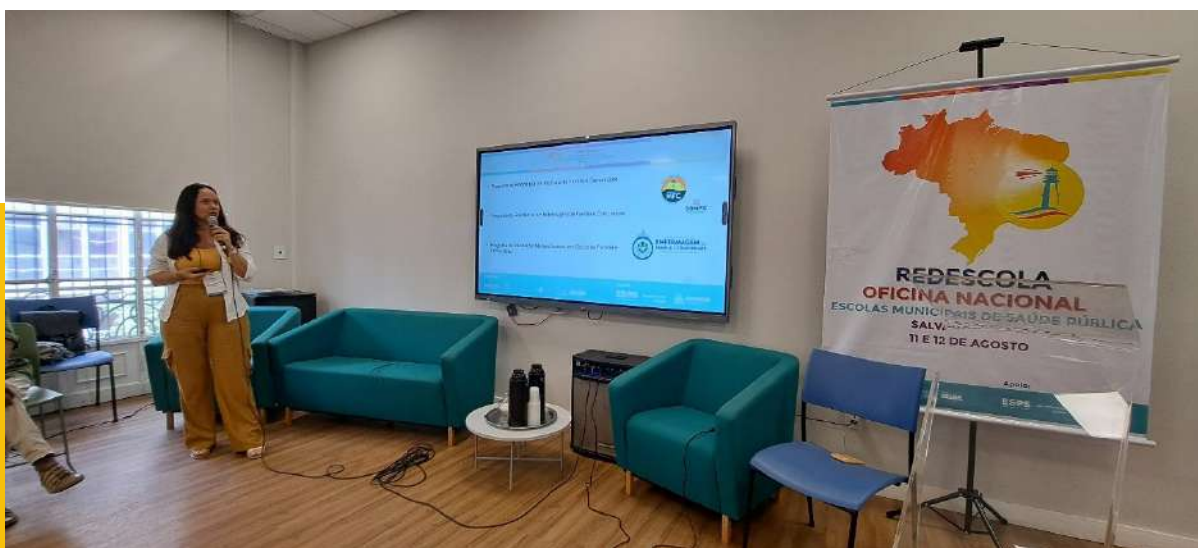




















REDESCOLA

REDE BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SAÚDE PÚBLICA

DATA: 11 E 12 DE AGOSTO DE 2025

LOCAL: ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA DE SALVADOR (ESPS)

**OFICINA NACIONAL DAS ESCOLAS
MUNICIPAIS DE SAÚDE PÚBLICA DA
REDESCOLA**